



BARBARA ROBERTO ESTANISLAU

A ETERNA VOLTA
migração indígena e Pankararu no Brasil.

CAMPINAS

2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

BARBARA ROBERTO ESTANISLAU

A ETERNA VOLTA

migração indígena e Pankararu no Brasil.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestra em Demografia.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE A VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA BARBARA ROBERTO ESTANISLAU E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO.

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

Es83e Estanislau, Barbara Roberto, 1989-
A eterna volta : migração indígena e Pankararu no Brasil / Barbara Roberto Estanislau. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Marta Maria do Amaral Azevedo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração interna - Brasil. 2. Índios Pankararu. 3. Índios da América do Sul - Pernambuco. I. Azevedo, Marta Maria do Amaral, 1947-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The eternal return : indigenous migration and Pankararu's in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Internal migration - Brazil

Indians Pankararu

Indians South of America - Pernambuco

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestra em Demografia

Banca examinadora:

Marta Maria do Amaral Azevedo [Orientador]

Nilza de Oliveira Martins Pereira

José Maurício Paiva Andion Arruti

Data de defesa: 26-02-2014

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 26 de fevereiro de 2014, considerou a candidata BARBARA ROBERTO ESTANISLAU aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profª. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Marta Maria", is written over a horizontal line.

Profª. Dra. Nilza de Oliveira Martins Pereira

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Nilza de Oliveira", is written over a horizontal line.

Profª. Dra. Jose Mauricio Paiva Andion Arruti

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Jose Mauricio", is written over a horizontal line.

Resumo

A migração indígena é um fenômeno pouco estudado no âmbito demográfico, até pela dificuldade de se obter dados, visto que os indígenas só começaram a ser contabilizados a partir de 1991. Este trabalho utiliza os Censos Demográficos brasileiros de 2000 e 2010 para traçar um panorama da migração dos autodeclarados indígenas no Brasil, por grande região – Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Percebe-se que há um grande fluxo migratório dentro das próprias grandes regiões e também em direção ao Sudeste, em especial, proveniente do Nordeste. Assim, em seguida, utiliza-se o fluxo migratório Pankararu entre Pernambuco e São Paulo como estudo de caso, a fim de descobrir as nuances deste fenômeno migratório. Dentre as conclusões obtidas, percebe-se que esse deslocamento espacial é feito de maneira a ser uma eterna volta ao outro lugar, Nordeste ou Sudeste, como uma eterna migração.

Palavras Chave: Migração Indígena; Povo Pankararu; Quesito de cor ou raça.

Abstract

The indigenous migration is a little-studied phenomenon in its demographic context, mostly because of the difficulty of obtaining data, since the indians first started to be officially counted in 1991. This work uses the Brazilian Demographic Censuses of 2000 and 2010 to produce an overview of the self-declared indigenous people's migration in Brazil, by macro region – namely North, Northeast, Southeast, South and Midwest. This study shows that there is a large migration within each macro region itself and also towards the Southeast, in particular from the Northeast. Thus the Pankararu people's migration between the state of Pernambuco and São Paulo is used as a case study in order to discover the nuances of this migratory phenomenon. One of the conclusions drawn is that their space displacement creates an eternal return to the other location, be it Northeast or Southeast, generating an eternal migration.

Keywords: Indigenous Migration; Pankararu people, Question of color or race.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – Cor ou raça nos Censos Demográficos	3
1.1 O quesito de cor ou raça nos Censos Demográficos no século XX.....	3
1.2 Os povos indígenas e os Censos Demográficos.....	6
1.3 Estudos demográficos sobre os povos indígenas.....	10
CAPÍTULO 2 – A migração dos povos indígenas	15
2.1 A migração – conceitos e definições	15
2.2 A migração dos povos indígenas	17
2.3 Migrações indígenas no Brasil atual – análises a partir dos dados dos censos 2000 e 2010	21
2.3.1 A situação das migrações nas grandes regiões do Brasil	23
2.3.2 Análises do perfil dos migrantes	28
2.3.3 As matrizes migratórias no Brasil	34
CAPÍTULO 3 – Os Pankararu – um estudo de caso	49
3.1 Materiais e métodos	51
3.2 História recente dos Pankararu	53
3.3 Entre São Paulo e Pernambuco.....	56
3.4 As entrevistas.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
APÊNDICES	85

Dedicatória

Aos que me fizeram.

Agradecimentos

Em meio ao cansaço da finalização deste trabalho, paro um pouco de pensar no texto pra pensar nas ajudas e trazê-las nesse momento em que eu preciso de um pouco de força. Tentarei me lembrar de todas as mãos que me levaram, ensinaram, e algumas vezes até puxaram e me sacudiram.

Agradeço primeiro às instituições, Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” por todo o suporte técnico e financeiro que elas me proporcionaram. Ao NEPO e ao IFCH agradeço, em especial, à todas as pessoas que me ajudaram a enfrentar as tão temidas burocracias.

Agradeço aos professores José Marcos, Coleta, Tirza, Roberto, Rosana e Luciana, que me fizeram demógrafa.

Agradeço à minha querida orientadora, Marta, por todo apoio e orientação, ao me fazer uma antropóloga-demógrafa.

Agradeço àqueles que me auxiliaram na pesquisa, dando um pouco de si, de seu tempo, e de sua atenção: Carol e Kárine da Gaspar Garcia, Elena da AMIP, Roosevelt do IBGE, Leila do ISA, e Benedito Prezias e Lúcia Rangel da PUC-SP.

Agradeço à banca de qualificação, formada pelos professores José Maurício Arruti e Roberta Peres, por toda luz que me deram.

Agradeço aos amigos do CPEI – Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena por toda a acolhida dentro da etnologia como tema de estudo.

Agradeço à Késia, Igor, Guilherme, Marília, Jaqueline, Gabriela, amigos que a demografia uniu e que me fizeram sentir.

Agradeço aos amigos que deixei em Belo Horizonte e em Timóteo, mas que de alguma forma sempre estiveram presentes, me dando suporte, me animando e me fazendo lembrar que tempo e distância são apenas variáveis.

Agradeço àqueles que fizeram meu lar nestas terras paulistas, Dafne, Adriana, Katiane, Pietro, Carla, Alessandra, Rosario, Heloísa, Ricardo, Tatiane, Thaís, Samira, Márcio, Rosa, Thalita, Natalie, Natalia, Luis Felipe, Aline, Thiago, Ana Amélia, Rafaela, Drielli, Marcos, Ehidee, Renan, Vinícius, entre tantos outros que a minha memória agora falha.

Agradeço ao Arthur, que nesses últimos meses me fez mais leve.

Agradeço à Elza, quem com paciência e animação conviveu com meus desalinhos físicos e psicológicos durante o mestrado, sempre me ajudando a alinhá-los.

Agradeço ao apoio e compreensão da minha família.

Agradeço aos tios Pedro e Teresa Cristina, os quais me acolheram em todos os trabalhos de campo e demais visitas a São Paulo, com muito amor e carinho.

Agradeço à minha mãe, Diva, meu irmão, Mateus, e meu padrasto, Ruy, por todo o amor e carinho a mim generosamente dados a despeito da minha pouca presença física durante esses dois anos. Muito obrigada por sempre apoiarem os caminhos que escolhi, mesmo não fazendo ideia de qual seria o fim.

Agradeço aos indígenas, aqueles que tive contato e os que não, por me darem informações sobre as suas vidas, estas que utilizei para esse estudo e que espero se converta em algo bom a vocês.

*“Talvez o nosso mundo se convexe
Na matriz positiva doutra esfera.*

*Talvez no interspaço que medeia
Se permutem secretas migrações.*

*Talvez a cotovia, quando sobe,
Outros ninhos procure, ou outro sol.*

*Talvez a cerva branca do meu sonho
Do côncavo rebanho se perdesse.*

*Talvez do eco dum distante canto
Nascesse a poesia que fazemos.*

*Talvez só amor seja o que temos,
Talvez a nossa coroa, o nosso manto.”*

Science-fiction I, de José Saramago

In OS POEMAS POSSÍVEIS, Editorial CAMINHO, Lisboa, 1981. 3ª edição

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número absoluto dos autodeclarados indígenas a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, por situação de natural, não-natural e total, nas grandes regiões.....	24
Tabela 2 - Distribuição proporcional dos autodeclarados indígenas a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, por situação de natural, não-natural e total, nas grandes regiões.....	26
Tabela 3 - Números absolutos dos autodeclarados indígenas não-naturais por situação do domicílio, no Brasil e grandes regiões, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.	31
Tabela 4 - Distribuição proporcional dos autodeclarados indígenas não-naturais por situação do domicílio, no Brasil e grandes regiões, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.....	31
Tabela 5 - Números absolutos dos autodeclarados indígenas não-naturais de 15 anos ou mais por condição de alfabetizado, no Brasil e grandes regiões, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.	32
Tabela 6 - Distribuição Proporcional dos autodeclarados indígenas não-naturais de 15 anos ou mais por condição de alfabetizado, no Brasil e grandes regiões, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.	32
Tabela 7 - Números absolutos do registro de nascimento do autodeclarados indígenas não-naturais, no Brasil e grandes regiões, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.....	34
Tabela 8 - Distribuição proporcional do registro de nascimento do autodeclarados indígenas não-naturais, no Brasil e grandes regiões, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	34
Tabela 9 - Matriz migratória de grande região de nascimento para grande região atual dos autodeclarados indígenas não-naturais, por grande região, a partir dos dados do Censo Demográfico 2000.	37

Tabela 10 - Matriz migratória de grande região de nascimento para grande região atual dos autodeclarados indígenas não-naturais, por grande região, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	37
Tabela 11 - Matriz migratória de grande região de residência anterior para grande região atual dos autodeclarados indígenas não-naturais do município de residência, por grande região, a partir dos dados do Censo Demográfico 2000	40
Tabela 12 - Matriz migratória de grande região de residência anterior para grande região de residência atual dos autodeclarados indígenas não-naturais do município de residência, por grande região, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010	40
Tabela 13 - Matriz migratória de região de residência na data fixa para grande região atual dos autodeclarados indígenas não-naturais do município de residência, por grande região, a partir dos dados do Censo Demográfico 2000.....	42
Tabela 14 - Matriz migratória de grande região de residência na data fixa para grande região atual dos autodeclarados indígenas não-naturais do município de residência, por grande região, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010	43
Tabela 15 - Número absoluto dos autodeclarados indígenas não-naturais, por situação de domicílio, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.	44
Tabela 16 - Distribuição percentual dos autodeclarados indígenas não-naturais, por situação de domicílio, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.....	44
Tabela 17 - Número absoluto dos autodeclarados indígenas não-naturais, por condição de alfabetização, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.....	45
Tabela 18 - Distribuição percentual dos autodeclarados indígenas não-naturais, por condição de alfabetização, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.	45

Tabela 19 - Número absoluto dos autodeclarados indígenas naturais que moraram em outro município, por situação de domicílio, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.....	46
Tabela 20 - Distribuição percentual dos autodeclarados indígenas naturais que moraram em outro município, por situação de domicílio, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.	46
Tabela 21 - Número absoluto dos autodeclarados indígenas naturais que moraram em outro município, por condição de alfabetização, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.	47
Tabela 22 - Distribuição percentual dos autodeclarados indígenas naturais que moraram em outro município, por condição de alfabetização, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.....	47
Tabela 23 - Distribuição proporcional e volume dos Pankararu, por grande grupo de idade, no Brasil, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	59
Tabela 24 - Volume dos Pankararu nas UFs Pernambuco e São Paulo, por sexo e por dentro e fora da Terra Indígena e total, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.....	60
Tabela 25 - Distribuição proporcional dos Pankararu nas UFs Pernambuco e São Paulo, por sexo e por dentro e fora da Terra Indígena e total, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	60
Tabela 26 - Distribuição proporcional e volume dos Pankararu, por grande grupo de idade, em Pernambuco, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.....	63
Tabela 27 - Distribuição proporcional e volume dos Pankararu, por grande grupo de idade, na UF São Paulo, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.....	65
Tabela 28 - Volume dos Pankararu na UF São Paulo, no município de São Paulo, nas cidades da RMSP com exceção de São Paulo, na RMSP e em outras cidades da UF São Paulo, mas fora da RMSP, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	66

Tabela 29 - Volume dos Pankararu na RMSP, por município na RMSP, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	67
Tabela 30 - Volume dos indígenas naturais, mas que moraram em outro município, e não-naturais, por tempo de moradia ininterrupta no município atual, por grande região, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.....	85
Tabela 31 - Distribuição proporcional dos indígenas naturais, mas que moraram em outro município, e não-naturais, por tempo de moradia ininterrupta no município atual, por grande região, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.....	86
Tabela 32 - Volume de migrantes indígenas por grupo quinquenal de idade ao migrar, por grande região, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.	87
Tabela 33 - Distribuição proporcional dos migrantes indígenas por grupo quinquenal de idade ao migrar, por grande região, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.	90
Tabela 34 - Número absoluto de autodeclarados indígenas, não-naturais, nas grandes regiões, por grupo quinquenal de idade e sexo, a partir dos dados dos Censo Demográfico 2000 e 2010.	93
Tabela 35 - Distribuição proporcional de autodeclarados indígenas, não-naturais, nas grandes regiões, por grupo quinquenal de idade e sexo, a partir dos dados dos Censo Demográfico 2000 e 2010.	96
Tabela 36 - Quadro das áreas e terras indígenas cuja etnia principal é a Pankararu, de 1983 a 2010.	99
Tabela 37 - Volume de Pankararu em todas as UFs do Brasil, por sexo, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	100
Tabela 38 - Distribuição proporcional dos Pankararu em todas as UFs do Brasil, por sexo, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.....	101
Tabela 39 - Volume dos Pankararu no Brasil, por sexo e idade em grupos quinquenais, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	102

Lista de Figuras

Figura 1 - Terras indígenas com presença Pankararu, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	50
Figura 2 - Terras Indígenas Pankararu e Entre Serras, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	51
Figura 3 - Pirâmide etária do povo Pankararu, em grupos de idade quinquenais, por sexo, no Brasil, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	57
Figura 4 - Razão de sexo dos Pankararu no Brasil, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	58
Figura 5 - Pirâmide etária do povo Pankararu, em grupos de idade quinquenais, por sexo, em Pernambuco, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.....	61
Figura 6 - Razão de sexo dos Pankararu de Pernambuco, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	62
Figura 7 - Pirâmide etária da população Pankararu em grupos de idade decenais, por sexo, na UF São Paulo, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.....	64
Figura 8 - Razão de sexo dos Pankararu de São Paulo, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.	65

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ALAP – Asociación Latinoamericana de Población AMIP
– Associação Movimento Indígena Pankararu BME –
Banco Multidimensional de Estatística
CF – Constituição Federal de 1988 DNV
– Declaração de Nascido Vivo FUNAI –
Fundação Nacional do Índio FUNASA –
Fundação Nacional de Saúde
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IUSSP – International Union for the Scientific Study of Population
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RANI – Registro Administrativo de Nascimento
Indígena RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
RS – Razão de sexo
SIASI – Sistemas de Informações de Atendimento à Saúde
Indígena SPI – Serviço de Proteção ao Índio
TI – Terra Indígena
UF – Unidade da Federação

Apresentação

Antes da brincadeira e depois das danças, a cacique quis falar. Ao lado do Pai da Mata ela pediu uma pausa, um momento para abençoar o menino: ele ia sair da aldeia pra tentar ser jogador de futebol! Ele, com uns quase 10 anos de idade, seus parentes a sua volta, a cacique, todos choravam enquanto ela falava o quanto ele era corajoso de sair de lá. E das lágrimas começou a brincadeira! Todos jogando lama em todos! Mas foi daquele choro, naquela tarde de outubro de 2010, que eu sempre vou me lembrar. Foi aquela sensação de sair do seu mundo, de ir para um lugar tão perto, mas que, para minha surpresa, era tão longe, que surgiu a minha vontade de estudar sobre a migração indígena, vontade que agora começa a se concretizar com a produção dessa dissertação que espero que, além de ser a realização de uma vontade minha, ‘mostre as caras’ de um fenômeno cada vez mais presente no Brasil.

A “eterna volta” a que o título faz menção, é a volta dos Pankararu para aldeia e para São Paulo, vivida pelas diversas gerações. É a volta, como direcionamento, sempre pra um dos pontos, a partir do outro, e por isso eterna, desde que teve início.

INTRODUÇÃO

Nos relatos sobre os primeiros seres humanos são eles seres andantes, que se deslocam para caçar, para se aquecer, para buscar água... para sobreviver. Mesmo com a sedentarização dos agrupamentos humanos mais antigos, os movimentos migratórios continuaram e continuam a ocorrer. A partir do advento das ciências sociais, a mudança de território e/ou moradia passa a ser objeto de pesquisa, assim como seus sujeitos, os migrantes, sua região de origem e seus grupos sociais, e sua região de destino e seus grupos sociais. O início dos estudos de movimentos migratórios e dos grupos sociais que migram ocorreu no final do século XIX e começo do XX com as análises sociológicas e antropológicas desse fenômeno, sem ignorar a tradição da história e da geografia, que já tratavam desse tema.

Este texto tem por objetivo contribuir com o conhecimento sobre os movimentos migratórios dos povos indígenas e autodeclarados indígenas nos censos¹, tanto para a Demografia quanto para as demais áreas do conhecimento afetas a esse tema, bem como para os próprios indígenas, além de visar também ser fonte de informação dos fazedores de políticas públicas a esses povos direcionadas. A hipótese deste trabalho é de que a migração para os indígenas possuem um significado distinto daquele dos não-indígenas, mesmo que seguindo o direcionamento dos seus principais fluxos (entre o Nordeste e o Sudeste) no Brasil. No caso do povo Pankararu, há a criação de um espaço de vida (COURGEAU, 1974, DOMENACH e PICOUE, 1996) na própria migração, explicado em partes pelas forças dos laços existentes entre os Pankararu em São Paulo e nas aldeias no interior pernambucano, mesmo que a muitos quilômetros de distância.

¹ O Censo Demográfico 2010, foi o primeiro censo brasileiro a incluir a pergunta sobre a etnia pertencente às pessoas que responderam “indígena” na pergunta de raça/cor, e também para aquelas que moram em Terra Indígena e, mesmo não tendo autodeclarado a raça/cor como “indígena” se consideraram indígenas. Com isso criou-se um crivo entre aqueles índios que pertencem a povos indígenas e os indígenas sem pertencimento étnico declarado, que somam 220.579 pessoas dentre as “não determinadas”, “maldefinidas”, “não sabiam” e “sem declaração” do total de 896917 indígenas (cerca de 24,6% das pessoas que se autodeclararam e se consideraram indígenas no Censo de 2010).

O primeiro capítulo faz um recorrido pela história do quesito sobre cor ou raça nos Censos Demográficos brasileiros, descrevendo as variações que ele sofreu ao longo do tempo. Em seguida tratou-se exclusivamente da questão indígena no Censo Demográfico e como ela se relacionava com o contexto histórico e político do país. Por fim, põem-se em evidência os estudos demográficos sobre os povos indígenas ao longo dos anos e como se desenvolveram os principais temas dessa área de estudo.

O segundo capítulo focaliza a questão da mobilidade espacial dos povos indígenas, analisando o fenômeno a partir das grandes regiões no Brasil. Com isso, além da revisão bibliográfica em torno do tema da migração de povos indígenas no Brasil e em outras regiões do mundo, este capítulo também utiliza os censos de 2000 e 2010 para traçar um panorama, da população indígena nos últimos 20 anos, bem como dos processos de mobilidade espacial e dos grupos e indivíduos que poderíamos considerar migrantes.

O terceiro e último capítulo é um estudo de caso do movimento migratório do povo indígena Pankararu. Os Pankararu, cuja língua está incluída entre aquelas sem classificação determinada e, portanto, não classificadas nem em troncos e nem em famílias linguísticas, são um povo que habita, como etnia principal, duas terras indígenas em Pernambuco e, desde a década de 1940, alimentam um fluxo migratório em direção à metrópole de São Paulo, com concentrações territoriais ao longo da Região Metropolitana. Como será visto neste capítulo, já há, na década de 1940, histórias de retorno dos Pankararu de São Paulo para Pernambuco. Em termos de fontes de informações, utilizou-se os dados do Banco Multidimensional de Estatística, do IBGE que, até início de agosto de 2013, disponibilizava a variável ‘povo/etnia’. Além disso, foram feitas duas entrevistas, uma na região metropolitana de São Paulo e a outra nas terras indígenas de Pernambuco, com o intuito de conhecer um pouco das histórias de vida de alguns representantes desse povo e, com isso, termos uma pequena ilustração sobre o fluxo desde seu início, algo que não conseguiríamos por meio do Censo, devido à sua especificidade.

Por fim, pretende-se cumprir o objetivo primordial que é a “desinvisibilização” do indígena, principalmente de sua migração e da sua condição de indígena que vive na cidade. Conhecer é o primeiro passo para o término do preconceito. Só com o seu fim e o reconhecimento do outro é que realmente poderemos um dia formar uma nação!

CAPÍTULO 1 – Cor ou raça nos Censos Demográficos

Este capítulo tem o intuito de mostrar como se deu a construção do quesito *cor ou raça* nos Censos Demográficos brasileiros ao longo do século XX, principalmente no que diz respeito à coleta de informações sobre os povos indígenas no Brasil, às inovações relativas à pergunta sobre raça/cor nos três últimos Censos Demográficos, e ao campo de estudo da Demografia de povos e etnias. Isso porque todo o trabalho é baseado nesse quesito. Conhecer como ele foi formado e os conceitos que o regem é algo imprescindível para entender qualquer outro aspecto das populações desagregadas por raça/cor, em especial os povos indígenas.

1.1 O quesito de cor ou raça nos Censos Demográficos no século XX

O Brasil, assim como os países latinoamericanos, foi modificando a sua maneira de coletar dados sistemáticos sobre os povos indígenas ao longo do tempo. Com isso, torna-se necessário ver como a pergunta sobre raça ou cor nos Censos Demográficos do Brasil se modificou, relacionando essas mudanças com o contexto sociopolítico do país. Como bem resume Nobles (2004: 117,118):

A categorização é mais consistente com as três categorias de cor, branco, pardo e preto, usadas em quase todas as perguntas [de raça ou cor]. Essa categorização pode ser dividida em três períodos. O primeiro é de 1872 a 1910, quando a categorização refletiu as concepções populares e da elite sobre a composição racial brasileira. O segundo é de 1920 a 1950, quando o texto do Censo Demográfico ativamente promoveu e reportou a “branquização” da população brasileira. O terceiro se dá de 1960 até os dias atuais, onde os métodos de categorização foram generosamente questionados e contestados pelos estatísticos, juntamente com o IBGE, e por grupos organizados da sociedade civil.² (NOBLES, 2004: 117, 118)

² Tradução livre de “Categorization has itself been more consistent, with the three colour categories of White (branco), brown or mixed (pardo), and black (preto) used in nearly every question. Categorization can be divided into three periods. The first is from 1872 to 1910, when categorization largely reflected elite and popular conceptions of Brazil’s racial composition. The second is from 1920 to 1950 when census texts

O primeiro Censo Demográfico brasileiro ocorreu no ano de 1872, durante o Período Imperial. Como nessa época ainda havia a escravidão, em relação ao quesito de cor ou raça, os escravos eram classificados como pretos ou pardos, enquanto as pessoas livres podiam se autotclassificar³ como brancas, pretas, pardas ou caboclas. Os povos e comunidades indígenas residentes em aldeamentos, escravizados ou livres, mas já contatados, constam nesse Censo Demográfico como caboclos. Aqueles que também estavam vivendo em pequenos aldeamentos não reconhecidos pelos governos provinciais e pelo governo central, as missões religiosas, foram recenseados como caboclos (OLIVEIRA, 2012: 1062, 1063). Esse tipo de classificação e de contabilização dos povos indígenas nos primeiros dois censos deixa transparecer que o governo central apenas reconhecia como parte do povo brasileiro os indivíduos ou comunidades indígenas que estavam “se integrando à sociedade” por meio do trabalho ou da catequese.

Após a realização desse Censo Demográfico, o seguinte se deu apenas em 1890, quando a escravatura já havia sido abolida, tendo sido permitido a todos os cidadãos se autodeclararem como brancos, pretos, mestiços ou caboclos. Nos Censos Demográficos seguintes, dos anos 1900 e 1920, a pergunta sobre raça/cor da pele não estava incluída. Essa pergunta só foi reintroduzida em 1940, quando o Censo Demográfico começou a ser assessorado pelo demógrafo italiano Giorgio Mortara, assistência que se estendeu ao Censo Demográfico de 1950. O Censo Demográfico de 1940 introduziu a pergunta sobre línguas faladas nos domicílios, além do português, que visava apreender informações sobre os migrantes que estavam entrando no Brasil de forma bastante volumosa, vindos do exterior, através de políticas de aquisição de mão de obra para a lavoura de café e para a colonização agrícola no interior das regiões sul, sudeste e centro-oeste, principalmente. A esse Censo Demográfico de 1940 ainda incluiu-se a categoria ‘amarela’ na pergunta sobre raça/cor da pele devido à grande migração dos japoneses para o Brasil após 1908. Assim,

actively promoted and happily reported the ‘whitening’ of Brazil’s population. The third is from 1960 to the present when categorization methods have themselves been openly questioned and contested by statisticians within the Census Bureau and by organized groups within civil society.”

³ Quando dizemos que o quesito é autodeclarado, isso significa que o respondente disse a sua cor ou raça que foi imediatamente preenchida pelo entrevistador, sem que houvesse um tipo de modificação pela visão do entrevistador.

nos Censos Demográficos de 1940 e 50, as categorias de respostas possíveis para a pergunta sobre a raça/cor da pele foram: branco, preto, pardo e amarelo, havendo a possibilidade de ser “índio” apenas nas terras administradas pelo SPI⁴.

Em 1960 a pergunta e as respostas sobre cor ou raça se repetem como no Censo Demográfico anterior, e é incluída outra resposta possível no caso dos indígenas aldeados ou vivendo em missões indígenas. É interessante ressaltar que é no Censo Demográfico de 1960 que as respostas à pergunta de cor ou raça passam a ser pré-codificadas: anteriormente elas poderiam ser quaisquer, que posteriormente o IBGE as reagrupava nos grupos delimitados; do Censo Demográfico de 1960 em diante só foi possível ao entrevistado se autodeclarar como uma das opções ditadas pela pesquisa (PEREIRA, 2011). Outra modificação ocorrida no Censo Demográfico de 1960 foi a utilização de uma amostra de 25% do total dos domicílios:

Com essa inovação se tornou factível modo a expansão do número de questões presentes no corpo do questionário. Por outro lado, a partir desse momento ocorreu um retrocesso na investigação da variável cor (que, de resto, manteve as categorias anteriores Branca, Preta e Amarela e Parda) já que esta passou a ser investigada nos domicílios da amostra deixando de cobrir todo o universo entrevistado. (PAIXÃO e CARVANO, 2008: 39)

Em 1970 não foi feita a pergunta sobre raça/ cor da pele (IBGE, 2010) sob a justificativa de que a miscigenação teria tornado impossível a sua aferição sem os devidos exames morfológicos feitos por especialistas. O Censo Demográfico 1980 reintroduziu o quesito de cor ou raça, conservando as quatro categorias anteriormente utilizadas no Censo Demográfico de 1950: branco, preto, amarelo ou pardo.

O Censo Demográfico de 1991 marca o início da estabilidade na pergunta de raça ou cor dessa pesquisa. Os dois Censos Demográficos que o seguiram – 2000 e 2010 – continuaram com as mesmas possibilidades de resposta que o de 1991: branco, preto, pardo, amarelo e indígena, pré-codificadas e autodeclaradas.

⁴ SPI, Serviço de Proteção ao Índio, foi o órgão criado pelo governo federal em 1910 com o intuito de contatá-los e, a princípio, inseri-los na sociedade civil brasileira por meio do trabalho – tanto que a sigla inicial era SPILTN, Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais. Com o tempo os princípios do órgão foram mudando e em 1967 ele passou a ser a FUNAI, Fundação Nacional do Índio, que continua a atuar até os dias atuais.

Um ponto importante em relação à criação desse quesito nos três últimos Censos Demográficos e, mais especificamente, a partir do de 2000, foi o “Projeto Mercosul”, levado a cabo por diferentes países da América Latina, especificamente aqueles pertencentes ao Mercosul, e apoiado pelo Fundo de População da ONU, UNFPA⁵. Esse projeto tem como objetivo a compatibilização de informações sobre as populações da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai a partir da rodada dos censos de 2000. A compatibilização faz parte do esforço desses países em aumentar as possibilidades de comparações dos resultados das pesquisas, e, com isso, a coerência entre os mesmos, possibilitando, assim, a elaboração de políticas públicas no âmbito regional. Além disto, através desse projeto foi possível, para os censos de 2010 de diferentes países, entre os quais o Brasil, a realização de provas piloto em conjunto e comparáveis, a fim de que se pudesse aproximar as classificações e categorizações dos censos dos países latino-americanos.

A seguir faremos uma análise sobre os três últimos censos demográficos e os povos indígenas, descrevendo e avaliando as mudanças ocorridas nessas pesquisas e seus impactos nos estudos demográficos dos povos indígenas.

1.2 Os povos indígenas e os Censos Demográficos

Foi somente a partir de 1991 que a categoria “indígena” se tornou uma possibilidade de resposta fechada no Censo, tanto para aqueles que viviam em Terras Indígenas, quanto para aquelas pessoas ou famílias que quiseram se autodeclarar como indígena, morando em áreas urbanas ou rurais. Esse fato está relacionado com a Constituição Federal de 1988, na qual os povos indígenas são reconhecidos enquanto povos originários do Brasil, e seus direitos às políticas de proteção territorial e às políticas públicas específicas ficaram garantidos, tornando-se imprescindível a aferição das características demográficas e socioeconômicas dos mesmos.

⁵ Maiores informações no site <http://www.ibge.gov.br/censo/mercosur.shtm>.

É importante pontuar que este texto emprega o conceito de indígena utilizado no texto de Schkolnik e Del Popolo (2004), onde indígena, no continente americano, são aquelas pessoas descendentes dos povos que aqui se encontravam antes da chegada dos conquistadores, sendo incorporados às nações que se formaram durante os séculos seguintes.

Os Censos Demográficos posteriores melhoraram muito a anterior invisibilidade estatística dos povos indígenas, passando a divulgar informações, mesmo que limitadas, sobre os mesmos. Por mais que os povos indígenas ainda sofram sérios problemas sociais em termos de acesso a políticas públicas específicas, e também um desconhecimento por parte da grande maioria da população brasileira, o que provoca o preconceito, a partir dessa CF (Constituição Federal) os povos indígenas reconhecidamente passaram a fazer parte da sociedade nacional.

Com e após o Censo Demográfico de 1991 foi possível, para todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal), possuírem informações sobre os povos indígenas; antes disso somente alguns levantamentos efetuados por antropólogos, missões ou pelo próprio movimento indígena, eram divulgadas. A partir de 2002 a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde, órgão do Ministério da Saúde) começou a fazer um trabalho de levantamento de informações demográficas com o fim de acompanhar a situação de saúde dos povos indígenas. Essas informações foram reunidas num sistema denominado SIASI – Sistema de Informações de Atendimento à Saúde Indígena, contendo vários módulos de informações, sendo o primeiro o módulo demográfico. Essas informações começaram a ser divulgadas somente a partir de 2003, e foram extremamente úteis para os trabalhos demográficos sobre povos indígenas, principalmente pelo fato de “agregar, em um único sistema, uma multiplicidade de informações importantes para o conhecimento da realidade de saúde dos povos indígenas” (SOUZA e SANTOS, 2009: 527).

Outra fonte de informações que existia, anteriormente ao censo de 1991, era a FUNAI (Fundação Nacional do Índio, órgão do Ministério da Justiça responsável pelos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e também pela coordenação das políticas públicas federais direcionadas aos povos indígenas). Este órgão fazia levantamentos regionais do número de pessoas e situação fundiária das comunidades

indígenas. Porém, esses levantamentos não tinham como objetivo as análises demográficas, sendo, portanto, bastante limitados para esse fim.

Tanto no Censo Demográfico de 1991 quanto no seguinte, de 2000, a pergunta sobre raça ou cor esteve presente no questionário da amostra⁶; isso torna as análises sobre as populações de pequenas áreas, ou populações de pequeno porte mais difíceis e com maior erro estatístico⁷. Em seu texto Sônia Albieri, Nilza Pereira e José Brito (2006) avaliam que os erros amostrais são aceitáveis, quando, como neste estudo, utiliza-se Brasil e grandes regiões como níveis geográficos, desagregando ainda as informações por situação de domicílio (rural, urbano e rural específico⁸, este último como uma aproximação das terras indígenas em 1991 e 2000), por sexo e idade por grupo quinquenal. Mas, para “níveis geográficos mais detalhados, tais como as unidades da federação, provavelmente não fornecerão estimativas com níveis de precisão que permitam análises confiáveis dos indicadores” (ALBIERI et al., 2006: 9).

⁶ O Censo Demográfico 2010 usa dois tipos de questionário:

- Questionário Básico - aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra, e que contém a investigação das características do domicílio e dos moradores; e inclusive o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Distrito Federal.
- Questionário da Amostra - aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra. Além da investigação contida no Questionário Básico, abrange outras características do domicílio e pesquisa importantes informações sociais, econômicas e demográficas dos seus moradores.” (IBGE, 2010)

⁷ Como bem explica Pereira (2010), “o desenho amostral adotado compreende a seleção sistemática e com equiprobabilidade [mesma probabilidade], dentro de cada ‘setor censitário’, de uma amostra dos domicílios particulares e das famílias ou componentes de grupos conviventes recenseados em domicílios coletivos, com fração amostral constante para setores de um mesmo município.” Ou seja, o IBGE utiliza o tamanho do município e certas características da população, como sexo e idade, para a formação da amostra. Isso não é feito tendo por base as características de raça/cor da população. Assim, há uma discrepância entre a população indígena na amostra expandida e no universo que varia, tanto em relação ao número de população indígena em uma localidade – quanto maior a porcentagem de indígenas menor essa discrepância –, quanto em relação ao perfil por sexo e idade da população indígena e a sua similaridade com o da população total. Outro fator importante é o número de indígenas a serem estudados: se o recorte territorial for muito pequeno, a chance desse indígena estar entre as pessoas amostradas é menor. Assim, quanto menor o recorte populacional utilizado, menor a amostra e por consequência mais problemáticas serão as informações obtidas. Além disso, há que ressaltar que as técnicas demográficas não foram feitas tendo em vista populações pequenas, o que dificulta a sua utilização, sendo necessário valermos de artifícios como uma maior série histórica ou processos estatísticos de correção (AZEVEDO, 2003: 16).

⁸ Nos Censos Demográficos de 91 e 2000 não havia, como há em 2010, a compatibilização da malha censitária do IBGE com a malha de Terras Indígenas da FUNAI. Assim, dentre os municípios identificados como possuindo TIs, percebeu-se que das 350 mil pessoas que se autodeclararam indígenas vivendo em área rural, 304 mil (86,7%) viviam na área rural desses municípios com TIs. Foi a partir desse critério que foi criada a categoria “rural específico” como dimensão para análise das informações referentes ao Censo Demográfico 2000; sendo portanto referida “ao conjunto de pessoas indígenas residentes nas áreas rurais dos municípios com terras indígenas, em função da estreita relação existente com os povos indígenas residentes nas terras indígenas” (IBGE, 2005: 6).

Foi no Censo Demográfico 2010 que se aprimorou a coleta das informações sobre os povos indígenas com a mudança da pergunta para o questionário do universo, em que toda população brasileira respondeu, e a incorporação de duas perguntas a mais: uma sobre o povo/etnia de quem se autodeclarou indígena, e a outra sobre as línguas faladas no domicílio daqueles que se autodeclararam indígenas. Para melhorar a captação das informações sobre esses povos, após a realização de um pré-teste dos questionários em Terra Indígena, adicionou-se a pergunta “Você se considera indígena?”, feita para aquelas pessoas que residem em Terras Indígenas, mas não se identificaram enquanto tais, tendo preferido outras categorias de respostas à pergunta raça/cor da pele.

O número de autodeclarados indígenas, desde o Censo Demográfico de 1991 ao de 2010, vem aumentando, passando de 294.131 indígenas em 1991, para 734.127 em 2000 e 817.963 em 2010:

A proporção da população auto-declarada indígena no Brasil, desde que se incluiu essa categoria como resposta possível à questão da raça/cor da pele, tem aumentado bastante, mas podemos verificar que a ‘grande virada’ foi de 1991 para 2000, quando de 0,2% da população passou a 0,43%. Já de 2000 para 2010 tivemos um pequeno aumento na proporção, resultado de uma mudança na auto-declaração principalmente nas regiões sul e sudeste. (AZEVEDO, 2011)

Mas, com a pergunta sobre a autoconsideração como indígena àqueles que não se autodeclararam indígenas mesmo vivendo em TIs, das 817.963 pessoas que se autodeclararam indígenas, acrescidas essas 78.954 pessoas que residiam em Terras Indígenas, não se autodeclararam como, mas se consideraram indígenas, chega-se a um total de 896.917 pessoas autodeclaradas e consideradas indígenas pelo Censo Demográfico de 2010.

Finalmente, com o Censo Demográfico 2010, pudemos ter maiores informações sobre o universo de indígenas no Brasil de maneira mais desagregada, tanto territorialmente quanto por outras variáveis, sem perder a confiabilidade, além de dados por etnia e língua falada e a possibilidade de se conhecer informações sobre cada uma das

Terras Indígenas que foram incluídas como setores censitários⁹ com a compatibilização da malha de terras¹⁰ da FUNAI com a de setores censitários do IBGE. As terras indígenas que foram consideradas setores censitários especiais – em muitas vezes, mais de um setor censitário – foram aquelas que em 2010 estavam já com os processos de identificação e regularização adiantados, possuindo a portaria declaratória do ministro da justiça. Assim, algumas terras indígenas não se encontram nesse conjunto de informações deste censo, pois foram reconhecidas e regularizadas após 2010, ou ainda se encontram em processo de regularização.

Para que essas mudanças no Censo Demográfico 2010 pudessem ocorrer houve um longo caminho percorrido, não só por parte da sociedade civil e do governo federal, como também por meio do trabalho de pesquisadores da academia. Por isso no próximo ponto veremos um pouco da história da formação da área de estudos de Demografia de Povos e Etnias no Brasil.

1.3 Estudos demográficos sobre os povos indígenas

O fazer demográfico em relação a povos e etnias deve ser pautado, principalmente, em dimensões plurais (PAGLIARO, AZEVEDO e SANTOS, 2005). Como Azevedo (2003) explica,

...pesquisas demográficas sobre povos indígenas devem ser sensíveis não apenas ao contexto ambiental e histórico, mas também às características sociais e culturais destas populações. É imprescindível a consideração de aspectos culturais básicos (estruturas sociais, sistemas políticos, sistemas rituais, cosmologias, etc.) juntamente com aspectos históricos e ambientais para um conhecimento mais profundo da dinâmica demográfica destas populações. (AZEVEDO, 2003: 19)

⁹ “Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil.” (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/defaulttab_agregado.shtm)

¹⁰ “A malha territorial é um produto cartográfico elaborado pelo Setor de Cartografia do IBGE, que retrata a situação vigente da Divisão Político-Administrativa do País, através da representação vetorial das linhas definidoras das divisas estaduais e municipais onde são representados os limites definidos nas leis estaduais, municipais, e também aqueles referentes às Terras Indígenas fornecidos pela FUNAI.” (PEREIRA, 2011: 28)

Foi com essa visão que teve início mais sistematicamente na demografia uma área de estudos específicos sobre populações minoritárias e povos indígenas em especial. Formalmente, em março de 2002, por iniciativa de um grupo de associados da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep –, que houve a criação de um comitê de Demografia dos Povos Indígenas, com o objetivo de “estudar a articulação dos processos demográficos e a organização social das sociedades indígenas no Brasil, de forma a preencher a lacuna existente neste campo de estudos” (PAGLIARO, AZEVEDO e SANTOS, 2005: 24). Esse grupo, formado tanto por demógrafos quanto por antropólogos, acabou por realizar, neste mesmo ano, em Ouro Preto, no XIII Encontro da Abep, duas sessões temáticas baseadas em dois grandes temas que compõem o estudo da demografia dos povos indígenas durante todos esses anos: 1) Perfil e dinâmica demográfica dos povos indígenas relacionando-os com as culturas desses povos, entendida aqui de maneira ampla; e 2) Indicadores de qualidade de vida, especificamente de saúde (PAGLIARO, AZEVEDO e SANTOS, 2005: 24).

As discussões sobre as relações entre os perfis e dinâmicas demográficas de um grupo social e as características socioculturais, econômicas e políticas, são bastante extensas. Com respeito a estudos de caso de povos indígenas, estes datam da década de 1950, quando a IUSSP (International Union for the Scientific Study of Population) instituiu um grupo de estudos sobre as relações entre cultura e fecundidade. O objetivo da pesquisa foi de tecer relações significativas entre essas duas questões, e resultou em uma publicação denominada “Culture and Human Fertility”, organizada por Frank Lorimer. Nessa coletânea de artigos ficou demonstrada a influência que aspectos socioculturais exercem sobre os perfis e níveis da fecundidade de vários grupos sociais, entre os quais os povos autóctones da África.

Nas décadas de 1940-1970, com relação à questão da influência do contato com populações não indígenas na vida desses grupos, Darcy Ribeiro escreve, em 1977, juntamente com Laraia (1963) e Cardoso de Oliveira (1958), analisando as grandes perdas demográficas que esses povos sofreram com o contato e as consequências dessas perdas populacionais para seus modos de vida. Laraia aponta para a necessidade dos povos

indígenas reequacionarem as regras de casamento às novas situações demográficas enfrentadas no período pós-contato. Analisando povos indígenas de pequeno porte, destaca-se o estudo realizado por Frikel & Cortez (1972), sobre 3 grupos falantes de línguas da família linguística Karib, localizados entre o Estado do Pará e do Amapá. Como exemplo de estudo transversal e longitudinal sobre a dinâmica demográfica de um povo, tem-se Early & Peters (1990, 2000), sobre a dinâmica demográfica do povo Yanomami em Roraima, demonstrando o crescimento populacional desse povo e suas práticas em relação à saúde reprodutiva das mulheres.

No III Encontro Nacional da Abep, ocorrido em Vitória (ES), em 1982, a sessão temática “Demografia dos Grupos Étnicos Minoritários” discutiu os trabalhos de Fígoli (1982), Romano (1982), Salzano (1982) e Lux Vidal (1982), cujos temas foram identidade e etnicidade em áreas urbanas, inserção dos indígenas no mercado de trabalho, tendências da mortalidade, fecundidade e padrões de uniões, e as dificuldades em estimar as variações demográficas dos povos indígenas no Brasil, respectivamente.

Outro marco foi a publicação de um fascículo temático do periódico *South American Indian Studies*, dedicado “à análise demográfica e etnológica de ‘sociedades de pequena escala das terras baixas da América do Sul’, com foco no diálogo entre o comportamento demográfico e cultural” (PAGLIARO, AZEVEDO e SANTOS, 2005: 21). Essa coletânea de artigos partem de ideias neomalthusianas, que afirmam que os recursos naturais vão se esgotar devido à pressão do crescimento demográfico sobre os mesmos e se propõem a compreender, por exemplo, a recuperação demográfica no período pós-contato (ADAMS & PRICE, 1994 e PICCHI, 1994). E, para finalizar, é por meio de uma reconstrução histórica que Gomes (2002) nos mostra as variações demográficas dos Tenetehara nos últimos 400 anos. Ainda, Junqueira e Camargo (1970) investigaram o comportamento reprodutivo das mulheres Kamaiurá do Alto Xingu, demonstrando os altos níveis de fecundidade e traçando relações entre o comportamento da fecundidade e aspectos socioculturais desse povo. É fundamental frisar aqui que de todos os trabalhos que procuram relacionar aspectos demográficos dos povos indígenas e suas culturas, a grande parte dos mesmos trata basicamente da dinâmica de crescimento populacional e o comportamento da fecundidade.

Em relação ao segundo grande tema, cujo ponto principal é a constituição de indicadores sociodemográficos e de saúde dos povos indígenas, pode-se dizer que seu início se deu com os textos de Darcy Ribeiro (1956, 1957), em que ele avalia o impacto que epidemias e doenças infecciosas provocaram no tamanho da população e na organização social, política e econômica dos povos indígenas, com uma documentação das reações dessas comunidades à ocorrência de epidemias e doenças infectoparasitárias. Outra linha importante de trabalhos foi aquela que relacionaram os aspectos genéticos dos povos indígenas, coordenados por Francisco Mauro Salzano e James Neel, dando origem a textos como Salzano & Callegari-Jacques (1988) e Salzano & Bortolini (2002) que afirmam que as diferenças dos povos indígenas entre os mesmos, e entre eles e a população não indígena encontram-se determinadas pelas diferenças genéticas desses povos. Neel e Salzano inclusive sugerem que diferenças culturais poderiam ser determinadas pelas distinções genéticas.

A migração como variável demográfica incluída na dinâmica dos povos indígenas não foi extensamente explorada na Demografia, mas esteve presente em trabalhos como o de Del Popolo e Ribotta (2011) que focaliza a migração dos jovens indígenas na América Latina, dando um panorama regional acerca da distribuição territorial e das migrações internas, tanto dos jovens indígenas quanto dos não indígenas. Eles mostram que a migração é seletiva por idade, sendo mais frequente entre os jovens indígenas e são respostas à deterioração ambiental das próprias terras indígenas, além da pressão demográfica, da dificuldade de sustento individual e da própria família, e da falta de oportunidades educativas. Outro trabalho é o de Teixeira, Mainbourg e Brasil (2009) que estuda a migração Sateré-Mawé comparativamente para áreas urbanas em Manaus e cidades próximas à sua TI. Percebe-se que esse movimento migratório acompanha o dos não-indígenas, se intensificando na época da implementação da Zona Franca de Manaus, e não difere muito em relação às duas áreas urbanas, havendo o porém de ser uma migração mais feminina que a dos demais povos nas mesmas direções.

Teixeira e Brasil (2006) apresentaram no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP um trabalho cujo intuito era analisar o processo migratório da população autodeclarada indígena que reside nas capitais estaduais selecionadas – Manaus

(AM), Boa Vista (RR), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS)¹¹. Percebe-se que houve uma modificação da capital com maior população indígena, sendo ela Boa Vista (RR) em 1991, com 13 mil indígenas, passando a São Paulo (SP) em 2000, com 33 mil indígenas. Houve, também, um crescimento em todas as capitais e UFs, de 1991 a 2000, com exceção de Boa Vista. Ainda sobre a temática da migração para áreas urbanas, Teixeira (2009) apresentou um trabalho no *III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, ALAP*, onde traça o panorama da migração indígena no Brasil em direção às áreas urbanas de Manaus, Recife e São Paulo, por meio da base do Censo Demográfico 2000. Após demonstrar as inúmeras deficiências das informações sobre a população indígena existentes tanto no Censo Demográfico de 1991 quanto no de 2000, o autor conclui que os indígenas procuram nas áreas urbanas uma melhor qualidade de vida, algo que os é impossibilitado de conseguir em suas terras ancestrais, quando as possuem.

Percebe-se, através desse resumo dos trabalhos sobre essa área temática, que a demografia de povos indígenas se desenvolveu privilegiando as questões relativas a esses dois grandes temas – 1) Perfil e dinâmica demográfica dos povos indígenas relacionando-os com as culturas desses povos, entendida aqui de maneira ampla; e 2) Indicadores de qualidade de vida, especificamente de saúde -, sendo poucos os estudos relacionados à migração. A seguir iremos definir o que é migração, já que o migrar pode ser explicado em relação a diversas outras variáveis, nos aprofundando também no que é a migração dos povos indígenas, traçando, por fim, um panorama geral da migração indígena no Brasil, por meio dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

¹¹ O estudo utilizou as microrregiões em que essas cidades estavam inseridas, a fim de conseguir abarcar também a sua região metropolitana.

CAPÍTULO 2 – A migração dos povos indígenas

A migração como objeto de estudo possui um paradoxo em si: é móvel, ou seja, sua conceitualização é imprescindível, pois a sua grande variabilidade está no âmbito do tempo e do espaço, de acordo com o objetivo do estudo. Assim, se torna primordial as considerações que faremos a seguir, sobre o conceito de migração, acrescido do contexto das migrações indígenas, nos estudos já realizados e nos últimos Censos Demográficos.

2.1 A migração – conceitos e definições

O ato de migrar está intrinsecamente ligado ao movimento espacial de uma determinada população ou de indivíduos, durante certo período de tempo. Migrar é movimentar-se. Como assinala Wunsh e Termote (1978: 196 apud CUNHA, 2011: 7), “mobilidade espacial refere-se à ‘habilidade de mover-se no espaço, fenômeno que pode envolver não apenas a migração, considerada como mudança de lugar de residência, mas também os movimentos diários dos quais os mais conhecidos são os pendulares”. Para diferenciar a migração da mobilidade espacial, ambos deslocamentos espaciais das pessoas, Cunha (2011: 8) define migração como “qualquer forma de movimento que modifique o tamanho e a estrutura da população”.

O Censo Demográfico do Brasil de 2010, através das perguntas sobre migração, atribui 3 características para definição da situação de “migrante”: a primeira delas, e mais simples, é a que define o migrante como aquele que não reside no mesmo município que nasceu¹², sendo, portanto, naturais¹³ todos aqueles que residem no mesmo município que nasceram. A segunda característica é captada através da pergunta sobre a

¹²Essa questão se encontra no questionário da amostra e é a de número “6.18 - Nasceu neste município? 1 – Sim e sempre morou; 2 – Sim mas morou em outro município ou país estrangeiro; 3 – Não”.

¹³Natural é aquele que reside na mesma cidade de nascimento. Logo não natural é aquele que reside em uma cidade diferente da sua de nascimento.

residência anterior do entrevistado¹⁴. Quem respondeu positivamente para uma residência anterior de menos de 10 anos diferente da residência atual é considerado migrante. Por último, migrante pode ser também aquele que residia em um município diferente do atual em uma data de referência – a definição de migrante pelo quesito de data fixa¹⁵.

A operacionalização da definição de migrante pela ONU, através da elaboração e publicação do Manual VI, se deu com base nas características descritas acima, e é a que segue:

...a mudança de uma zona definidora da migração a outra (ou a mudança a uma distância mínima especificada) que foi feita durante um intervalo de migração determinado e que implicou em uma mudança de residência.¹⁶
(Nações Unidas, 1972: 2)

Além disso, este Manual define o período de tempo que marca a diferença entre um migrante e um não-migrante, sendo migrante aquele que reside a menos de 10 anos em um município e não-migrante aquele que mora no mesmo município que nasceu ou cujo município de residência atual é o mesmo há mais de 10 anos, sem interrupção.

As definições de migração mudaram muito ao longo dos anos e continuam mudando, com o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre esses processos de mobilidade espacial. Uma das questões colocadas sobre esse conceito do Manual VI diz respeito à questão da difícil definição e caracterização sobre o que seria uma mudança de domicílio permanente ou temporária, algo difícil de se definir até hoje.

Algo que sempre há que se ter em mente em relação ao conceito de migração é sobre a sua variabilidade em relação a cada objetivo do estudo. Com isso ele acaba por depender mais “do enfoque e interesses do pesquisador do que propriamente dos dados, divisões administrativas ou convenções pré-existentes” (CUNHA, 2011: 10). Com isso, cada estudo gera novas leituras acerca da migração. Durante todo o trabalho o migrante

¹⁴Essa questão se encontra no questionário da amostra e é a de número “6.25 - Em que unidade da federação (Estado) e município ou país estrangeiro morava antes de mudar-se para este município?”.

¹⁵Essa questão se encontra no questionário da amostra e é a de número “6.26 – Em que unidade da federação (Estado) e município ou país estrangeiro morava em 31 de julho de 2005?”.

¹⁶Tradução livre de “traslado de una zona definitoria de la migración a otra (o un traslado a una distancia mínima especificada) que se ha hecho durante un intervalo de migración determinado y que ha implicado un cambio de residencia.”

será aquele não-natural, independente do tempo seu de residência¹⁷. Mas para explicar a migração, o conceito de “espaço de vida”, será útil para analisarmos o caso da migração Pankararu, objeto desta dissertação. Esse conceito foi desenvolvido por Courgeau (1974) e define como espaço de vida todo aquele espaço em que o indivíduo realiza as suas atividades rotineiras:

...pode ter um sentido amplo se se leva em conta todas as conexões do indivíduo, ou restrito se só levamos em conta o lugar de residência da família e do trabalho. Podem, então, considerarem-se dois tipos de deslocamento: os que se realizam no interior dos espaços de vida sem modificá-lo: deslocamentos cotidianos ou temporários entre os diferentes lugares que constituem esse espaço, e aqueles que modificam o espaço habitual, seja pela ampliação ou redução do número de lugares utilizados ou por uma mudança radical de área de residência. (DOMENACH e PICOUE, 1996: 10, tradução nossa¹⁸)

Este último conceito independe das fronteiras político-administrativas do país. Assim, ele acaba por considerar a importância do conceito de território na migração, território mais como um espaço da prática da vida do que simplesmente como um pedaço de chão. Como o presente estudo se refere à migração indígena, ele utilizará os conceitos com especial atenção à constituição deste espaço de vida dos indivíduos e famílias, e a sua influência nos percursos migratórios. Em seguida veremos como a migração dos povos indígenas é estudada, a fim de conseguirmos maiores bases teóricas e metodológicas para tratar do assunto, além de um panorama dos movimentos migratórios dos autodeclarados indígenas no Brasil.

2.2 A migração dos povos indígenas

¹⁷ Isso só vai mudar quando as variáveis forem residência anterior e residência na data fixa. Quando for residência anterior, o migrante será aquele cuja última residência, a menos de 10 anos, foi diferente da de nascimento. Caso seja por data fixa, o migrante é aquele que a 5 anos atrás da data de referência do Censo Demográfico vivia em um município diferente do de nascimento.

¹⁸ Tradução livre de “...puede tener un sentido amplio si se tienen en cuenta todas las conexiones del individuo, o restringido si sólo retenemos el lugar de residencia de la familia y el de trabajo. Pueden entonces considerarse dos tipos de desplazamientos: los que se realizan en el interior del espacio de vida sin modificarlo: desplazamientos cotidianos o temporarios entre los diferentes lugares que constituyen ese espacio, y aquellos que modifican el espacio habitual, sea por la ampliación o reducción del número de lugares utilizados o por un cambio radical del área de residencia.”

Os estudos demográficos sobre migração indígena na América Latina e no Brasil não são muito numerosos. Assim, essa temática acaba por se pautar nos estudos feitos por outras áreas, como a história e a geografia, além dos estudos de casos antropológicos.

Dentro da demografia latinoamericana destaca-se o livro “Migraciones indígenas em las Américas”, do Instituto Interamericano de Derechos Humanos (2007). Esse livro, produto de um evento realizado em 2006, que reuniu especialistas de várias temáticas e países, tem como objetivo:

...ser subsídio importante para seu conhecimento e análise [das migrações indígenas] e, particularmente, para a busca de elementos que permitam melhorar as ações de proteção das pessoas que se movem em nossa região, em busca de melhores condições de vida para elas e para suas famílias, assim como subsidiar as políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social destes povos, evitando, assim, a desterritorialização de muitas pessoas indígenas com as graves consequências que provoca esse desenraizamento das comunidades e a nível nacional. (IIDH, 2007: 8, tradução nossa¹⁹).

Assim, essa coletânea de artigos perpassa por diversas temáticas relacionadas à migração, tanto interna quanto internacional, como o deslocamento em direção aos espaços urbanos, a questão da identidade, as mulheres em relação a esses processos migratórios, as questões relacionadas à saúde e as políticas públicas. Esses artigos demonstram que na América Latina, principalmente nos últimos 10 anos, muitas famílias e indivíduos estão migrando em direção aos centros urbanos, aumentando a participação da população indígena nessas áreas em comparação com as terras ou territórios rurais indígenas. Outra questão levantada e analisada nessa publicação foi a questão da migração das mulheres indígenas em direção aos centros urbanos para trabalhar e também para seguirem seus estudos. Dependendo das políticas públicas de cada país na América Latina, a situação é

¹⁹ Tradução feita a partir de “...aporte importante información para su conocimiento y análisis y, particularmente, para la búsqueda de elementos que permitan mejorar las acciones de protección de las personas que se desplazan en nuestra región en búsqueda de mejores condiciones de vida para ellas y sus familias, así como de políticas públicas que promuevan el desarrollo económico y social de estos pueblos, evitando de esta manera el desplazamiento de muchas personas indígenas con las graves consecuencias que provoca su desarraigo en las comunidades y a nivel nacional.”

diferente, porém, o que é comum é a tendência de urbanização, a grande presença de jovens indígenas migrantes, e as dificuldades dos países, juntamente com os povos indígenas, pensarem o futuro dessas populações em suas terras.

Outros dois textos importantes publicados no livro “Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes”, coordenado por Fabiana Del Popolo, Estela Maria Garcia de Pinto da Cunha, Bruno Ribotta e Marta Azevedo (2011), são o “Migración de jóvenes indígenas en América Latina”, de Fabiana Del Popolo e Bruno Ribotta, e o “Desplazamiento forzado de los grupos étnicos en Colombia”, de Javier Iván Soledad Suescún e Carmen Egea Jiménez. O primeiro texto utiliza a rodada dos censos de 2000 na Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá e Paraguai como base de dados para mostrar como se dá a migração e a consequente distribuição espacial dos jovens indígenas na América Latina. O segundo texto enfoca nos deslocamentos forçados²⁰ sofridos por indígenas, negros-afrocolombianos e ciganos, devido aos conflitos na Colômbia²¹, colocando em questão a dificuldade da identificação étnica dentro do Registro Único de Población Desplazada²².

Outros dois textos produzidos pela UN-Habitat, órgão da ONU responsável pelas questões urbanas, enfatizam a presença indígena na cidade, tanto no âmbito da migração quanto da expansão da malha urbana: “Securing Land Rights for indigenous peoples in cities – Policy guide to secure land rights for indigenous peoples in cities” (2011), texto direcionado às pessoas que elaboram políticas públicas, com o intuito de sensibilizá-las e instruí-las no tratamento da temática em seu trabalho; outro texto é o “Urban indigenous peoples and migration: A Review of Policies, Programmes and Practices” (2010), documento gerado a partir do Expert Group Meeting on Urban

²⁰ Deslocamentos forçados são aqueles que ocorrem dentro do próprio país em razão de forças as quais a pessoa não consegue enfrentar sem arriscar a sua vida, como conflito armado, violência generalizada, violações de direitos humanos, entre outras razões.

²¹ Nos últimos 30 anos a Colômbia vem passando por conflitos sérios com a guerrilha organizada nas FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – principalmente em determinadas regiões, como a costa sudoeste, a região nordeste na Amazônia e em cidades como Medellín.

²² O Registro Único de Población Desplazada (RUPD) é subordinado ao Ministério de Ação Social, da Presidência da República e “...permite conocer entre otros aspectos la composición étnica de la población desplazada año por año desde 1997, siendo posible localizar a las personas desplazada según el lugar de expulsión y el lugar de recepción hasta una escala municipal.” (SUESCÚN e JIMÉNEZ, 2011:130)

Indigenous Peoples and Migration, que ocorreu em Santiago, Chile, em 2007, “dá atenção particular a variação natural da migração rural-urbana em todo o mundo e o seu impacto na qualidade de vida e direitos dos indígenas urbanos, particularmente os jovens e mulheres.” (UN-Habitat, 2010: III, tradução nossa²³)

Os poucos estudos sobre migração indígena feitos no Brasil também enfocam na questão da urbanização dessa população. São eles o “Movimentos Migratórios da População Sateré-Mawé – Povo Indígena da Amazônia Brasileira”, por Raylene Rodrigues de Sena e Pery Teixeira, que tem como intuito conhecer o movimento migratório dos Sateré-Mawé da Terra Indígena Andirá-Marau em direção aos centros urbanos dos municípios de Parintins, Maués e Barreirinha, onde anseiam encontrar trabalho e estudos para seus filhos, apesar dos grandes problemas de adaptação cultural que sofrem; e “Migração, urbanização e características da população indígena do Brasil através da análise dos dados censitários de 1991 e 2000”, por Pery Teixeira, que utiliza os dados sobre os indígenas residentes nas grandes cidades como ponto inicial de estudo da migração indígena através das informações do Censo Demográfico de 2000, analisando as suas características, como renda e níveis de alfabetização. Nesse último trabalho, Teixeira demonstra que tanto para a renda como para as taxas de analfabetismo, os indígenas migrantes tem níveis piores do que os não-indígenas migrantes. Esses últimos, em geral, possuem indicadores piores do que os não-migrantes no Brasil. Dessas análises o autor propõe novos estudos a serem desenvolvidos que comprovem as hipóteses de que os indígenas migrantes estariam em uma situação mais vulnerável do que os não-indígenas na mesma condição. Outro estudo feito no Amazonas, no município de São Gabriel da Cachoeira, a partir dos dados do levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental e Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro em 2003, mostrou a relação entre urbanização e migração naquele município, onde 50% dos moradores indígenas não são nascidos na cidade, mas nas comunidades e terras indígenas deste município (AZEVEDO, 2006).

Em relação à mobilidade guarani, foi lançado a pouco tempo o volume 8 –

²³ Originária do texto “...particular attention is paid to the varying nature of rural-urban migration around the world, and its impact on quality of life and rights of urban indigenous peoples, particularly youth and women.”

Povos Indígenas: mobilidade espacial – da série Por dentro do Estado de São Paulo. Os Guaraní acreditam na importância do caminhar, o *oguatá*, como maneira de estar no mundo e de manutenção da sua saúde física, mental e espiritual, sendo esse caminhar também reflexo de uma expulsão de seus territórios e de busca da *Terra Sem Mal*. São deslocamentos que possuem características específicas, sendo feito em grupos, famílias ou comunidades, ao longo de toda a vida, entre o Paraguai, a Argentina e regiões do Brasil, em especial no Mato Grosso do Sul ao litoral das UFs do Sul e do Sudeste.

Todos esses textos tem como um dos objetivos a inserção dos povos indígenas na dinâmica demográfica brasileira através do processo da migração. Ainda há muito que se estudar dentro dessa temática e buscando suprir essa falta, seguimos o capítulo com análises produzidas a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, a fim de termos um panorama da migração indígena recente.

2.3 Migrações indígenas no Brasil atual – análises a partir dos dados dos censos 2000 e 2010

Os resultados do Censo Demográfico de 2000 gerou um grande susto em relação ao número de população indígena no Brasil: houve um crescimento absoluto de 440 mil indígenas, sendo o ritmo de crescimento anual de 1991/2000 na ordem de 10,8% (PEREIRA, 2011: 13). Dentre as explicações para esse grande crescimento estavam:

a) crescimento vegetativo dos indígenas, devido ao maior número de nascimentos do que o de mortes; b) imigração internacional originária dos países limítrofes que têm alto contingente de população indígena, como Bolívia, Equador, Paraguai e Peru, com destino às áreas fronteiriças ou às grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo; e c) aumento da proporção de indígenas urbanizados que optaram pela categoria “indígena” no censo 2000 e que anteriormente se classificavam em outras categorias. (PEREIRA, 2011: 13)

Como o crescimento se deu, sobretudo, nas áreas urbanas do país, com exceção

das áreas rurais²⁴ do Sudeste, onde também houve um crescimento considerável, acredita-se que a última hipótese seja a mais plausível. Esse aumento da proporção de indígenas nas áreas urbanas seria, então, referentes tanto aos que possuem pertencimento étnico quanto aos que não possuem, mas se classificaram genericamente como indígenas. Assim, devido a esse grande crescimento que as áreas urbanas tiveram de 1991 a 2000, que não é produto exclusivo do crescimento vegetativo e da migração, mas que também reflete a mobilidade na autodeclaração de raça ou cor durante esse período, utilizaremos apenas os Censos Demográficos de 2000 e 2010, quando não houve grandes mudanças no número absoluto de população indígena, para traçar um panorama da migração indígena no Brasil, por grandes regiões.

Para tanto, foram utilizados os dados do questionário da amostra, onde se encontram as perguntas sobre migração. Trabalhou-se com um banco de dados formado somente por aquelas pessoas que se autodeclararam indígenas na pergunta “raça/cor da pele”. Devido ao desajuste que existe entre a população indígena amostrada, pois essa variável não é utilizada no cálculo da amostra, e ao fato de representarem números pequenos em muitas localidades, toda a análise foi feita somente para as grandes regiões do Brasil – Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

As análises foram divididas em 3 grandes grupos temáticos: a) o primeiro se refere à situação das migrações nas grandes regiões. O objetivo dessas primeiras análises é de conhecer a quantidade de população autodeclarada indígena que nasceu em município e/ou Unidade da Federação diferente daquela onde reside, e os que residem atualmente no mesmo município que nasceram, mas que já moraram em outro município, os que denominaremos de “retornados”. É importante enfatizar que ambas as perguntas foram feitas para pessoas que moram nesses municípios, independentemente do tempo de moradia das mesmas nesses locais. Além disso, analisaremos o tempo de moradia e a idade

²⁴ “Como situação urbana, consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos e outros aglomerados.” (IBGE, 2005: 16)

ao migrar daqueles não-naturais²⁵, por grande região.

b) O segundo grupo temático tem o intuito de conhecer o perfil dos autodeclarados indígenas migrantes e daqueles que já migraram em algum momento da vida e que retornaram para o município que nasceram, por grandes regiões. Nesta seção também foram incluídas todas as pessoas que residiam no município atual independente do tempo de residência. As variáveis utilizadas foram a “situação do domicílio atual”, sexo, idade e a resposta à pergunta “sabe ler e escrever”.

c) O terceiro e último grupo de análises desse item será feito por meio de matrizes migratórias²⁶, por grandes regiões, utilizando as variáveis de UF de nascimento, município atual, UF de residência anterior e UF de residência em data fixa (31 de julho de 1995 para o Censo Demográfico 2000 e 31 de julho de 2005 para o de 2010). É importante ressaltar que só responderam as perguntas sobre UF de residência anterior e UF de data fixa aquelas pessoas que não moram no município que nasceram há menos de 10 anos ininterruptos.

2.3.1 A situação das migrações nas grandes regiões do Brasil

As Tabelas 1 e 2 foram elaboradas com a variável “Nasceu neste município?”, do censo 2000, onde estão como ‘branco’ aqueles que são ‘naturais e que sempre moraram no mesmo município de nascimento’, como ‘sim’ os naturais que moraram em outro município, e ‘não’ os não-naturais. Isso é possível porque há uma pergunta anterior, a “Mora neste município desde que nasceu?” que filtra os respondentes para as questões posteriores. O Censo Demográfico 2010 condensou essas duas perguntas em uma “Nasceu neste município?”, cujas respostas foram compatibilizadas na tabela da seguinte maneira: “sim e sempre morou” como os naturais que sempre moraram no mesmo município de

²⁵ Durante o texto a seguir, usaremos o termo não-naturais ao invés de migrante, pois o natural que já morou em outro município que não o de nascimento, o retornado, também é considerado migrante. Dessa maneira poderemos diferenciar os dois tipos de movimentos migratórios.

²⁶ Matriz migratória é uma maneira de dispor os dados por região de origem e região de destino. Na linha estão localizados os dados sobre região de origem, onde é possível conhecer os imigrantes, ou seja, aqueles que entraram em tal região. Na coluna veremos as regiões de destino e os emigrantes, ou seja, aqueles que saíram dos locais de nascimento e/ou moradia. (RIGOTTI, 1999: 49)

nascimento; “sim, mas morou em outro município ou país estrangeiro” como os naturais que moraram em outro município; e não como os não-naturais. Dessa maneira pôde-se comparar ambos os Censos Demográficos na mesma tabela.

A Tabela 1, na sequência, mostra o número absoluto de autodeclarados indígenas nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, por situação de ‘natural e sempre morou’, ‘natural, mas morou em outro município’, ‘não-natural’ e ‘total’, nas grandes regiões. É interessante perceber que o maior número absoluto dos naturais que moraram em outro município, tanto em 2000 quanto em 2010, se encontra na região Nordeste (5.725 em 2000 e 8.539 em 2010), seguida da Sudeste (4.673 em 2000 e 5.074 em 2010), sendo os menores números da região Centro-Oeste (1.635 em 2000 e 1.689 em 2010). Entre os não-naturais, o maior número absoluto se encontra na região Sudeste em 2000 (90.558), seguida da Nordeste (52.874), estando o menor número na Norte (26.621). Já em 2010 essa lógica muda um pouco, com o maior número absoluto de autodeclarados não-naturais na região Nordeste (55.912) seguida da Sudeste (53.300), e a Centro-Oeste em último, com 28.003 autodeclarados indígenas não-naturais. Essas observações são importantes, para demonstrarmos o fluxo de indígenas nas e entre as regiões Nordeste e Sudeste, caso em que os Pankararu, povo indígena que será mais especificamente estudado no capítulo seguinte, se inserem.

Tabela 1 - Número absoluto dos autodeclarados indígenas a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, por situação de natural, não-natural e total, nas grandes regiões.

Grande Região	Natural e sempre morou		Natural, mas morou em outro município		Não-natural		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Norte	184.284	274.085	2.539	2.588	26.621	28.480	213.444	305.153
Nordeste	111.790	145.006	5.725	8.539	52.874	55.912	170.389	209.457
Sudeste	65.957	42.922	4.673	5.074	90.558	53.300	161.188	101.296
Sul	44.415	43.492	2.555	2.167	37.777	29.523	84.747	75.182
Centro-Oeste	72.646	100.723	1.635	1.689	30.079	28.003	104.360	130.415
Brasil	479.091	606.228	17.127	20.055	237.909	195.218	734.127	821.501

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Já a Tabela 2 abaixo mostra a distribuição proporcional dos autodeclarados indígenas nos Censos Demográficos 2000 e 2010, por situação de natural, não-natural e total, nas grandes regiões. Seus resultados mostram que a proporção de pessoas naturais e que sempre moraram no mesmo município que nasceram aumentou de 2000 para 2010. No Norte essa porcentagem foi de 86,34% para 89,82%, diminuindo entre os naturais que moraram em outro município (de 1,19% para 0,85%) e entre os não-naturais (de 12,47% para 9,33%). Na região Nordeste a porcentagem de pessoas naturais que sempre moraram no mesmo município aumentou (de 65,61% para 69,23%), continuando essa tendência entre os naturais, mas que moraram em outro município (de 3,36% para 4,08%), havendo, para os não-naturais, uma redução da porcentagem de 2000 para 2010 (de 31,03% para 26,69%). A região Sudeste seguiu a mesma tendência da Nordeste: de 40,92% para 42,37% entre os naturais que sempre moraram na mesma cidade que nasceram; de 2,90 para 5,01 dentre os naturais que moraram em outro município; e de 56,18% para 52,62% entre os não naturais. Apesar dessa diminuição na proporção, a região Sudeste continua sendo a grande região que possui a maior porcentagem de autodeclarados indígenas não-naturais. As regiões Sul e Centro-Oeste sofreram um aumento na porcentagem dos naturais que moram no mesmo município que nasceram, de 52,41% para 57,85% na Sul e de 69,61% para 77,23% na Centro-Oeste, havendo uma redução nas duas categorias seguintes (de 3,02% para 2,88% na Sul e de 1,57% para 1,29% na Centro-Oeste entre os naturais que moraram em outro município e de 44,58% para 39,27% na Sul e de 28,82% para 21,47% na Sudeste, entre os não-naturais). A tendência no Brasil foi de aumento da proporção dos naturais que sempre moraram no mesmo município que nasceram, de 65,26% para 73,80%, e entre os naturais que moraram em outro município (de 2,33% para 2,44%), havendo uma redução entre os não-naturais, de 32,41% para 23,76%.

Tabela 2 - Distribuição proporcional dos autodeclarados indígenas a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, por situação de natural, não-natural e total, nas grandes regiões.

Grande Região	Natural e sempre morou		Natural, mas morou em outro município		Não-natural		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Norte	86,34	89,82	1,19	0,85	12,47	9,33	100,00	100,00
Nordeste	65,61	69,23	3,36	4,08	31,03	26,69	100,00	100,00
Sudeste	40,92	42,37	2,90	5,01	56,18	52,62	100,00	100,00
Sul	52,41	57,85	3,02	2,88	44,58	39,27	100,00	100,00
Centro-Oeste	69,61	77,23	1,57	1,29	28,82	21,47	100,00	100,00
Brasil	65,26	73,80	2,33	2,44	32,41	23,76	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

O tempo de residência no município pode mostrar sobre a temporalidade da migração, se ela é mais recente ou não. Assim, as tabelas 30 e 31 no apêndice descrevem o volume e a distribuição proporcional dos indígenas naturais, mas que moraram em outro município e não-naturais, por tempo de moradia ininterrupta no município atual, por grande região, nos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram o mesmo padrão nos dois anos, descrito na Tabela 30 no apêndice, em que o tempo de moradia ininterrupto no município atual tem maior volume na faixa '10 anos ou mais', seguido da de '0 a 2 anos', '3 a 5 anos' e, por último, '6 a 9 anos'. O Nordeste, Sudeste e Sul, durante o ano 2000, apresentam esse mesmo padrão, mudando em 2010: o terceiro grupo com maior volume de população é o de '6 a 9 anos'.

A Tabela 31 em anexo demonstra que a porcentagem de pessoas com 10 anos ou mais de residência – que corresponde a maior porcentagem por tempo de moradia no município em todas as grandes regiões – aumentou de 2000 a 2010 em todas as localidades, diminuindo também a proporção de pessoas com '0 a 2 anos' de tempo de moradia, com exceção da região Centro-Oeste (foi de 22,23% em 2000 para 23,19% em 2010). Ou seja, a migração recente vem diminuindo a sua participação nos movimentos migratórios indígenas em todo o país, sendo, em 2010, responsável por menos da metade dos migrantes: 61,78% no Sudeste, 61,44% no Nordeste, 54,07% no Norte, 52,35% no Sul e 51,43% no

Centro-Oeste.

Uma maneira de conhecer os motivos da migração é pela idade ao migrar. Dependendo da faixa de idade em que há uma maior porcentagem de migrantes, entendidos aqui como a soma dos não-naturais aos naturais que moraram em outro município, ela pode indicar uma migração por trabalho, estudo, ou em família. As Tabelas 32 e 33 no apêndice mostram o volume e a distribuição proporcional dos indígenas migrantes, por grupo quinquenal de idade ao migrar, por grande região, nos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A região Norte apresenta o grupo de idade ao migrar de 15 a 19 anos como o que possui maior volume de migrantes em 2000 – 4.478 indígenas, em 2010 passando para 5.801 no grupo quinquenal de idade ao migrar de 0 a 4 anos. Em termos proporcionais, em 2000, os grupos de idade ao migrar com maior²⁷ proporção de população indígena são 15 a 19, 10 a 14, 20 a 24, 25 a 29 e 0 a 4. Em 2010 os grupos de idade ao migrar com maior população indígena estão mais rejuvenescidos: 0 a 4, 15 a 19, 10 a 14, 20 a 24 e 5 a 9. O fato de haver muitas crianças migrantes indica uma migração em família, já que dificilmente uma criança migra sozinha.

A região Nordeste possui um padrão de idade ao migrar bem similar ao da Norte: em 2000 seu grupo etário com maior volume foi o de 15 a 19 anos, com 8.539 pessoas, sendo que proporcionalmente os grupos de idade ao migrar com maior proporção de população indígena foram 15 a 19, 20 a 24, 10 a 14, 5 a 9 e 25 a 29. Em 2010 o grupo etário de idade ao migrar com maior população foi o 0 a 4, com 12.105 pessoas, sendo os grupos etários com maior população o de 0 a 4, 15 a 19 e 20 a 24.

As três demais regiões também apresentaram esse mesmo padrão, o que indica que os migrantes indígenas em 2000 em relação aos de 2010 tinham uma idade ao migrar mais jovem, o que nos faz pressupor que também a migração seja de caráter mais familiar, uma vez que no ano de 2010 houve consideráveis concentrações de população no grupo quinquenal de idade ao migrar de 0 a 4 anos. A seguir analisaremos o perfil dos não-naturais para conhecermos melhor quem é esse indígena que se move.

²⁷ Foram consideradas, durante toda a descrição da tabela 18 e 19, no apêndice, as maiores proporções e/ou as concentrações de proporções como as maiores a partir de 10%.

2.3.2 Análises do perfil dos migrantes

As Tabelas 34 e 35, constantes no apêndice, foram feitas com o intuito de se conhecer o perfil dos migrantes que são categorizados como os ‘não-naturais’, por grande região. Para isso foram selecionadas as pessoas que se enquadraram como não-naturais nas tabelas anteriores (1 e 2) para que se saiba o sexo, idade por grupo quinquenal, se sabem ler e escrever, a situação do domicílio atual, nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, e o tipo de registro de nascimento, apenas para o ano de 2010.

Na região Norte, aumentando de 2000 para 2010, mas em ambos anos, há uma maior proporção de mulheres autodeclaradas indígenas que são não-naturais no município atual – em 2000, 49,57% são homens e 50,43% mulheres, enquanto em 2010 48,89% são homens e 51,11% mulheres. As maiores proporções²⁸, tanto de homens quanto de mulheres, nos dois anos, se dão entre os grupos etários de 15 a 19 e o de 45 a 49 anos, sendo que, para os homens autodeclarados indígenas não-naturais, em 2000, a faixa etária com maior proporção de pessoas é a de 30 a 34 anos, enquanto para as mulheres em 2000 e os homens e mulheres em 2010 é o grupo quinquenal de 25 a 29 anos de idade.

A região Nordeste apresenta uma proporção maior de mulheres autodeclaradas indígenas não-naturais como o Norte, mas com uma diferença maior entre homens e mulheres: em 2000, 45,56% de homens e 54,44% de mulheres, enquanto em 2010 são 47,37% de homens e 52,63% de mulheres. Em termos de grupos quinquenais, para o ano 2000, há uma maior proporção da população concentrada nos grupos quinquenais entre 15 e 19 anos e 50 e 54 anos, sendo que, tanto para homens quanto para mulheres, o grupo com maior proporção de pessoas é o de 35 a 39 anos. Para o ano de 2010 essa concentração se dá de 10 a 14 anos até o grupo de 55 a 59 anos, com maior proporção de pessoas, para os homens, na faixa etária de 30 a 34 anos e para as mulheres de 35 a 39.

A proporção de mulheres e homens indígenas não-naturais na região Sudeste é similar à Nordeste: 45,84% de homens e 54,16% de mulheres em 2000 e 45,74% de homens e 54,26% de mulheres em 2010. Para os homens, em 2000, a maior concentração

²⁸ Foram consideradas, durante toda a descrição da tabela 3 e 4, no apêndice, as maiores proporções e/ou as concentrações de proporções como as maiores a partir de 3,00.

de população se dá entre os grupos quinquenais 20 a 24 anos e 50 a 54 anos, enquanto para as mulheres ela acontece entre os grupos 15 a 19 anos e 55 a 59 anos, ambos com maior concentração no grupo 40 a 44. Para o ano de 2010 ela se dá, para os homens, entre os grupos etários 20 a 24 e 55 a 59 anos, com maior concentração no grupo 35 a 39 anos, e para as mulheres entre o 20 a 24 e 60 a 64 anos, com maior concentração no grupo de 40 a 44 anos.

Na região Sul a proporção de mulheres autodeclaradas indígenas não-naturais também é maior que a de homens: em 2000, 49,20% são homens e 50,80% mulheres, e em 2010, 48,94% são homens e 51,06% mulheres. Para o ano de 2000 a concentração, tanto de mulheres quanto de homens, é maior nos grupos entre 15 e 19 e 50 a 54 anos. Para os homens em 2000 essas maiores proporções se dão entre os grupos 10 a 14 e 55 a 59 anos, enquanto entre as mulheres ela ocorre do grupo 10 a 14 e 50 a 54 anos. Para o ano 2000 o grupo quinquenal com maior proporção entre os homens é o de 30 a 34 anos e entre as mulheres de 40 a 44 anos. Para o ano de 2010 a maior concentração se deu, tanto para homens quanto para mulheres, na faixa etária de 35 a 39 anos.

Entre os autodeclarados indígenas não-naturais, a região Centro-Oeste possuía 46,04% de homens e 53,96% de mulheres, em 2000, e 49,47% de homens e 50,53% de mulheres, em 2010. As maiores concentrações, em 2000, dos homens, se deram entre as faixas etárias 15 a 19 e 50 a 54 anos, e entre os homens de 10 a 14 à faixa de 45 a 49 anos, havendo, em ambos sexos, uma concentração no grupo etário 30 a 34 anos. No ano 2010 as maiores concentrações se deram entre os grupos 10 a 14 e 55 a 59 anos, tanto para homens quanto para mulheres, sendo o grupo quinquenal com maior proporção de homens o de 20 a 24 anos e de mulheres o de 30 a 34.

Todas essas análises mostram que os autodeclarados indígenas não-naturais se concentram nas idades adultas, em especial dos 20 aos 39 anos, em todas as grandes regiões, tanto entre homens quanto entre as mulheres.

Os autodeclarados indígenas não-naturais, no Brasil como um todo e nas grandes regiões, estão em maior proporção no meio urbano que no rural, tanto em 2000 quanto em 2010, como mostram as Tabelas 3 e 4 abaixo. Para os indígenas, em geral, essa situação é um pouco diferente: “Desses [896,9 mil indígenas], 36,2% residiam na área

urbana e 63,8% na rural. Enquanto na área urbana a Região Sudeste deteve o maior percentual de indígenas (80%), a Região Norte, com 82%, foi o maior percentual da área rural.” (IBGE, 2010).

É interessante perceber que houve uma redução na localização dos indígenas não-naturais em área urbana de 2000 para 2010, no Brasil e em todas as grandes regiões. A região Sudeste é a que possui maior proporção de população autodeclarada indígena não-natural no município de residência em áreas urbanas: 93,46% e 6,54% no rural, em 2000, e 91,96% no urbano e 8,04% no rural, em 2010), seguida da Nordeste (83,35% no urbano e 16,65% no rural, em 2000, e 74,88% no urbano e 25,12% no rural, em 2010). Para o ano 2000, a terceira região com maior proporção de população autodeclarada indígena não-natural no urbano é a Sul, com 80,40% (e 19,60% no rural), seguida da Centro-Oeste (74,94% no urbano e 25,06% no rural) e, por último, da Norte (67,14% no urbano e 32,86% no rural). Para o ano 2010, a terceira região com maior proporção de população indígena não-natural no meio urbano foi a Centro-Oeste, com 71,21% no meio urbano, seguida da Sul, com 69,69% e da Norte com 61,94%. Em 2000, para o Brasil como um todo, a situação de domicílio dos indígenas não-naturais foi 83,85% no urbano e 16,15% no rural, enquanto em 2010 ela foi de 76,34% no urbano e 23,66% no rural. O que pode-se concluir com essa análises é que em 2010 é possível que a migração tenha diminuído de intensidade ou mudado de direção – ao invés de ir do urbano para o rural, foi do rural para o urbano. Além disso, sempre podemos questionar se não houve uma diminuição na autodeclaração como indígena na área urbana, ou um aumento na declaração na área rural, para 2010.

Tabela 3 - Números absolutos dos autodeclarados indígenas não-naturais por situação do domicílio, no Brasil e grandes regiões, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

Grande região	2000			2010		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Norte	17.873	8.747	26.621	17.640	10.840	28.480
Nordeste	44.069	8.805	52.874	41.865	14.047	55.912
Sudeste	84.639	5.919	90.558	49.014	4.286	53.300
Sul	30.374	7.403	37.777	20.574	8.950	29.523
Centro-Oeste	22.542	7.538	30.079	19.941	8.062	28.003
Brasil	199.497	38.412	237.909	149.034	46.185	195.218

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Tabela 4 - Distribuição proporcional dos autodeclarados indígenas não-naturais por situação do domicílio, no Brasil e grandes regiões, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

Grande região	2000			2010		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Norte	67,14	32,86	100,00	61,94	38,06	100,00
Nordeste	83,35	16,65	100,00	74,88	25,12	100,00
Sudeste	93,46	6,54	100,00	91,96	8,04	100,00
Sul	80,40	19,60	100,00	69,69	30,31	100,00
Centro-Oeste	74,94	25,06	100,00	71,21	28,79	100,00
Brasil	83,85	16,15	100,00	76,34	23,66	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Quando se avalia a condição de alfabetizado²⁹ do autodeclarado indígena não-natural pode-se observar que há um aumento da proporção dos migrantes alfabetizados em todas as grandes regiões, de 2000 para 2010 – ver tabelas 5 e 6 abaixo. Comparando-se as regiões entre si, nota-se que a maior proporção de indígenas não-naturais alfabetizados, em 2000 se deu na região Sudeste com 85,05%, seguida da Sul, 79,89%, Nordeste, com 76,45%

²⁹ A condição de alfabetização da pessoa é medida pela variável “Sabe ler e escrever?”, sendo considerado alfabetizado aquele que respondeu que sabe ler e escrever e analfabeto o que disse que não.

de alfabetizados e, por fim, as regiões Centro-Oeste com 76,12% e Norte com 72,00% de ‘não-naturais’ alfabetizados. A região Norte permanece em 2010 como a que possui a menor proporção de alfabetizados seguida da Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Tabela 5 - Números absolutos dos autodeclarados indígenas não-naturais de 15 anos ou mais por condição de alfabetizado, no Brasil e grandes regiões, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

Grande região	2000			2010		
	Alfabetizado	Analfabeto	Total	Alfabetizado	Analfabeto	Total
Norte	19.166	7.455	26.621	21.023	6.179	27.202
Nordeste	40.423	12.452	52.874	42.501	11.452	53.953
Sudeste	77.016	13.543	90.558	47.484	5.194	52.678
Sul	30.178	7.598	37.777	24.816	3.990	28.807
Centro-Oeste	22.898	7.182	30.079	23.239	3.749	26.988
Brasil	189.681	48.230	237.909	159.063	30.564	189.628

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Tabela 6 - Distribuição Proporcional dos autodeclarados indígenas não-naturais de 15 anos ou mais por condição de alfabetizado, no Brasil e grandes regiões, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

Grande região	2000			2010		
	Alfabetizado	Analfabeto	Total	Alfabetizado	Analfabeto	Total
Norte	72,00	28,00	100,00	77,28	22,72	100,00
Nordeste	76,45	23,55	100,00	78,77	21,23	100,00
Sudeste	85,05	14,95	100,00	90,14	9,86	100,00
Sul	79,89	20,11	100,00	86,15	13,85	100,00
Centro-Oeste	76,12	23,88	100,00	86,11	13,89	100,00
Brasil	79,73	20,27	100,00	83,88	16,12	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

O texto de Teixeira (2008) utiliza os dados censitários de 1991 e 2000 para abordar as características da população indígena no Brasil, dentre ela a condição de alfabetizado. Para provar que os indígenas migrantes, assim como os não-indígenas migrantes, possuem condições de vida no local de destino diferente da dos naturais, ele

analisou os indígenas migrantes e não-migrantes em 3 municípios: Manaus, Recife e São Paulo. Nas três cidades ele encontrou uma taxa de analfabetismo maior entre os indígenas migrantes que entre os não migrantes. É interessante observarmos que, comparando os dados dos não migrantes com o dos indígenas em geral (IBGE, 2010), perceberemos que a proporção de alfabetizados indígenas não-naturais é maior que a de indígenas em todas as grandes regiões, em 2000 e 2010, com exceção do Sudeste e do Sul, em 2000, que possuem uma taxa de alfabetização de 87,2% e 80,1% respectivamente, para os indígenas, enquanto para os indígenas não-naturais ela é de 85,05% e 79,89%.

O censo 2010 perguntou, pela primeira vez, se as pessoas menores de 10 anos de idade possuíam registro de nascimento. Para os indígenas, foi incluída na resposta a categoria 'RANI', que é o Registro Administrativo de Nascimento Indígena que a FUNAI dá. A pergunta 'Tem registro de nascimento' teve como opções de resposta 'Do cartório', 'Declaração de Nascido Vivo (DNV) do Hospital ou da Maternidade'³⁰, 'Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI)', 'Não tem' e 'Não sabe'. É importante observar que essa foi também a primeira vez que se pôde saber a abrangência do RANI, fornecido pela FUNAI aos indígenas. Os dados das Tabelas 7 e 8 abaixo mostram que em todas as grandes regiões, dentre aqueles que tem registro, a maior parte possui o do cartório, a certidão de nascimento. Esse número é seguido pelos indígenas que só possuem o RANI. A região que tem a maior porcentagem de RANI é a Centro-Oeste, seguida da Sul, Norte, Sudeste e Nordeste. Em números absolutos, a região que possui maior número de indígenas não-naturais com RANI é a Norte, com 692 pessoas, em sequência a Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste. No Brasil o número total de RANI é 2.097, que corresponde a 13,08% dos indígenas não-naturais. É interessante observar que a região Norte também é a que possui maior proporção de autodeclarados indígenas não-naturais sem qualquer registro de nascimento (3,25%), seguida da Sudeste, Centro-Oeste, Sul e, por último, a região Nordeste.

³⁰ A Declaração de Nascidos Vivos é a emitida pelo hospital ou maternidade após o parto da criança, quando esta nasce com vida.

Tabela 7 - Números absolutos do registro de nascimento do autodeclarados indígenas não-naturais, no Brasil e grandes regiões, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grande Região	Registro de Nascimento					Total
	Do cartório	DNV	RANI	Não tem	Não sabe	
Norte	2.561	55	692	112	20	3.439
Nordeste	4.852	37	74	28	0	4.991
Sudeste	2.292	15	114	77	0	2.498
Sul	1.797	7	575	49	34	2.462
Centro-Oeste	1.926	6	642	72	0	2.646
Brasil	13.428	120	2.097	338	54	16.036

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2010

Tabela 8 - Distribuição proporcional do registro de nascimento do autodeclarados indígenas não-naturais, no Brasil e grandes regiões, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grande Região	Registro de Nascimento					Total
	Do cartório	DNV	RANI	Não tem	Não sabe	
Norte	74,46	1,60	20,11	3,25	0,57	100,00
Nordeste	97,21	0,74	1,49	0,56	0,00	100,00
Sudeste	91,77	0,60	4,55	3,08	0,00	100,00
Sul	72,99	0,30	23,36	1,98	1,37	100,00
Centro-Oeste	72,80	0,22	24,27	2,71	0,00	100,00
Brasil	83,74	0,75	13,08	2,10	0,33	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2010

Quando comparamos os dados do registro de nascimento dos indígenas não naturais com os indígenas em geral, vemos que eles possuem maior proporção de registro no cartório, com exceção da região Sudeste, e menor proporção no RANI (IBGE, 2010). Isso pode ser explicado pelo fato de boa parte desses indígenas não-naturais morarem fora de TIs e em áreas urbanas, o que facilitaria a obtenção de registro por cartório, ao mesmo tempo que torna mais difícil ter o RANI.

2.3.3 As matrizes migratórias no Brasil

Outro método utilizado para dar o panorama da migração indígena no Brasil foi

a construção de matrizes migratórias a partir dos microdados do Censo Demográfico. Em termos metodológicos, procedeu-se da seguinte maneira para essa análise: como os dados foram utilizados por grandes regiões, as variáveis de migração tiveram que ser recodificadas para que, ao invés de incluírem a variável da UF ou o município, apresentará por grandes regiões.

As Tabelas 9 e 10 abaixo mostram as matrizes migratórias da grande região de nascimento para grande região atual do município de residência dos indígenas não-naturais, nos Censos Demográficos 2000 e 2010. A diagonal da matriz mostra os movimentos nas grandes regiões, de UF da região para outra UF da mesma região, e de um município a outro, dentro da própria UF. As demais casas mostram os movimentos originados das grandes regiões de nascimento com destino às grandes regiões atuais. É importante ressaltar que essa matriz considera as pessoas que não residem no mesmo município de nascimento independente do tempo da migração, sendo assim considerado migrante aquele que não reside no mesmo município que nasceu.

A região Norte apresenta um grande fluxo intrarregional com 18.551 não-naturais que se deslocaram para essa mesma região, tendo como segundo maior destino, em 2000, a região Sudeste seguida da Centro-Oeste. Invertendo essa ordem, em 2010, o Centro-Oeste se apresenta como principal destino fora da própria região Norte, com 2.795 pessoas, seguido da Sudeste. Há um aumento do número de emigrantes originários da região Norte, de 2000 para 2010, de 26.813 para 30.097 pessoas, assim como de imigrantes, sendo que em ambos anos o maior número de pessoas que imigraram na região Norte vieram do Nordeste, seguido, em 2000, da região Sudeste, e em 2010 da Centro-Oeste.

Na região Nordeste a maior parte dos movimentos migratórios também ocorrem dentro da própria grande região, tendo como maior região de destino e de origem a Sudeste, nos anos de 2000 e 2010: 29.804 pessoas do Nordeste emigraram para a região Sudeste em 2000 e em 2010 esse número diminuiu para 15.468 pessoas; em 2000 2.603 pessoas do Sudeste imigraram para o Nordeste, aumentando esse número para 3.166 em 2010. É importante ressaltar que a região Nordeste é a que possui maior número de emigrantes, tanto em 2000, quanto em 2010. O Nordeste também foi a região que mais recebeu migrantes em 2010, posto que em 2000 foi ocupado pela região Sudeste. O que se

pode deduzir dos números acima, é que existe um fluxo migratório entre sudeste e nordeste; e é possível dizer que provavelmente houve uma migração de retorno para o Nordeste na última década.

Conhecida como grande região de atração de migrantes (BAENINGER, 2008), a região Sudeste foi a que recebeu mais migrantes em 2000 (88.589 pessoas), havendo uma redução dessa imigração em 2010 – com 49.822 pessoas, menor que a própria região Nordeste. Em termos de destino, os autodeclarados indígenas não-naturais da região Sudeste migraram preferencialmente dentro da própria região, 47.995 pessoas em 2000 e 27.003 em 2010, seguidos da região Centro-Oeste em 2000 e do Nordeste em 2010. Dentre os que imigraram para a região Sudeste, a predominância de origem é o Nordeste, tanto em 2000 quanto em 2010, 29.804 pessoas em 2000 e 15.468 pessoas em 2010.

A região Sul possui maior número de movimentos migratórios dentro da mesma região, tendo como segundo maior destino a Sudeste em ambos os anos. Dentre as pessoas que imigraram para a região Sul, 2.511 vieram do Sudeste em 2000 e 1.436 em 2010, sendo essa a região de origem com maior número de imigrantes no Sul.

O Centro-Oeste foi a única região que houve um aumento de emigrantes, de 21.530 pessoas em 2000 para 22.609 em 2010. Em termos de imigrantes houve uma redução, de 29.554 em 2000 para 27.435 em 2010. Tanto em 2000 quanto em 2010, seu maior número de imigrantes é proveniente da própria, seguido da Nordeste. Em termos de destino, os emigrantes da região Centro-Oeste preferiram a própria região, seguida da região Sudeste.

Tabela 9 - Matriz migratória de grande região de nascimento para grande região atual dos autodeclarados indígenas não-naturais, por grande região, a partir dos dados do Censo Demográfico 2000.

Grande região de nascimento dos não-naturais	Grande região atual					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Total
Norte	18.551	1.515	4.123	469	2.155	26.813
Nordeste	4.093	47.925	29.804	1.589	6.791	90.202
Sudeste	1.138	2.603	47.995	2.511	2.901	57.148
Sul	735	230	3.729	31.877	1.085	37.656
Centro-Oeste	1.019	384	2.938	567	16.622	21.530
Total	25.536	52.657	88.589	37.013	29.554	233.349

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000

Tabela 10 - Matriz migratória de grande região de nascimento para grande região atual dos autodeclarados indígenas não-naturais, por grande região, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grande região de nascimento dos não-naturais	Grande região atual					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Total
Norte	22.907	1.631	2.173	591	2.795	30.097
Nordeste	2.491	49.758	15.468	869	4.310	72.896
Sudeste	395	3.166	27.003	1.436	1.460	33.460
Sul	173	220	2.856	25.099	486	28.834
Centro-Oeste	780	481	2.322	642	18.384	22.609
Total	26.746	55.256	49.822	28.637	27.435	187.896

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2010

Outra maneira de saber um pouco mais sobre o panorama da migração dos indígenas é através da matriz migratória de região de residência anterior para região atual, como mostram as Tabelas 11 e 12 abaixo. Devido à temporalidade decenal dos Censos Demográficos do Brasil, a variável de residência anterior só foi aplicada para aqueles que moram em um município diferente do de nascimento a menos de 10 anos ininterruptos. Assim, a definição de migrante nas tabelas anteriores é distinta. Migrantes nas análises a seguir são todos aqueles que, além de serem não-naturais dos municípios de residências e

de serem naturais, mas terem morado em outro município, são aqueles cujo município de residência anterior, há menos de 10 ininterruptos anos é diferente do atual. Ou seja, para essas próximas análises serão utilizados os dados referentes àqueles indígenas migrantes que possuíam município de residência anterior a menos de 10 anos diferente da atual, enquanto nas tabelas anteriores eles eram migrantes independente do tempo de residência. Além disso, a migração nas tabelas seguintes é o retrato de uma migração atual, onde os migrantes de 10 anos ou mais de residência não estão sendo contabilizados.

As matrizes mostram um aumento nos movimentos migratórios de 2000 para 2010 desse contingente de indígenas que possuíam a residência anterior diferente da atual, aumentando o número de emigrantes e imigrantes em todas as grandes regiões, sendo que a prevalência de movimentos migratórios se deu dentro das próprias regiões, com exceção das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste em 2000.

A região Norte teve o número de autodeclarados indígenas não-naturais aumentado de 6.028 em 2000 para 13.936 em 2010. Os emigrantes tiveram como destino principal, depois da própria região Norte, a Centro-Oeste. Já os imigrantes tiveram como principal origem a própria região Norte, seguida da Nordeste.

A região Nordeste apresentou um aumento, tanto do fluxo emigratório quanto do imigratório, de 2000 para 2010, se considerarmos o município de residência anterior como critério para definição de migração: seu saldo emigratório³¹ em 2000 foi de 15.787 pessoas, enquanto em 2010 ele foi de 25.000; já o saldo imigratório³² em 2000 foi de 8.250 pessoas para 23.323 em 2010. A principal grande região de maior destino daqueles com residência anterior no Nordeste, em 2000, foi o Sudeste, seguida do próprio Nordeste. Em 2010 essa lógica se inverteu: a grande região de maior destino foi o próprio Nordeste, seguido da Sudeste. Dentre os que chegaram no Nordeste, tanto em 2000 quanto em 2010 eles vieram, primeiramente, do próprio Nordeste (3.343 em 2000 e 18.986 em 2010), e em seguida do Sudeste (3.187 pessoas em 2000 e 3.159 em 2010). Isso pode ser uma volta dos migrantes nordestinos que foram pro Sudeste para a sua região de origem com a melhora econômica que o Nordeste teve nesses últimos anos, em comparação à estagnação do

³¹Total de pessoas da região que emigraram, ou seja, saíram da sua residência atual para outra residência.

³²Total de pessoas da região que imigraram, ou seja, passaram a ter como residência atual outra residência.

crescimento econômico e de oportunidades de trabalho no Sudeste (AMARAL e NOGUEIRA, 1992).

A região Sudeste também presenciou um aumento no número de emigrantes – de 10.781 pessoas em 2000 para 16.735 em 2010 – e de imigrantes – de 17.546 pessoas em 2000 para 19.133 em 2010. A região com o maior número de imigrantes no Sudeste, em 2000, foi a Nordeste, seguida da Sudeste, essa ordem invertendo-se em 2010, com 12.189 pessoas provenientes do próprio Sudeste e 4.231 no Nordeste. Essa lógica de troca entre o Nordeste e o Sudeste continua entre os emigrantes do Sudeste que, tanto em 2000 quanto em 2010 tiveram como principal destino o próprio Sudeste, seguido do Nordeste.

Os movimentos migratórios dos indígenas que possuíam residência anterior diferente da residência atual, da região Sul são também predominantemente intrarregionais: em 2000, o maior número de imigrantes tiveram origem na região Sul, seguida da Sudeste, e de emigrantes também para a região Sul, seguidos da Sudeste; em 2010 esse padrão permanece, com o maior número de imigrantes originários da própria região Sul, seguidos da Sudeste, e com emigrantes também primordialmente da região Sul, seguida da Sudeste.

A região Centro-Oeste apresentou um aumento no total de emigrantes e de imigrantes de 2000 para 2010, de 4.749 emigrantes em 2000 para 12.833 em 2010, e de 6.572 imigrantes em 2000 para 13.409 em 2010. Dentre os autodeclarados indígenas não-naturais emigrantes do Centro-Oeste, 1.702 foram para a mesma região, tendo como sequência a região Sudeste. Já para os imigrantes para o Centro-Oeste, em 2000, 2.228 deles haviam vindo do Nordeste, seguidos pelos 1.702 que vieram do Centro-Oeste; e em 2010, 10.481 pessoas vieram do próprio Centro-Oeste, seguidas de 1.318 que vieram do Norte do Brasil. Esse aumento e modificação no padrão pode ser resultado da mudança nas fronteiras dos municípios da região Centro-Oeste, assim como um movimento em direção a locais onde há trabalho na agroindústria.

De maneira geral é importante percebermos que houve um aumento da migração de 2000 para 2010 de acordo com as tabelas abaixo, de residência anterior, o contrário do que aconteceu com as tabelas acima, de grande região de nascimento. Isso indica que há um aumento nos deslocamentos migratórios indígenas de 2000 para 2010 no período entre os Censos Demográficos, ou seja, um aumento no número de migrações de

caráter recente.

Tabela 11 - Matriz migratória de grande região de residência anterior para grande região atual dos autodeclarados indígenas não-naturais do município de residência, por grande região, a partir dos dados do Censo Demográfico 2000.

Grande região de residência anterior	Grande região atual					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Total
Norte	2.027	996	1.446	372	1.187	6.028
Nordeste	1.422	3.343	8.432	362	2.228	15.787
Sudeste	404	3.187	4.813	1.212	1.165	10.781
Sul	198	157	1.403	2.284	290	4.332
Centro-Oeste	521	567	1.452	507	1.702	4.749
Total	4.572	8.250	17.546	4.737	6.572	41.677

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000

Tabela 12 - Matriz migratória de grande região de residência anterior para grande região de residência atual dos autodeclarados indígenas não-naturais do município de residência, por grande região, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grande região de residência anterior	Grande região atual					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Total
Norte	11.020	674	652	272	1.318	13.936
Nordeste	658	18.986	4.231	187	938	25.000
Sudeste	118	3.159	12.189	696	573	16.735
Sul	27	100	1.092	12.545	99	13.863
Centro-Oeste	457	404	969	522	10.481	12.833
Total	12.280	23.323	19.133	14.222	13.409	82.367

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2010

Como forma de conhecer os aspectos mais recentes do panorama migratório dos autodeclarados indígenas no Brasil, estão as Tabelas 13 e 14, em sequência, com a matriz migratória de grande região de residência na data fixa para grande região atual dos autodeclarados indígenas não-naturais do município de residência, por meio dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010. Para efeito de elaboração dessas tabelas, considera-se migrantes aqueles que residiam em um município na data fixa, 5 de julho de 1995 para o

Censo Demográfico 2000 e 5 de julho de 2005 para o Censo Demográfico 2010, diferente do município de residência atual. Como a data fixa se refere a uma data a 5 anos antes da data do Censo Demográfico, ela dá um panorama da migração na metade do período entre os Censos Demográficos.

A região Norte apresentou um aumento nesse tipo de movimento, considerando a imigração que passa de 7.583 em 2000 para 8.296 em 2010, e na emigração, de 8.844 em 2000 para 9.389 pessoas em 2010. Tanto em 2000 quanto em 2010 a maior parte das trocas migratórias se deu dentro da própria região Norte, contabilizando o movimento de 6.521 pessoas em 2000 e 7.797 em 2010.

A região Nordeste sofreu uma redução do número de autodeclarados indígenas não-naturais que emigraram de seus municípios de residência na data fixa, de 15.814 em 2000 para 15.744 em 2010. Já entre os imigrantes houve um aumento, de 12.682 em 2000 para 14.467 em 2010. A região principal de destino dos residentes no Nordeste na data fixa foi, tanto em 2000 quanto em 2010, o próprio Nordeste, seguido do Sudeste. A região de origem daqueles que imigraram para o Nordeste na data fixa segue o mesmo padrão daquela de destino, sendo a principal o Nordeste, seguido do Sudeste.

A maior parte das trocas migratórias da região Sudeste se deu internamente, 14.715 pessoas se deslocando interregionalmente em 2000 e 9.997 em 2010. Essa diminuição acompanhou a de todos os movimentos migratórios na região, tanto de entrada quanto de saída dos não-naturais. Dentre os autodeclarados indígenas não-naturais que atualmente estão no Sudeste, depois do grupo proveniente do próprio Sudeste o de maior número de pessoas, tanto em 2000 quanto em 2010 foi o do Nordeste. Os que emigraram do Sudeste foram para o NE, além do próprio Sudeste, tanto em 2000 quanto em 2010. O número total de autodeclarados indígenas que imigraram e emigraram do Sudeste diminuiu de 2000 para 2010, saindo de 17.420 emigrantes em 2000 para 12.118 em 2010; e de 20.725 imigrantes em 2000 para 13.303 em 2010, considerando a residência em uma data fixa.

A região Sul, assim como a Sudeste, também presenciou uma diminuição em seu total de trocas migratórias dos autodeclarados indígenas, saindo de 10.720 emigrantes em 2000 para 8.884 em 2010, e de 11.142 imigrantes em 2000 para 9.272 em 2010. Tanto

em 2000 quanto em 2010 a região que os emigrantes da região Sul mais se dirigiram foi a própria região Sul seguida da Sudeste. O mesmo acontece com os imigrantes que, além das trocas dentro da própria região Sul, a segunda região com maior número de autodeclarados indígenas não-naturais imigrantes foi a Sudeste.

Na região Centro-Oeste houve um aumento, tanto de imigrantes quanto de emigrantes de autodeclarados indígenas de região de residência na data fixa por grande região atual, de 2000 para 2010, passando, em 2000, de 8.042 emigrantes para 8.493 em 2010, enquanto os imigrantes foram de 8.708 em 2000 para 9.290 em 2010. As maiores trocas migratórias se deram dentro da própria região Centro-Oeste. Dos autodeclarados indígenas que imigraram para o Centro-Oeste, além dos provenientes da própria região, em 2000, a segunda região com maior número de pessoas foi a Nordeste, e em 2010 a Norte. Dentre os locais de destino dos autodeclarados indígenas não-naturais do Centro-Oeste, o grupo com maior número de pessoas depois da própria região foi, tanto em 2000 quanto em 2010, a região Sudeste, com 791 pessoas em 2000 e 376 em 2010.

Tabela 13 - Matriz migratória de região de residência na data fixa para grande região atual dos autodeclarados indígenas não-naturais do município de residência, por grande região, a partir dos dados do Censo Demográfico 2000.

Grande região de residência na data fixa	Grande região atual					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Total
Norte	6.521	509	946	222	646	8.844
Nordeste	533	10.542	3.673	121	945	15.814
Sudeste	180	1.254	14.715	648	623	17.420
Sul	101	88	600	9.838	93	10.720
Centro-Oeste	248	289	791	313	6.401	8.042
Total	7.583	12.682	20.725	11.142	8.708	60.840

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000

Tabela 14 - Matriz migratória de grande região de residência na data fixa para grande região atual dos autodeclarados indígenas não-naturais do município de residência, por grande região, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grande região de residência na data fixa	Grande região atual					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Total
Norte	7.797	294	381	112	805	9.389
Nordeste	236	12.575	2.178	149	606	15.744
Sudeste	73	1.328	9.997	336	384	12.118
Sul	4	59	371	8.360	90	8.884
Centro-Oeste	186	211	376	315	7.405	8.493
Total	8.296	14.467	13.303	9.272	9.290	54.628

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2010

Como foi demonstrado em todas as tabelas e matrizes anteriores, há um reconhecido fluxo migratório dos autodeclarados indígenas entre o Sudeste e o Nordeste. As tabelas a seguir serão específicas para as UFs Pernambuco – PE – e São Paulo – SP –, ambas regiões que possuem uma grande população indígena já retratada como migrante em estudos (AMARAL e NOGUEIRA, 1992, BAENINGER, 2008). Para isso selecionamos, primeiro, apenas aqueles não-naturais do município de residência atual, e depois aqueles que são naturais do município de residência atual, mas já moraram em outro município.

Como mostram as Tabelas 15 e 16 abaixo, em termos de situação de domicílio dos autodeclarados indígenas não-naturais do município de residência atual, tanto em Pernambuco quanto em São Paulo, nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, há um maior número de pessoas que possuem residência em meio urbano. Apesar disso, houve uma diminuição de 2000 para 2010: em Pernambuco, em 2000, a porcentagem de autodeclarados indígenas não-naturais em meio urbano foi de 87,59% e rural 12,41%, e foi para 72,87% no meio urbano e 27,13% no meio rural, em 2010; em São Paulo a proporção de indígenas não-naturais, em 2000, foi de 93,72% em áreas urbanas e 6,28% em áreas rurais, tendo diminuído em 2010, para 92,54% no urbano e 7,46% no rural.

Tabela 15 - Número absoluto dos autodeclarados indígenas não-naturais, por situação de domicílio, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

UF	Situação de domicílio					
	2000			2010		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Pernambuco	8.695	1.232	9.927	8.953	3.334	12.287
São Paulo	40.100	2.688	42.788	26.266	2.118	28.384

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Tabela 16 - Distribuição percentual dos autodeclarados indígenas não-naturais, por situação de domicílio, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

UF	Situação de domicílio					
	2000			2010		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Pernambuco	87,59	12,41	100,00	72,87	27,13	100,00
São Paulo	93,72	6,28	100,00	92,54	7,46	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Por condição de alfabetização, de acordo com as Tabelas 17 e 18 abaixo, em Pernambuco, os autodeclarados indígenas não-naturais apresentaram um aumento na proporção de alfabetizados, passando de 77,14% alfabetizados e 22,86% de analfabetos em 2000 para 79,17% de pessoas alfabetizadas e 20,83% de analfabetos em 2010. Esse aumento de 2000 para 2010 também se repetiu em São Paulo, saindo de 85,91% de alfabetizados em 2000 para 91,15% em 2010, e de 14,09% de analfabetos em 2000 para 8,85% em 2010.

Tabela 17 - Número absoluto dos autodeclarados indígenas não-naturais, por condição de alfabetização, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010³³.

UF	Condição de alfabetização					
	2000			2010		
	Alfabetizado	Analfabeto	Total	Alfabetizado	Analfabeto	Total
Pernambuco	7.658	2.270	9.928	9.241	2.432	11.673
São Paulo	36.759	6.029	42.788	25.575	2.485	28.060

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Tabela 18 - Distribuição percentual dos autodeclarados indígenas não-naturais, por condição de alfabetização, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

UF	Condição de alfabetização					
	2000			2010		
	Alfabetizado	Analfabeto	Total	Alfabetizado	Analfabeto	Total
Pernambuco	77,14	22,86	100,00	79,17	20,83	100,00
São Paulo	85,91	14,09	100,00	91,15	8,85	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Os autodeclarados indígenas naturais que moraram em outro município são aqueles que migraram e retornaram ao lugar de origem. As Tabelas 19 e 20 em sequência mostram a situação deles por situação de residência nos Censos Demográficos 2000 e 2010. Estão, predominantemente, em meio urbano e, como ocorreu com os não-naturais, houve uma redução na presença em meio urbano e um consequente aumento no meio rural, de 2000 para 2010: em 2000, em Pernambuco, 80,46% dos autodeclarados indígenas naturais que moraram em outro município estavam em meio urbano, reduzindo a 69,31% em 2010, passando a presença em meio rural de 19,54% em 2000 para 30,69% em 2010; em São Paulo o meio rural aumentou sua participação na proporção dos não-naturais que moraram em outro município de 8,55% em 2000 para 10,01% em 2010, enquanto os em meio

³³ A pergunta sobre “sabe ler e escrever”, em 2000, foi feita para todas as pessoas, enquanto em 2010 apenas para aquelas com 5 anos ou mais de idade. Isso vale tanto para a Tabela 19 quanto para a 20.

urbano passaram de 91,45% em 2000 para 89,99% em 2010.

Tabela 19 - Número absoluto dos autodeclarados indígenas naturais que moraram em outro município, por situação de domicílio, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

UF	Situação de domicílio					
	2000			2010		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Pernambuco	854	207	1.061	1.765	782	2.547
São Paulo	1.137	106	1.243	2.172	242	2.414

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Tabela 20 - Distribuição percentual dos autodeclarados indígenas naturais que moraram em outro município, por situação de domicílio, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

UF	Situação de domicílio					
	2000			2010		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Pernambuco	80,46	19,54	100,00	69,31	30,69	100,00
São Paulo	91,45	8,55	100,00	89,99	10,01	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Em termos de condição de alfabetização, como mostram as Tabelas 21 e 22 abaixo, para Pernambuco, houve um aumento na proporção de pessoas alfabetizadas de 2000 para 2010: 82,11% dos autodeclarados indígenas naturais que moraram em outro município eram alfabetizados em 2000 para 83,67% em 2010, enquanto os analfabetos passaram de 17,89% em 2000 para 16,33% em 2010. Apesar dessa redução na proporção dos analfabetos, em números absolutos ela representou um aumento, de 190 pessoas em 2000 para 403 em 2010. Em São Paulo houve uma redução na distribuição proporcional de alfabetizados, apesar do aumento em números absolutos: os alfabetizados eram 93,71% da

população de autodeclarados indígenas naturais que moraram em outro município em 2000, o que correspondia a 1.165 pessoas, passando a 92,97% em 2010, o que correspondia a 2.224 pessoas. Entre os analfabetos a distribuição percentual passou de 6,29% em 2000, para 7,03% em 2010.

Tabela 21 - Número absoluto dos autodeclarados indígenas naturais que moraram em outro município, por condição de alfabetização, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

UF	Condição de alfabetização					
	2000			2010		
	Alfabeto	Analfabeto	Total	Alfabeto	Analfabeto	Total
Pernambuco	871	190	1.061	2.063	403	2.466
São Paulo	1.165	78	1.243	2.224	168	2.392

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Tabela 22 - Distribuição percentual dos autodeclarados indígenas naturais que moraram em outro município, por condição de alfabetização, nas UFs Pernambuco e São Paulo, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

UF	Condição de alfabetização					
	2000			2010		
	Alfabeto	Analfabeto	Total	Alfabeto	Analfabeto	Total
Pernambuco	82,11	17,89	100,00	83,67	16,33	100,00
São Paulo	93,71	6,29	100,00	92,97	7,03	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

CAPÍTULO 3 – Os Pankararu – um estudo de caso

Na maloca/aldeia denominada Cana Brava, quando os padres da missão da ordem de São Felipe Néry chegaram no fim do século XVIII com indígenas de diferentes povos, “ou transferidos de aldeamentos recém-extintos, ou fugidos da perseguição bandeirante, ou simplesmente recolhidos de sua perambulação vagabunda” (ARRUTI, 1996 : 2), outras famílias já residiam no local. Eram, então, cerca de 350 pessoas vivendo por lá quando, em 1878, um ato imperial decidiu extinguir o aldeamento e o transformou em lotes distribuídos entre as famílias que ali viviam. Sessenta anos depois o Serviço de Proteção ao Índio – SPI – funda o Posto Indígena Pankararu, em Brejo dos Padres, próximo aos municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá. Nesse final de século XIX estimava-se que a população Pankararu era cerca de 1.100 habitantes. Cinquenta e cinco anos depois chegavam a ultrapassar 5.000 pessoas (ARRUTI, 1996). De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010 residiam no Brasil 11.366 Pankararu, dos quais 7.351 vivem em Terras Indígenas em Pernambuco e 9.957 em toda essa UF. Este capítulo pretende descrever e traçar algumas hipóteses para um fenômeno que há muito já acontece entre os Pankararu: a migração. O mapa abaixo começa a dar algumas respostas, pois os Pankararu se encontram em nove Terras Indígenas, sendo duas delas de habitação tradicional desse povo, enquanto nas outras provavelmente estão morando como cônjuges de pessoas de outros povos: as TI Pankararu e Entre Serras.

Brasil

Terras indígenas com presença Pankararu

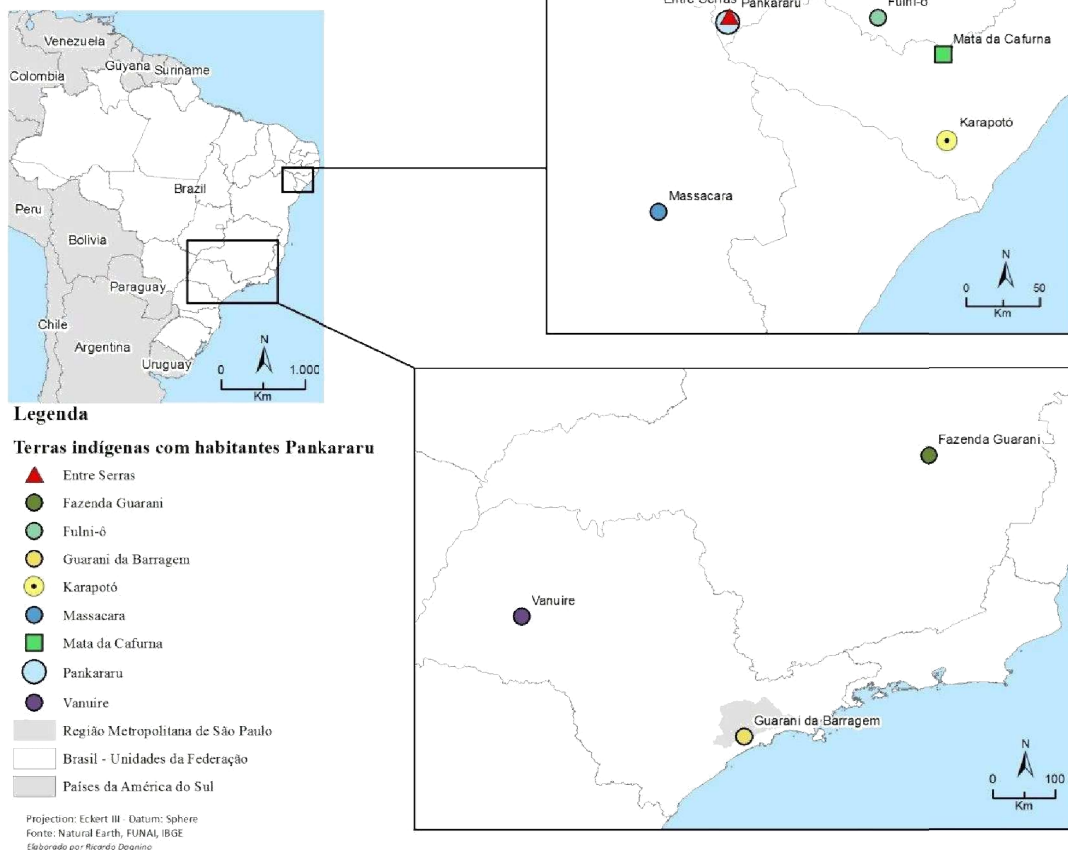


Figura 1 - Terras indígenas com presença Pankararu, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Nordeste

Terras indígenas com etnia principal Pankararu

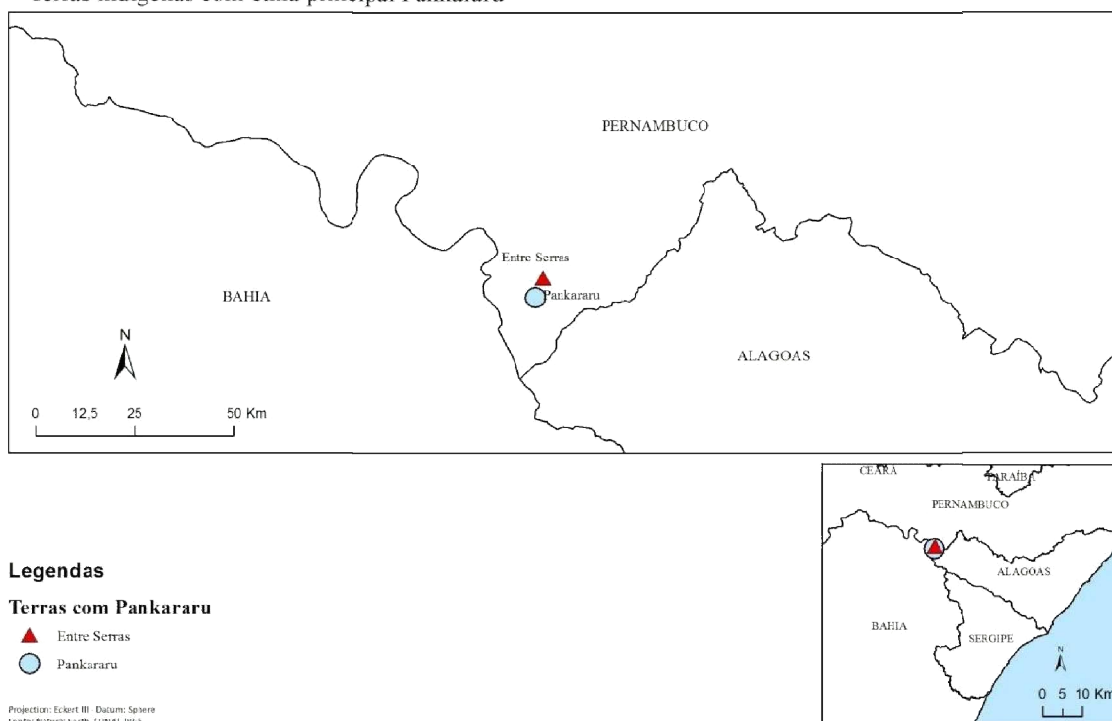


Figura 2 - Terras Indígenas Pankararu e Entre Serras, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

3.1 Materiais e métodos

O presente capítulo tem como intuito caracterizar a migração Pankararu, além de tecer algumas considerações sobre esse fluxo migratório desde o ponto de vista dessa população. Para isso, serão utilizadas duas fontes de dados principais: o Censo Demográfico 2010 e duas entrevistas em profundidade realizadas em 2013.

O Censo Demográfico de 2010 apresentou como um de seus avanços o acréscimo da pergunta sobre ‘povo/etnia a que pertence’ que foi feita para aquelas pessoas que se autodeclararam ou se consideraram ‘indígena’, como foi explicado anteriormente no capítulo 1. Com essa variável foi possível obter dados específicos sobre a população Pankararu. Esses dados encontram-se no BME – Banco Multidimensional de Estatística –,

base de dados onde se localizam todas as pesquisas do IBGE, com o maior número possível de variáveis. O BME não está disponível de maneira integral ao público por meio da internet, sendo necessário pagar uma taxa para que se tenha acesso ao mesmo. No início de agosto a variável de etnia foi retirada do BME, fazendo com que os dados por etnia utilizados nesse trabalho sejam somente referentes à idade e sexo da população Pankararu, tanto em Terras Indígenas quanto fora delas, em todas as Unidades da Federação brasileira, faltando os referentes à sessão de ‘Migração interna e internacional’ do questionário da amostra.

Os dados recebidos já estavam agregados por grupo quinquenal de idade, como forma de manter o sigilo dos respondentes. Para determinados gráficos e tabelas foram utilizados dados com idade agrupadas por grupos quinquenais e em outros por grupos decenais, para diminuir a variação aleatória dos pequenos números (ver capítulo 1 para explicações).

As pirâmides etárias, assim como os gráficos sobre a razão de sexo por idade, tem como objetivo conhecer o perfil por sexo e idade da população Pankararu, em todas as UFs e em Pernambuco e São Paulo em específico. Trabalhou-se também com análises do perfil etário por grandes grupos de idade – 0 a 14, 15 a 49 e 50 anos ou mais de idade –, que tem como objetivo classificar a população segundo os critérios de Sundbarg constantes no livro “Dinâmica da População – teoria, métodos e técnicas de análise” (BERQUÓ, 1980: 33-36). Esse autor utiliza os critérios abaixo para classificar a população em “progressiva”, “estacionária”, ou “regressiva”, considerando a faixa etária intermediária com peso inalterado e avaliando as variações dos grupos etários mais jovens e mais idosos. Para o autor, a população progressiva é a que possui uma porcentagem de pessoas de 0 a 15 anos maior que de 50 anos ou mais (40% e 10% respectivamente), fazendo com que seja esperado que essa população continue em crescimento, já que a natalidade é alta e a mortalidade baixa. A população estacionária também possui o grupo etário jovem maior que a idosa, mas em menores proporções (33% para as pessoas com 0 a 15 anos e 17% para as com 50 anos ou mais), o que faz com que ela tenha um crescimento tendendo a 0, não havendo modificações em sua estrutura – suas características de natalidade, mortalidade e crescimento são estáveis. Por fim, a pirâmide considerada regressiva é a que

possui uma porcentagem de população com 50 anos ou mais maior que a de 0 a 15 anos (30% e 20% respectivamente), o que a caracterizaria com baixa natalidade, alta mortalidade e um futuro de decrescimento populacional.

Outra maneira de se analisar o perfil etário de uma população é através dos critérios de Whipple (Idem), em que “uma população é considerada ‘normal’ quanto à sua estrutura etária se 50% das pessoas tiverem suas idades compreendidas entre 15 e 49 anos completos;” (Ibidem). Quando a porcentagem é maior que 50% ele considera uma população “acessiva”, e “recessiva” quando menor que 50%, na faixa de 15 a 49 anos completos. Essas características gerariam as mesmas condições de natalidade, mortalidade e crescimento que pelos critérios de Sundbarg acima, associando a pirâmide progressiva a acessiva, estacionária a normal, e regressiva a recessiva.

A fim de conhecer melhor sobre o movimento migratório Pankararu e o seu papel na vida da população, foram feitas duas entrevistas qualitativas semi-estruturadas que serão analisadas ao final deste capítulo. A primeira entrevista foi feita por mim a uma mulher Pankararu residente na zona leste de São Paulo, no dia 27 de julho de 2014, na residência da entrevistada. A segunda entrevista foi gentilmente cedida pelo professor José Maurício Arruti a mim, para uso analítico nessa dissertação. Ela foi feita em 11 de setembro de 2013, por esse professor, em Pernambuco, na aldeia Brejo dos Padres, na TI Pankararu. As perguntas das entrevistas giraram em torno da história de vida dos entrevistados e da relação de ambos, tanto com o município de São Paulo quanto com as próprias aldeias. Buscou-se também conhecer as questões familiares envolvendo essas duas realidades espaciais e as redes tecidas entre esses grupos sociais e espaços. Antes de tudo, será feita uma recorrida sobre a história dos Pankararu e uma revisão bibliográfica breve sobre os estudos publicados sobre esse povo.

3.2 História recente dos Pankararu

Diz a tradição oral que o Brejo se tornou dos índios com a “cessão de quatro ‘léguas-em-quadra’ de terra ao grupo pela Coroa, entre 1680 e 1802, cuja demarcação

toma a igreja do aldeamento como centro, e dela projeta em cruz quatro linhas de uma 'légua de sesmaria' (6600 m), o que resulta numa área total de 14.294 ha.” (ARRUTI, 1993: 20), entre os municípios de Tacaratu e Petrolândia, em Pernambuco. O segundo reconhecimento veio no governo do presidente Getúlio Vargas, em 1940, com a instalação do posto do SPI – Serviço de Proteção ao Índio –, época em que essa instituição começava a trabalhar com maior ênfase com a população indígena na região Nordeste. A homologação da primeira terra indígena Pankararu – Terra Indígena Pankararu – deu-se somente em 1987 com uma área de 8.100 ha. A segunda terra indígena Pankararu – Terra Indígena Entre Serras – ocorreu somente em 2007, sendo de 7.550 ha localizados entre os municípios de Jatobá, Petrolândia e Tacaratu, todos em Pernambuco. Desde 2003 outra localidade, a Fazenda Cristo Rei, em Jatobá, está em processo de identificação, momento inicial do processo de reconhecimento e demarcação das terras indígenas – ver Tabela 36 no apêndice.

Mas a história Pankararu chegou ao Brejo dos Padres. Não nasceu ali. O verdadeiro nome Pankararu é *Pancarú Geritacó Cacalancó Umã Canabrava Tatuxi de Fulô*. Esse nome reúne as etnias que compuseram o grupo de pessoas que se instalaram no Brejo dos Padres que foi constituído como um “território de reunião e combinação étnica compartilhado por vários grupos de origens diferentes, além dos negros ex-escravos que vieram a ser alocados aí em fins da década de 1870.” (ARRUTI, 1999: 26). Além de reunião, o verdadeiro nome dos Pankararu tem o significado de disseminação, pois é a partir dele, o *tronco*, que se dispersam grupos de descendentes, suas *pontas de rama* (ARRUTI, 1999). O par Troncos Velhos/Pontas de Rama se formam por oposição, são móveis, e permitem “considerar como parentes grupos política e territorialmente distintos, tendo por referência ancestrais comuns (reais ou imaginários) de uma forma que pode ampliar-se até incluir todos os ‘índios’, por oposição a todos os ‘civilizados’, ‘brancos’ ou ‘brasileiros’.” (ARRUTI, 1999: 25). O par que estaremos discutindo ao longo do texto é o que possui os Pankararu como *tronco* e seus “sobrenomes” e “enxames” como *pontas de rama*.

Dentre os grupos já formados e documentados como pontas de rama da árvore Pankararu estão os Pankararé, os Jeripancó, os Kantaruré, os Kalancó, os Pancaru e os

Pankararu do Real Parque, na cidade de São Paulo. É interessante observar que a formação, tanto desses subgrupos quanto dos próprios Pankararu, se deu por meio de processos de deslocamentos espaciais. Essa migração nunca significou um rompimento por completo do povo Pankararu, mas a expansão do mesmo por meio de casamentos e divisões de aldeias relacionadas entre si através das relações familiares.

A migração para a cidade de São Paulo se destaca na formação das ramas pela sua distância, além de colocar em questão a própria identidade dos Pankararu, como indígenas do Nordeste, no meio da maior metrópole brasileira:

Esse grupo [os Pankararu do Real Parque] tem origem na intensificação do fluxo de deslocamento de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por gatos que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos ‘empreiteiros’ das obras. A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de ‘gato’ e mais tarde de empreiteiro das obras de desmatamento da Cia de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo, que tem lá filhos e irmãos. (ARRUTI, 1999: 29)

Apesar dos Pankararu do Real Parque em São Paulo serem considerados *pontas de rama* (provavelmente devido à existência de *praiá*³⁴ na posse da diretoria da Associação S.O.S. Pankararu em São Paulo, o que eleva a importância do grupo ao ter a possibilidade de abrir um terreiro por lá) os Pankararu também foram para outros locais da Região Metropolitana de São Paulo, principalmente ao longo da Zona Leste. Antes da pergunta sobre etnia ser incluída no Censo Demográfico 2010, existiam outras estimativas sobre o tamanho da população Pankararu em São Paulo feitas por pesquisadores e instituições:

... 1.500 índios segundo Arruti (1999) e Matta (2007); 1.200 segundo o relatório da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo

³⁴ “O Praiá consiste num conjunto de duas peças, máscara e saia, tecido com fibras de croá (planta da família das bromélias) que encobre absoluta e necessariamente a identidade do dançarino, que então incorpora um Encantado. Estes, por sua vez, são os espíritos de índios que não morreram, mas abandonaram voluntariamente o mundo, por “encantamento” e passaram a compor o panteão virtualmente indeterminado de espíritos protetores de cada grupo.” (ARRUTI, 1999: 20)

(2002); 1.000 segundo Carneiro da Cunha (1999); 1.000 segundo Medeiros (2004); e 950 segundo Cosso (2002). Esses números referem-se ao contingente Pankararu distribuído por toda a região metropolitana de São Paulo: Osasco, Santo Amaro, Santo André, Jardim Elba, Mauá, São Miguel, Pirituba, Vila Prudente e Real Parque (MATTA, 2007). Especificamente no bairro do Real Parque, essa população é de 116 famílias e 513 pessoas (MATTA, 2007), estando já na quarta geração de migrantes (ALBUQUERQUE, 2008). (FARIAS, 2010: 72-73)

Essas quantificações são importantes para que se conheça a ordem de grandeza desse fenômeno migratório, mas não bastam para explicá-lo. Aproveitando as novas informações publicadas pelo IBGE a partir do Censo Demográfico 2010, descritas no capítulo 1, o item a seguir vem descrever o perfil e um pouco da dinâmica demográfica Pankararu em todo o Brasil e, em especial, entre São Paulo e Pernambuco. O item 3.4 tece explicações mais detalhadas sobre as concepções dos Pankararu a respeito desse ‘espaço de vida’ entre SP e PE, por meio da análise de duas entrevistas.

3.3 Entre São Paulo e Pernambuco

Os Pankararu estão presentes em todas as grandes regiões do país, em 20 UFs e no Distrito Federal, somando 11.366 pessoas (ver Tabela 37 no apêndice). A UF com maior número de Pankararu é Pernambuco, onde se encontram as suas duas Terras Indígenas, seus territórios reconhecidos como de habitação tradicional. Residem em Pernambuco, em 2010, 9.957 Pankararu, dos quais 4.955 são homens e 5.002 mulheres. A segunda UF com maior número de Pankararu é São Paulo, com o mesmo número de homens e mulheres – 350 –, somando 700 no total (ver Tabela 29). Estudos anteriores (Ver FARIAS, Y. da S. (2010), ALBUQUERQUE, M. A. dos S. (2011), ARRUTI, J. M. P. A. (1999), NAKASHIMA, E. Y., e ALBUQUERQUE, M. A. dos S. (2011)) já apontavam para uma migração por trabalho que acompanhou todo o fluxo nordestino em direção a São Paulo, mas que se conformou e se estruturou através de redes de parentesco formando agrupações na metrópole com fortes vínculos com as aldeias em Pernambuco. As outras duas UFs com o 3º e 4º maior número de Pankararu no Brasil são Bahia (325 pessoas) e

Alagoas (186 pessoas), respectivamente. As TIs Pankararu e Entre Serras, nas quais os Pankararu são a etnia principal, se localizam próximas à fronteira entre Pernambuco, Alagoas e Bahia. Assim, a presença Pankararu nesses outros estados possivelmente pode ser explicada por questões de trabalho ou estudo, se localizando nas cidades próximas às suas TIs. As demais UFs muito provavelmente possuem uma presença Pankararu devido à questões de trabalho, casamento ou estudo, tendo um aspecto mais individual do que referente aos parentes.

A pirâmide etária abaixo, por sexo e grupo quinquenal de idade, do povo Pankararu no Brasil, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, possui a base larga, assim como as últimas faixas etárias, o que indica uma pirâmide em estágio intermediário de acordo com a teoria da transição demográfica, passando do perfil de altas taxas de natalidade e mortalidade, para o perfil de diminuição da fecundidade (número médio de filhos por mulher) e da mortalidade.

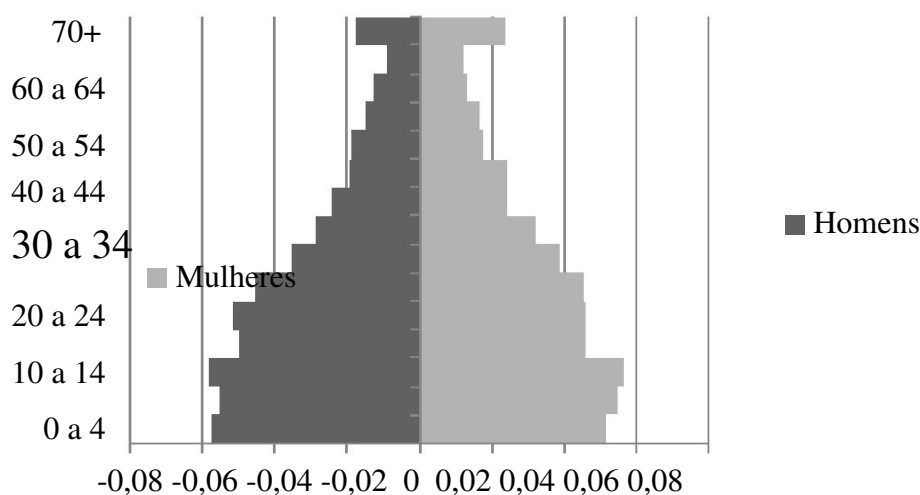


Figura 3 - Pirâmide etária do povo Pankararu, em grupos de idade quinquenais, por sexo, no Brasil, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Isso quer dizer que os Pankararu acompanham de maneira mais próxima do que outros povos indígenas da Amazônia, por exemplo, os níveis e dinâmicas demográficas da população não-indígena (AZEVEDO, 2003; PAGLIARO, 2005).

A Figura 4 abaixo mostra a razão de sexo dos Pankararu no Brasil. A razão de sexo é calculada dividindo-se o número de homens pelo de mulheres, no caso da figura abaixo, em cada faixa decenal de idade. Quando a razão de sexo é maior que 1, significa que há mais homens que mulheres; quando menor que 1, há mais mulheres que homens na população. A variação da RS ao longo do tempo é motivada por dois fatores principais: a mortalidade e a migração específica de homens ou mulheres. A razão de sexo Pankararu possui um comportamento muito semelhante com a da população geral no Brasil, com apenas uma diferença: há um aumento no número das pessoas com idades entre 50 a 59, o que pode indicar, ou uma mortalidade feminina maior que a masculina ou uma maior imigração masculina, que pode ter sido uma migração antiga refletida nessa medida atual.

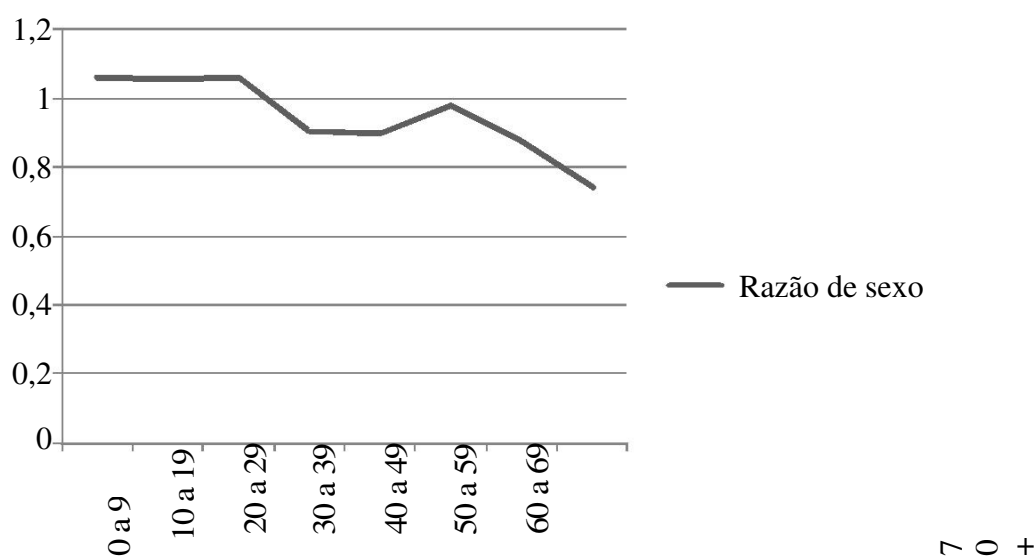


Figura 4 - Razão de sexo dos Pankararu no Brasil, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Como foi explicado no item 3.1, a análise do perfil etário de uma população também pode ser feita por meio de grandes grupos de idade. A Tabela 23 abaixo mostra como se comporta a população Pankararu por grandes grupos de idade – 0 a 14, 15 a 49 e 50 anos ou mais. Pelos critérios de Sundbarg (BERQUÓ, 1980) os Pankararu estão em um estágio dito ‘estacionário’ de sua população e, de acordo com Whipple, em estágio

“acessivo”, apesar de possuir uma porcentagem do grupo de idade 0 a 14 anos somente 1% maior que 50% (51%).

Tabela 23 - Distribuição proporcional e volume dos Pankararu, por grande grupo de idade, no Brasil, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grupos de idade	Volume	Porcentagem
0 a 14	3.786	33,31
15 a 49	5.797	51,00
50+	1.783	15,69
Total	11.366	100,00

Fonte: IBGE, BME, Censo Demográfico, 2010

As duas UF's com maior presença Pankararu foram Pernambuco e São Paulo (ver Tabela 37 no apêndice). As Tabelas 24 e 25 abaixo trazem o volume e a distribuição proporcional dos Pankararu nas UF's de Pernambuco e São Paulo, por sexo, dentro e fora da TI. Dos 9.957 Pankararu em Pernambuco, 7.351 se encontram morando nas terras indígenas de Entre Serras, Pankararu e Fulni-ô, e 2.606 estão fora de TI. Já em São Paulo, o número de Pankararu nas TI é de apenas 5, residindo na TI Guarani da Barragem e Vanuire, e 695 fora delas, uma vez que essas terras indígenas onde esses indivíduos Pankararu estão residindo em São Paulo são majoritariamente habitadas por outros povos. Em termos proporcionais, em Pernambuco, 73,83% da população reside nas TIs e 26,17% fora de TI. Em termos de diferenciais por sexo, são mais mulheres residindo fora de TI do que homens. Em São Paulo a proporção de Pankararu residindo nas TI não chega a 1%. Como já foi dito no item 3.1 Materiais e Métodos, não possuímos dados referentes à migração por etnia, ou seja, dos Pankararu, mas a maior proporção de mulheres fora das TIs do que homens pode indicar uma migração feminina maior, o que foi demonstrada no capítulo 2, por grande região.

Tabela 24 - Volume dos Pankararu nas UFs Pernambuco e São Paulo, por sexo e por dentro e fora da Terra Indígena e total, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Sexo	Unidade da Federação					
	Pernambuco			São Paulo		
	Em TI	Fora de TI	Total	Em TI	Fora de TI	Total
Homens	3.698	1.257	4.955	3	347	350
Mulheres	3.653	1.349	5.002	2	348	350
Total	7.351	2.606	9.957	5	695	700

Fonte: Censo Demográfico 2010, BME, IBGE

Tabela 25 - Distribuição proporcional dos Pankararu nas UFs Pernambuco e São Paulo, por sexo e por dentro e fora da Terra Indígena e total, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Sexo	Unidade da Federação					
	Pernambuco			São Paulo		
	Em TI	Fora de TI	Total	Em TI	Fora de TI	Total
Homens	74,63	25,37	100,00	0,86	99,14	100,00
Mulheres	73,03	26,97	100,00	0,57	99,43	100,00
Total	73,83	26,17	100,00	0,71	99,29	100,00

Fonte: Censo Demográfico 2010, BME, IBGE

Os Pankararu de Pernambuco possuem uma pirâmide etária, com a base larga, ou seja, com um grande número de pessoas de 0 a 4 anos, mas que já se vê reduzido em comparação com outras faixas etárias superiores, como a de 10 a 14 anos, o que indica que já esteja havendo uma redução na sua fecundidade, como foi apresentado também na pirâmide etária de todos os Pankararu (Figura 3). As faixas etárias com maior população são de 0 a 4 anos até 30 a 34 (Tabelas 31 e 32 no apêndice). Na pirâmide abaixo vê-se um grande número de pessoas com 70 anos ou mais. Se olharmos os dados por grupo decenal de idade (Tabelas 33 e 34 no apêndice) veremos que a participação da população de 70 anos ou mais não é tão díspar dos demais grupos de idade.

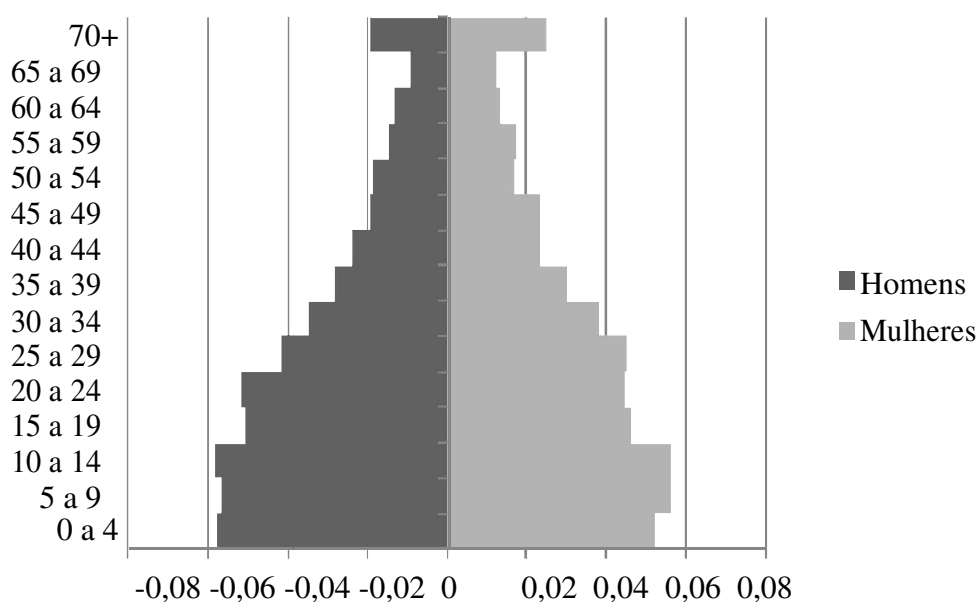


Figura 5 - Pirâmide etária do povo Pankararu, em grupos de idade quinquenais, por sexo, em Pernambuco, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

A Figura 6 abaixo mostra a razão de sexo dos Pankararu por grupo decenal de idade. A razão de sexo dos Pankararu possui um comportamento similar ao descrito acima, havendo somente um aumento na razão de sexo na faixa dos 50 a 59 anos, que pode ter sido causada, ou por uma imigração masculina, ou por uma emigração feminina, ou por uma mortalidade feminina, nessa faixa etária específica.

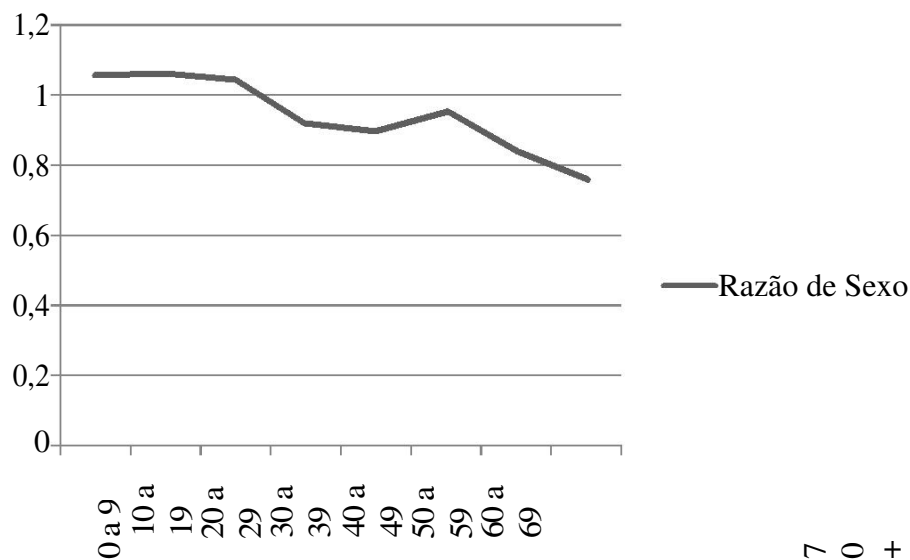


Figura 6 - Razão de sexo dos Pankararu de Pernambuco, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Como foi explicado no ponto sobre Materiais e métodos deste capítulo, outra maneira de analisarmos a estrutura etária de uma população é por meio de grandes grupos de idade. A Tabela 33 no apêndice mostra a distribuição proporcional e o volume dos Pankararu, por grande grupo de idade, em Pernambuco, no Censo Demográfico 2010, representada graficamente pela pirâmide abaixo. Os Pankararu de Pernambuco se encontram na mesma classificação por Sundbarg e Whipple que a de todos os Pankararu descrita acima. Isso porque a grande maioria dos Pankararu residem em Pernambuco. Assim, somente no que se refere aos Pankararu de São Paulo é que encontraremos diferenças nas análises demográficas.

Tabela 26 - Distribuição proporcional e volume dos Pankararu, por grande grupo de idade, em Pernambuco, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grupos de idade	Volume	Porcentagem
0 a 14	3.363	33,78
15 a 49	5.001	50,23
50+	1.593	16,00
Total	9.957	100,00

Fonte: IBGE, BME, Censo Demográfico, 2010

A população Pankararu da UF São Paulo é de 700 pessoas. Como também já foi discutido no capítulo 1 e 2, quando trabalhamos com populações de pequeno porte a variabilidade aleatória dos fenômenos demográficos e sociais pode ser grande. Assim, com o intuito de amenizar essa variação aleatória, trabalharemos os dados de São Paulo por grupos decenais de idade e em três grandes grupos (0 a 14, 15 a 49 e 50+).

Como mostra a pirâmide etária abaixo e as Tabelas 36 e 37 no apêndice, a população Pankararu em São Paulo possui um formato com base menos larga do que aquela em PE, que indica uma fecundidade média. É interessante percebermos o quanto a população de Pernambuco tem mais pessoas nas idades acima de 60 anos que a de São Paulo. Além disso, os Pankararu de São Paulo possuem uma maior proporção de pessoas na faixa etária de 20 a 29 anos, tanto mulheres quanto os homens. Por sabermos, por meio de outros estudos (ALBUQUERQUE, 2011; FARIA 2010; NAKASHIMA, 2011; ARRUTI, 1999), que há uma migração Pankararu para a cidade de São Paulo, esse maior número de população na faixa de 20 a 29 anos deve ser causado pela vinda dos Pankararu de Pernambuco.

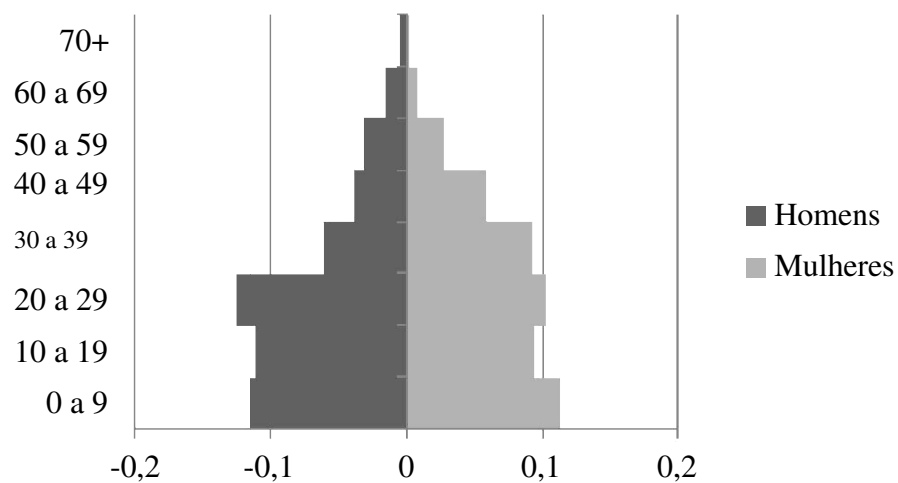


Figura 7 - Pirâmide etária da população Pankararu em grupos de idade decenais, por sexo, na UF São Paulo, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

A Figura de razão de sexo mostra o quão distinta é a realidade Pankararu de São Paulo. Até a faixa etária de 20 a 29 anos o número de homens aumenta em relação ao de mulheres, o que deve ser causado pela imigração masculina Pankararu para São Paulo. Depois de 20 a 29 anos a razão de sexo cai, se estabilizando entre os grupos de idade 30 a 39 e 40 a 49. Desse último grupo até o 60 a 69, a razão de sexo aumenta, o que pode ser explicado da mesma maneira que anteriormente, entre as faixas 0 a 9 e 20 a 29 anos de idade (imigração masculina, ou também emigração feminina, ou ainda mortalidade feminina). Nos últimos grupos de idade há uma redução da razão de sexo, mas ela continua maior que 1, o que indica que há mais homens que mulheres em São Paulo com 70 anos ou mais.

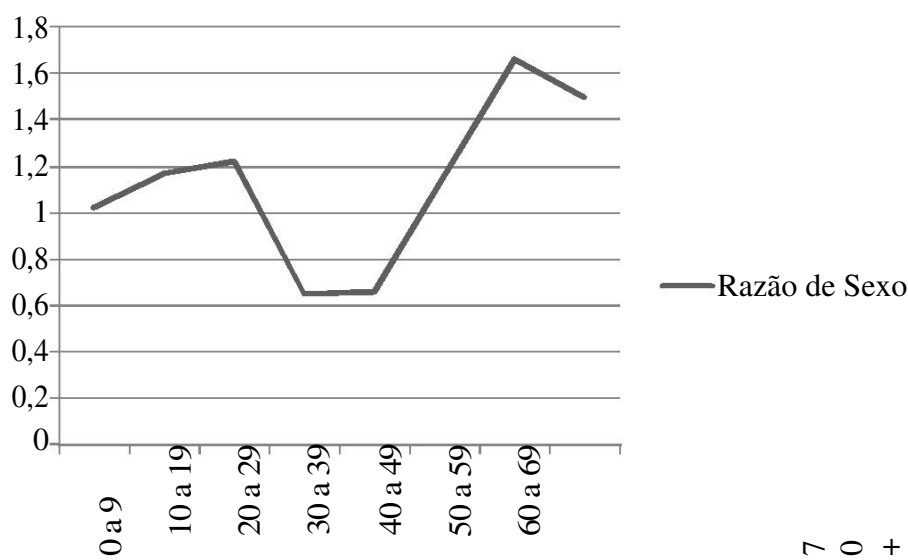


Figura 8 - Razão de sexo dos Pankararu de São Paulo, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Ao compararmos a razão de sexo dos Pankararu de Pernambuco com os de São Paulo, algo que fica evidenciado é o caráter complementar de ambas: enquanto uma se comporta de modo ascendente, a outra se comporta de modo descendente.

A análise do volume e da distribuição proporcional dos Pankararu em grandes grupos de idade na UF São Paulo, presentes na Tabela 27 abaixo, nos mostra que a população tende a ser estacionária, o que significa que ela não tende a aumentar nem a diminuir, mantendo seu crescimento próximo ou igual a 0.

Tabela 27 - Distribuição proporcional e volume dos Pankararu, por grande grupo de idade, na UF São Paulo, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grupos de idade	Volume	Porcentagem
0 a 14	243	34,71
15 a 49	395	56,43
50+	62	8,86
Total	700	100,00

Fonte: IBGE, BME, Censo Demográfico, 2010

A Tabela 28 abaixo mostra o volume dos Pankararu na UF São Paulo, no município de São Paulo, nas cidades da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) com exceção de São Paulo, na RMSP, e em outras cidades da UF São Paulo, mas fora da RMSP, dados do Censo Demográfico 2010. Dos 700 Pankararu na UF São Paulo, 523 estão no próprio município de São Paulo, 111 em cidades da RMSP fora São Paulo, somando 634 pessoas em toda a RMSP, sendo 66 em outras cidades da UF São Paulo fora da RMSP. Isso mostra que os Pankararu em São Paulo estão concentrados no próprio município de São Paulo.

Tabela 28 - Volume dos Pankararu na UF São Paulo, no município de São Paulo, nas cidades da RMSP com exceção de São Paulo, na RMSP e em outras cidades da UF São Paulo, mas fora da RMSP, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

	UF São Paulo	Município de São Paulo	Cidades da RMSP sem São Paulo	RMSP	Outras cidades fora da RMSP
Pankararu	700	523	137	660	40

Fonte: IBGE, BME, Censo Demográfico, 2010

Na RMSP eles estão dispersos em 17 municípios, como mostra a Tabela 29 abaixo: Cajamar, Cotia, Diadema, Embu, Embu-guaçu, Guararema, Guarulhos, Juquitiba, Mogi das Cruzes, Rio Grande da Serra, Santa Isabel, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo, Suzano e Taboão da Serra.

Tabela 29 - Volume dos Pankararu na RMSP, por município na RMSP, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Etnia	Cidade	volume
Pankararu	Cajamar	1
	Cotia	1
	Diadema	2
	Embu	2
	Embu-guaçu	1
	Guararema	1
	Guarulhos	42
	Juquitiba	3
	Mauá	16
	Mogi das Cruzes	12
	Osasco	10
	Rio Grande da Serra	1
	Santa Isabel	2
	Santo André	12
	São Bernardo do Campo	4
	São Caetano do Sul	5
	Suzano	5
	Taboão da Serra	17
	São Paulo	523
	Total	660

Fonte: IBGE, BME, Censo Demográfico, 2010

O item a seguir vem aprofundar em questões sobre a migração Pankararu entre Pernambuco e São Paulo, a partir da análise de duas entrevistas em profundidade. Assim, pretende-se ir além das informações fornecidas pelos dados do Censo Demográfico 2010, a fim de conhecer mais nuances desse fenômeno.

3.4 As entrevistas

As entrevistas em profundidade foram feitas com duas pessoas, que possuem duas trajetórias migratórias diferentes e condizentes com as suas posições geracionais distintas. O primeiro, que será denominado de B. é um homem, com 62 anos no dia da entrevista, nascido na TI Pankararu, em Pernambuco, e que veio pra São Paulo com cerca de 25 anos de idade, acompanhado do irmão mais velho, que já tinha feito esse trajeto, assim como o próprio pai, que saiu “pro mundo” quando ele tinha entre 8 e 10 anos de idade. A segunda entrevistada, que aqui iremos denominá-la de E. tinha 51 anos de idade na época da entrevista. Ela nasceu em São Paulo e voltou com os pais pra aldeia em Pernambuco quando tinha entre 7 e 8 anos, vivendo por lá até completar 18, quando decidiu retornar a São Paulo.

Dentre os motivos da migração ambos afirmam o trabalho como sendo a principal motivação. Isso porque não encontram trabalho na aldeia, vivendo com dificuldade em sustentar-se e a sua família. Assim, a única saída vista é o que eles chamam de “andar pelo mundo”:

A situação aqui era tão danera que tinha vez que, antes deu andar pelo mundo, que meus filho queria, queria um pedacinho de carne, não tinha condição de comprar! As vez meu filho saía atrás de um passarinho aqui, fui matar lá no murungu, meu filho mais velho, com stilinguinho! Matou, trouxe, pelou, salgou, assou e comeu com feijão! Hoje, a vida é outra! Pra mim a vida é outra! Pro mundo... eu conheci muitas coisa boa e... as condição de vida que eu tenho hoje eu não posso comparar nem um terço de quando eu tinha meus 10, 12 ano! (B., entrevista realizada em Pernambuco, por J. M. P. A. Arruti)

É possível cursar até o Ensino Médio na TI Pankararu (RAMOS PANKARARU, 2007), sendo preciso sair de lá caso as pessoas queiram fazer o ensino superior. A possibilidade de trabalhar e estudar é vista como uma motivação para a geração mais nova, sendo esse fato muito devido a possibilidade de fazer o Cursinho da Poli, que fornece bolsas integrais aos Pankararu, como preparativo para o vestibular da PUC-SP, que fornece bolsa integral para 12 indígenas que passarem no seu vestibular – o Projeto Pindorama. Esse projeto já tem mais de 10 anos e foi implementado na PUC-SP por

docentes da própria universidade, pela Pastoral Indigenista e por indígenas Pankararu, Xavante e Guaraní. (CPI-SP e CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013).

Dentre as profissões, os que chegaram em São Paulo primeiro trabalharam na construção civil, muitos desses na construção do próprio Estádio do Morumbi, localizado perto da favela Real Parque, onde até hoje há uma concentração de Pankararu na cidade. Outro grupo veio para trabalhar na implantação das linhas telefônicas, no desmatamento da região onde passariam os fios, em São Paulo e em seu entorno, principalmente na região de Cubatão. Muitos desses foram contatados na própria aldeia, por meio daqueles que tinham vindo primeiramente residir em São Paulo. A outra geração, dos que aqui nasceram já vieram trabalhar no ramo da metalurgia, sendo seguidos da geração que fez ensino superior e começou a se inserir no setor de serviços.

As principais organizações indígenas dos Pankararu são a S. O. S. Pankararu e AMIP – Associação Movimento Indígena Pankararu -, foram constituídas após a década de 90, com o objetivo de lutar pelos direitos indígenas fora das TIs, como a moradia e educação, além de ser uma base para os Pankararu que ali vivem e que para lá vão. Apesar disso, as redes de apoio entre os mesmos já existiam, principalmente por meio da família extensa, que inclui tios e primos, desde a saída das aldeias, com na busca de mão de obra. Ocasionalmente, quando acontecia, e ainda hoje pode ocorrer, de uma pessoa vir a falecer aqui na cidade, frequentemente o corpo é levado de volta para suas aldeias de origem. Na chegada a São Paulo, esse auxílio dos “parentes”, que não necessariamente são vinculados através das redes familiares, mas sim através de vínculos de pertencimento étnico, era fundamental, para conseguir desde os locais onde se abrigar nas primeiras noites, até o próprio emprego, alcançado através de contatos, e a alimentação:

Aí, tinha um primo meu que trabalhava na Tenege, perto da ponte do Morumbi aí eles viram ‘Bino, tu manja serviço de pedreiro?’ Eu disse ‘Bem pouco! Eu manjo mais de marteleteo.’ Ele disse ‘eu vou te encaixar de pedreiro que quando tiver serviço de marteleteiro tu faz. Tá bonito?’ ‘Tá!’ Quando cheguei lá ele me apresentou pro mestre geral e falou ‘cê é pedreiro?’ Eu disse ‘sou.’ Daí a pouco ele disse ‘o senhor sabe assentar cerâmica?’ Eu digo ‘não!’ ‘Senhor sabe assentar azulejo?’ Eu digo ‘não!’ ‘É da mesma família!’ (B., entrevista realizada em Pernambuco, por J. M. P. A. Arruti)

Eu escolhi São Paulo porque eu já tinha vindo uma vez aqui, né!? Eu já tinha 3 irmãos aqui. Então pra mim voltar pra cá, que foi o lugar que eu nasci, que eu fiquei até 7, 8 anos de idade, e como eu já tinha irmãos aqui era o lugar mais viável pra voltar, né, porque eu não ia pra um lugar que eu não conhecia ninguém, né?! Então São Paulo foi a opção, que já tem gente me esperando, tinha um lugar pra ficar, minha irmã já morava aqui, já tinha chegado, tinha casado, constituído família. Então o lugar mais viável pra voltar seria São Paulo. (E., entrevista realizada em São Paulo, pela autora)

A família extensa se mostra um ponto de apoio fundamental na estruturação da migração Pankararu. A sua constituição é compartilhada e suportada, apesar da migração se iniciar com apenas uma pessoa pra depois vir o restante da família. Assim, há aqueles que ficam, para auxiliar a vida na aldeia e só migram quando alguém pode assumir o lugar deles no trabalho da roça, e aqueles que saem porque sabem que há pessoas da família que estão nas aldeias para auxiliar no cuidado dos idosos:

Foi onde eu peguei o destino de ir pra mais longe. Cheguei em casa. Conversei com o meu pai, com a minha mãe... ela começou a chorar pra eu não ir embora e eu disse ‘mamãe, hoje eu sou chefe de família, preciso da conta da... minha responsabilidade. Papai não tem condição de me ajudar, então agora eu vou aproveitar e ir embora, que eu recebi a conta da Seteco e vou deixar um trocado com a mulher aí e vou pra São Paulo!’ Aí fui em janeiro de 77, comecei a andar pra São Paulo, aonde retornei agora, no primeiro ano de eleição da presidente Dilma [2011]. (B., entrevista realizada em Pernambuco, por J. M. P. A. Arruti)

...que é na Fila Branca. É pertinho de Tacaratu. A Aparecida mora perto da minha mãe e a Cristina mora no Brejo. Mas mora tudo perto assim: 20 minutos tá todo mundo em casa! Né? Na casa do meu pai. Precisou, todo mundo tá socorrendo. E na enfermagem fica até mais fácil na hora que ele precisar! Tá todo mundo pra dar remédio! 3 enfermeiras em cima dele, né, então a gente, eu tenho 3 irmãs morando lá, perto dele, né?! Ele não vai tá sozinho! Nunca! (E., entrevista realizada em São Paulo, pela autora)

Outro fenômeno interessante que vem ocorrendo é a volta daqueles que migraram e conseguiram se aposentar em São Paulo. Eles voltam para as aldeias e por lá ficam, tendo gosto de participar das danças e demais festividades, mas voltando a São Paulo para visitar a família ou para tratamentos de saúde. Para a geração que nasceu em São Paulo isso é um desejo: pretende-se ficar um tempo “lá” e um tempo “aqui”:

Que nosso povo é assim oh, veja bem, eu saí daqui em janeiro de 77 pra São Paulo, né?! Aí o quê que acontece, eu sempre dizia ‘todo tempo que eu me aposentar eu vou me embora pra aldeia!’ Por que eu dizia? Porque todo mês eu tenho onde buscar meu trocadinho de comer meu quarto de cabrito! E se eu não tiver isso, eu vou ter que me acabar na enxada que nem fui até na faixa de 25

anos, trabalhando de roça! Comecei na faixa dos 10 anos, com 25 quando tava me acabando na enxada... então jamais eu vou fazer isso! É por isso que eu digo: todos o nosso povo tem um negócio! Todos eles que vão, ah, é difícil um que se aposenta e não quer vir embora! Eu me aposentei e vim embora! Zé meu irmão que é mais velho que eu se aposentou ele e a mulher e veio embora. Os filhos ficaram pra lá! A minha cunhada, que é esposa de Zé meu irmão também se aposentou e veio embora, deixou os filhos pra trás! Zélão que era meu, fazia parte da nossa associação em São Paulo no tempo que eu era o presidente da associação, se aposentou. Tá se ajeitando pra vir embora também! (B., entrevista realizada em Pernambuco, por J. M. P. A. Arruti)

Então eu quero que esse sonho de fato se concretize porque aí a gente vê, né... a gente pode fazer uma migração, sei lá, 6 meses lá, 6 meses aqui, mas aí eu já vou ter um... ah, eu digo 'eu saio de casa e volto pra casa!' Aí eu não dependo mais de aluguel... Porque aí você fica preocupado, né, 'ah, eu tenho que pagar aluguel, eu tenho que trabalhar pra pagar aluguel...'. Então, se eu tenho um canto fixo meu, eu não tenho essa preocupação. Então é totalmente diferente. (E., entrevista realizada em São Paulo, pela autora)

Esse “lá” e “aqui” vão continuar permeando a vida dos Pankararu ao longo das gerações e dos anos, não os dividindo, porque são apenas um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste texto, temos uma noção da especificidade do fenômeno da migração dos povos indígenas no Brasil atual. Percebemos que há certo fluxo migratório dentro da própria grande região e entre as regiões e a região Sudeste, fluxo que mostra ter diminuído em 2010 quando consideramos a grande região de nascimento e de data fixa, e aumentado quando de residência anterior. Assim, para nos aprofundarmos nesse tema, é preciso analisar os dados por Unidades da Federação, municípios e TI. É preciso saber o quanto de erro esses níveis territoriais poderiam gerar, a sua viabilidade e qual desagregação é possível. Isso é imprescindível para a realização de pesquisas posteriores mais consistentes.

Essas análises preliminares aqui apresentadas procuram demonstrar que a migração Pankararu entre Pernambuco e São Paulo, ao longo de mais de 60 anos, criou um ‘espaço de vida’ da etnia entre esses dois pontos, mesmo que eles sejam separados por mais de 2.000 quilômetros de distância. Os Pankararu usaram a migração como resposta a seus problemas desde a chegada dos portugueses, que os fizeram fugir para o interior no território pernambucano. Foi a migração também que gerou todo o espectro das *pontas de rama* do *tronco* Pankararu. Assim, ainda há muito que se descobrir sobre o fenômeno da migração dos Pankararu, tanto entre São Paulo quanto em Pernambuco, nas e fora das Terras Indígenas, e também entre as *pontas de rama* e o *tronco*. Outro ponto importante é a questão da terra nas terras indígenas, uma vez que lá há posseiros não-indígenas, o que provoca conflitos e situações de violência, além de também reduzir o espaço de produção do povo Pankararu. Ainda a questão da segregação territorial em São Paulo é também vista como um problema, já que eles se localizam principalmente em aglomerados subnormais, que são favelas ou outras regiões com vulnerabilidades várias. Assim, é fundamental salientar a importância de se estudar o fenômeno da migração por etnia, pois cada povo pode ter movimentos espaciais norteados por questões específicas.

Com relação ao próprio quesito raça/cor da pele, algo que ainda é preciso investigar é a autodeclaração como indígena residindo em áreas urbanas, por exemplo, para explicar porque existe um maior número de homens se autodeclarando como indígenas na cidade. Não se tem conhecimento sobre se questões como o casamento podem influenciar essa autodeclaração, ou se ela simplesmente reflete um efeito da composição na migração para São Paulo, que seria predominantemente masculina – o que não se mostra nas idades mais avançadas dos migrantes.

Outra questão levantada é a da relação com a volta para a aldeia na velhice. Esse fenômeno precisa ser mais bem investigado, principalmente com relação aos seus efeitos nas regiões de origem e nas próprias aldeias, já que a população que volta é a aposentada, o que movimenta a economia e a cultura da região.

Enfim, esta pesquisa não se encerra por aqui, mas esperamos ser um primeiro estudo sobre a temática. Ainda há muito que se conhecer e que se avançar nos estudos sobre o fenômeno da migração dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, K. & PRICE, D. Introduction. The demography of small scale societies: case studies from Lowland South America. **South American Indian Studies**, 4:1-4, 1994.

ALBIERI, S., PEREIRA, N. O. M., BRITO, J. A. de M. **População autodeclarada indígena: uma avaliação da precisão das estimativas nos Censos Demográficos de 1991 e 2000**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 18-22 de setembro de 2006.

ALBUQUERQUE, M. A. dos S. **O regime imagético Pankararu (tradução intercultural na cidade de São Paulo)**. Tese de doutorado em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

AMARAL, A. E. P. do, NOGUEIRA, R. A. de M. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões de retorno. In: **VIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, 1992.

ARRUTI, J. M. P. A. **Primeiro relatório do projeto de levantamento das AIs do Sub-Médio São Francisco e sua relação com o sindicalismo local**. s.l. : s.ed., 1993-set. 33 p.

_____. **O Reencantamento do Mundo: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

_____. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, J. P. de (org). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro, 1999.

AZEVEDO, M. M. do A. **Demografia dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro/AM: um estudo de caso de nupcialidade e reprodução**. Tese de Doutorado em Demografia, pela Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

_____. **Urbanização e migração na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.** Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, 2006.

_____. O Censo Demográfico 2010 e os povos indígenas. In: **Povos Indígenas do Brasil 2006-2010.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

BAENINGER, R. **Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI.** Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, setembro/outubro de 2008.

BECKER, G. A theory of the allocation of time. **Economic Journal**, Inglaterra, v.75, 1965.

BERQUÓ, E. Fatores estáticos e dinâmicos (mortalidade e fecundidade). In: SZMRECSÁNYI, T., LEVI, M. S. F., SANTOS, J. L. F. (org). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

BILSBORROW, R. E. Temas metodológicos claves en el estudio de la migración en países en desarrollo: teoría, recolección de datos y políticas. In: CUNHA, J. M. P. D. (Ed.). **Mobilidade espacial da população - Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo.** Campinas: Nepo, Unicamp, CNPQ, 2011. p.17 - 31. ISBN 978-85-88258-30-3.

BRASIL, M.; TEIXEIRA, P. **Migração dos povos indígenas e os censos demográficos de 1991 e 2000.** Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 2006, (disponível em <http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais/anais-2006-tema-8-povos-indigenas-demografia-da-educacao>)

BRITO, F. **Brasil, final de século: A transição para um novo padrão migratório?.** Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Política Indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Fapesp, Secretaria Municipal de Cultura, Companhia das Letras, 1992. ISBN 85-7164-260-5.

CEDI. Povos Indígenas no Brasil 1980. **Série Aconteceu.** Rio de Janeiro, 1980.

_____. Povos Indígenas no Brasil 1981. **Série Aconteceu**. Rio de Janeiro, 1981.

_____. Povos Indígenas no Brasil 1982. **Série Aconteceu**. Rio de Janeiro, 1982.

_____. Povos Indígenas no Brasil 1983. **Série Aconteceu**. Rio de Janeiro, 1983.

_____. Povos Indígenas no Brasil 1984. **Série Aconteceu**. Rio de Janeiro, 1984.

_____. Povos Indígenas no Brasil 1985/86. **Série Aconteceu**. Rio de Janeiro, 1986.

_____. Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90. **Série Aconteceu**. São Paulo, 1991.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Índios na Cidade de São Paulo**. Organização de Selma Gomes. Relatório da Comissão Pró-Índio de São Paulo. São Paulo, 2005.

CPI-SP e CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. **A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas**. São Paulo, 2013.

COURGEAU, D. Les premières migrations de Français dans la période contemporaine. **Population** (French Edition), 29e Année, Migrations, pp. 11-24, mar. 1974.

CUNHA, J. M. P. Apresentação – Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. In: CUNHA, J. M. P. (Org.) **Mobilidade especial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO/Unicamp, 2011.

CURRAN, S. Engendering migrant networks: the case of Mexican migration. **Demography**, Chicago, v.40, n.2, 2003.

DEL POPOLO, F. e RIBOTTA, B. Migración de jóvenes indígenas em América Latina. In: DEL POPOLO, F., CUNHA, E. M. G. P., RIBOTTA, B., AZEVEDO, M. (Org.). **Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes**. Rio de Janeiro, 2011.

DOMENACH, H. e PICOUET, M. **Las Migraciones**. Tradução Eduardo Bologna. Dirección General de Publicaciones de la Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba, 1996.

EARLY, J. D. & PETERS, J. F. **The Population Dynamics of the Macujaí Yanomama**. New York: Academic Press, 1990.

_____. **The Xilixana Yanomami of the Amazon**. Gainesville: University Press of Florida, 2000.

FARIAS, Y. da S. **Tecendo redes territoriais: o movimento migratório Pankararu para Real Parque/SP**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, pela Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

FÍGOLI, L. H. G. Migração indígena a Manaus. **Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p. 397-398, Vitória: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 1982.

FRIKEL, P. & CORTEZ, R. **Elementos Demográficos do Alto Paru de Oeste, Tumucumaque Brasileiro. Índios Ewarhoyána, kaxúyana e Tiriyo**. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.19, 107p., 1972.

GOMES, M. P. **O Índio na História: o povo Tenetehara em busca da liberdade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

IBGE. **Características gerais dos indígenas – Resultados do universo**. Rio de Janeiro. 2010. ISSN 0104-3145.

_____. **Tendências Demográficas – Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos de 1991 e 2000**. RJ – IBGE, Estudos e Pesquisas, n. 17, 2005.

IIDH. **Migraciones indígenas en las Américas**. Instituto Interamericano de Derechos Humanos, San José, 2007.

ISA. **Povos Indígenas do Brasil 1991-1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

_____. **Povos Indígenas do Brasil 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

_____. **Povos Indígenas do Brasil 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.

_____. **Povos Indígenas do Brasil 2006-2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

LARAIA, R. Arranjos poliândricos na sociedade suruí. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, XVI:71-75, 1963.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1980.

LIMA, A. C. de S. O governo dos índios sobre a gestão SPI. In: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Fapesp, Secretaria Municipal de Cultura, Companhia das Letras, 1992. ISBN 85-7164-260-5.

LORIMER, F. **Culture and Human Fertility**, Greenwood Press, 1958.

MACIEL, F. **O Brasil-Nação como ideologia: A construção retórica e sociopolítica da identidade nacional**. São Paulo, 2007.

MATTA, P. **Dois Elos da Mesma Corrente: Uma Etnografia da Corrida do Umbu e da Penitência entre os Pankararu**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), São Paulo: USP, 2005.

MINCER, J. Family migration decisions. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v.86, n.5, 1978.

NACIONES UNIDAS, **Métodos de Medición de la Migración Interna, Manual VI**, Nueva York, 1972.

NAKASHIMA, E. Y., e ALBUQUERQUE, M. A. dos S. A cultura política da visibilidade: os Pankararu na cidade de São Paulo. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 47, p. 182-201, janeiro-junho de 2011.

NOBLES, M. Racial/Colour Categorization in US and Brazilian Censuses. In.: SRETER, S. SHOLKAMY, H., DHARMALINGAM, A. (Edts). **Categories and contexts – anthropological and historical studies in critical demography**, Oxford University Press, New York, 2004.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES DE SÃO PAULO. **Povos Indígenas: mobilidade espacial**. Volume 8, Série Por Dentro do Estado de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, J. P. de. Mensurando alteridades, estabelecendo direitos: práticas e saberes governamentais na criação de fronteiras étnicas. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 55, n. 4, Dec. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000400007&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Nov. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582012000400007>.

_____. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999, 350 p.

_____. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA - Estudo de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v.4, n. 1, p. 47-77, abr., 1998.

OLIVEIRA, R. C. Aspectos demográficos e ecológicos de uma comunidade Terêna. **Boletim do Museu Nacional**, 18:1-17, 1958.

PAGLIARO, H; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.

_____. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam “indígenas” nos censos demográficos de 1991 e 2000. In: PAGLIARO, H; AZEVEDO, M.M.A.; SANTOS, R.V. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. ABEP e Ed. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.

PAIXÃO, M., CARVANO, L. M. Censo e Demografia: A variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: PINHO, O., SANSONE, L. (Org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2ª ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

PEREIRA, N. O. M.; AZEVEDO, M. M. **Os povos indígenas e os censos do IBGE: uma experiência Brasileira.** Trabalho apresentado no I Congresso Internacional da Associação Latino-americana de População, Caxambu, 2004.

PEREIRA, N. O. M.; FLORIDO, A.C.; FERNANDOS, M. Z. **População residente em Terras Indígenas: características básicas censitárias 1991 e 2000.** Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Outro Preto, 2002.

PEREIRA, N. O. M. **População Residente em Terras Indígenas: uma exploração em pesquisas censitárias.** Trabalho apresentado no seminário “Indicadores Socio-Demográficos e Situação de Crianças e Adolescentes na Região Norte do Brasil” – Fundação Joaquim Nabuco/Instituto de Estudos sobre a Amazônia. Manaus. 2002.

_____. **Os indígenas nas informações censitárias: Potencialidades e limitações com base em um estudo de caso sobre os Xavante, Mato Grosso.** Tese (Doutorado em Saúde Pública), Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz, 2011.

PICCHI, D. Observations about a Central Brazilian indigenous population: The Bakairi. **South American Indian Studies**, 4:37-46, 1994.

QUIJADA, M., BERNAND, C., SCHNEIDER, A. **Homogeneidad y Nación con un estudio de caso: Argentina, siglo XIX y XX.** Madrid, 2000.

RAMOS PANKARARU, E. U. Experiências exemplares de oferta de Ensino Médio em escolas indígenas: o caso da escola Pankararu. In: **Salto para o futuro. Ensino médio e sustentabilidade em terras indígenas.** Brasília: SEED-MEC, B. 5, 2007.

RAVENSTEIN, E. G. As leis de migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1980.

RIBEIRO, D. Convívio e contaminação. Efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas. **Sociologia**, 18:3-50, 1956.

_____. Culturas e línguas indígenas do Brasil. **Educação e Ciências Sociais**, II(6):4-102, 1957.

_____. **Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo.** Tese de Doutorado em Demografia, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

ROMANO, J. O. Etnicidad y proletarización. **Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p.399-401, Vitória: Associação brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 1982.

SALZANO, F. M. Fertilidade, mortalidade, migração e miscigenação em 14 Tribos indígenas da América do Sul. **Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p.1565-1570, Vitória: Associação brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 1982.

SALZANO, F. M. & CALLEGARI-JACQUES, S. M. **South American Indians: A Case Study in Human Evolution.** Oxford: Clarendon Press, 1988.

SALZANO, F. M. & BORTOLINI, M. C. **The Evolution and Genetics of Latin American Populations.** Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SCHKOLNIK, S., DEL POPOLO, F. Los censos y los pueblos indígenas en América Latina: una metodología regional. **Notas de Población** **79**: 101–132.
<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/23525/notas79-cap4.pdf>. 2004

SJAASTAD, L. The costs and returns of human migration. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v.70, 1962.

SOUZA, L. G. de, SANTOS, R. V. Componente demográfico do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena, DSEI-Xavante, Mato Grosso, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 523-529, Set./Dez. 2009

SUESCÚN, J. I. S., JIMÉNEZ, C. E. Desplazamiento forzado de los grupos étnicos en Colombia. In: DEL POPOLO, F., CUNHA, E. M. G. P., RIBOTTA, B., AZEVEDO, M. (Org.). **Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes.** Rio de Janeiro, 2011.

TEIXEIRA, P. **Migração, urbanização e características da população indígena do Brasil através da análise dos dados censitários de 1991 e 2000.** Trabalho apresentado no III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Córdoba, 2008.

TEIXEIRA, P., MAINBOURG, E. M. T., BRASIL, M. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 531-546, Set./Dez. 2009.

TEIXEIRA, P., BRASIL, M. **Migração dos povos indígenas e os censos demográficos de 1991 e 2000: o caso das capitais estaduais.** Trabalho apresentado no XV Encontro nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

TODARO, M. P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1980.

UN-HABITAT. **Urban indigenous peoples and migration: a Review of Policies, Programmes and Practices.** Nairobi, 2010.

_____. **Securing land rights for indigenous peoples in cities.** Nairobi, 2011.

VIDAL, L. Demografia dos grupos étnicos minoritários: Índios. **Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p.405-407, Vitória: Associação brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 1982.

ZELINSKY, W. The impasse in migration theory: a sketch map for potencial escapees. In: IUSSP. **Vou**, 1983.

Capítulo 2

Tabela 30 - Volume dos indígenas naturais, mas que moraram em outro município, e não-naturais, por tempo de moradia ininterrupta no município atual, por grande região, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Grande Região	Tempo de moradia no município	Ano	
		2000	2010
Norte	0 a 2 anos	6.336	6.102
	3 a 5 anos	4.411	4.243
	6 a 9 anos	4.122	3.925
	10 anos ou mais	14.291	16.798
	Total	29.160	31.067
Nordeste	0 a 2 anos	10.219	10.658
	3 a 5 anos	7.863	6.695
	6 a 9 anos	6.922	7.500
	10 anos ou mais	33.595	39.597
	Total	58.599	64.451
Sudeste	0 a 2 anos	15.424	9.274
	3 a 5 anos	12.887	6.457
	6 a 9 anos	11.207	6.579
	10 anos ou mais	55.714	36.064
	Total	95.232	58.373
Sul	0 a 2 anos	8.699	6.532
	3 a 5 anos	5.722	4.162
	6 a 9 anos	4.818	4.406
	10 anos ou mais	21.093	16.590
	Total	40.332	31.690
Centro-Oeste	0 a 2 anos	7.050	6.885
	3 a 5 anos	4.704	3.865
	6 a 9 anos	3.664	3.670
	10 anos ou mais	16.296	15.272
	Total	31.714	29.692

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Tabela 31 - Distribuição proporcional dos indígenas naturais, mas que moraram em outro município, e não-naturais, por tempo de moradia ininterrupta no município atual, por grande região, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Grande Região	Tempo de moradia no município	Ano	
		2000	2010
Norte	0 a 2 anos	21,73	19,64
	3 a 5 anos	15,13	13,66
	6 a 9 anos	14,14	12,63
	10 anos ou mais	49,01	54,07
	Total	100,00	100,00
Nordeste	0 a 2 anos	17,44	16,54
	3 a 5 anos	13,42	10,39
	6 a 9 anos	11,81	11,64
	10 anos ou mais	57,33	61,44
	Total	100,00	100,00
Sudeste	0 a 2 anos	16,20	15,89
	3 a 5 anos	13,53	11,06
	6 a 9 anos	11,77	11,27
	10 anos ou mais	58,50	61,78
	Total	100,00	100,00
Sul	0 a 2 anos	21,57	20,61
	3 a 5 anos	14,19	13,13
	6 a 9 anos	11,95	13,90
	10 anos ou mais	52,30	52,35
	Total	100,00	100,00
Centro-Oeste	0 a 2 anos	22,23	23,19
	3 a 5 anos	14,83	13,02
	6 a 9 anos	11,55	12,36
	10 anos ou mais	51,38	51,43
	Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Tabela 32 - Volume de migrantes indígenas por grupo quinquenal de idade ao migrar, por grande região, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

Grande Região	Grupo Quinquenal	Ano	
		2000	2010
Norte	0 a 4	3.018	5.801
	5 a 9	2.812	3.181
	10 a 14	3.788	3.636
	15 a 19	4.478	4.239
	20 a 24	3.723	3.475
	25 a 29	3.095	2.516
	30 a 34	2.293	2.444
	35 a 39	1.674	1.598
	40 a 44	1.298	1.309
	45 a 49	1.006	889
	50 a 54	774	653
	55 a 59	548	434
	60 a 64	241	341
	65 a 69	151	250
	70+	261	302
	Total	29.160	31.067
Nordeste	0 a 4	5.765	12.105
	5 a 9	6.421	6.389
	10 a 14	7.341	6.426
	15 a 19	8.539	8.192
	20 a 24	7.835	7.879
	25 a 29	6.397	6.032
	30 a 34	4.654	5.190
	35 a 39	3.649	3.562
	40 a 44	2.449	2.795
	45 a 49	1.820	1.816
	50 a 54	1.240	1.471
	55 a 59	864	813
	60 a 64	624	711
	65 a 69	481	514
	70+	520	555
	Total	58.599	64.451

Continuação

Grande Região	Grupo Quinquenal	Ano	
		2000	2010
Sudeste	0 a 4	8.816	6.861
	5 a 9	8.780	4.786
	10 a 14	9.064	4.897
	15 a 19	13.767	7.700
	20 a 24	14.408	9.034
	25 a 29	11.077	7.249
	30 a 34	8.870	5.325
	35 a 39	6.094	3.516
	40 a 44	4.345	3.008
	45 a 49	3.248	2.026
	50 a 54	2.526	1.393
	55 a 59	1.495	984
	60 a 64	1.216	655
	65 a 69	608	430
	70+	917	510
	Total	95.232	58.373
Sul	0 a 4	3.818	4.122
	5 a 9	3.845	2.995
	10 a 14	3.977	2.895
	15 a 19	5.877	4.173
	20 a 24	5.714	4.198
	25 a 29	4.386	3.495
	30 a 34	3.446	2.730
	35 a 39	2.654	2.013
	40 a 44	2.079	1.517
	45 a 49	1.590	1.219
	50 a 54	999	783
	55 a 59	629	575
	60 a 64	437	470
	65 a 69	305	250
	70+	577	254
	Total	40.332	31.690

Continuação

Grande Região	Grupo Quinquenal	Ano	
		2000	2010
Centro-Oeste	0 a 4	3.152	4.779
	5 a 9	3.157	2.977
	10 a 14	3.516	3.005
	15 a 19	5.162	3.889
	20 a 24	4.495	4.034
	25 a 29	3.097	2.738
	30 a 34	2.750	2.341
	35 a 39	1.963	1.744
	40 a 44	1.456	1.161
	45 a 49	1.007	1.060
	50 a 54	751	689
	55 a 59	464	493
	60 a 64	301	221
	65 a 69	228	275
	70+	215	284
	Total	31.714	29.692

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Tabela 33 - Distribuição proporcional dos migrantes indígenas por grupo quinquenal de idade ao migrar, por grande região, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

Grande Região	Grupo Quinquenal	Ano	
		2000	2010
Norte	0 a 4	10,35	18,67
	5 a 9	9,64	10,24
	10 a 14	12,99	11,70
	15 a 19	15,36	13,64
	20 a 24	12,77	11,19
	25 a 29	10,61	8,10
	30 a 34	7,86	7,87
	35 a 39	5,74	5,14
	40 a 44	4,45	4,21
	45 a 49	3,45	2,86
	50 a 54	2,65	2,10
	55 a 59	1,88	1,40
	60 a 64	0,83	1,10
	65 a 69	0,52	0,80
	70+	0,89	0,97
	Total	100,00	100,00
Nordeste	0 a 4	9,84	18,78
	5 a 9	10,96	9,91
	10 a 14	12,53	9,97
	15 a 19	14,57	12,71
	20 a 24	13,37	12,23
	25 a 29	10,92	9,36
	30 a 34	7,94	8,05
	35 a 39	6,23	5,53
	40 a 44	4,18	4,34
	45 a 49	3,11	2,82
	50 a 54	2,12	2,28
	55 a 59	1,47	1,26
	60 a 64	1,07	1,10
	65 a 69	0,82	0,80
	70+	0,89	0,86
	Total	100,00	100,00

Continuação

Grande Região	Grupo Quinquenal	Ano	
		2000	2010
Sudeste	0 a 4	9,26	11,75
	5 a 9	9,22	8,20
	10 a 14	9,52	8,39
	15 a 19	14,46	13,19
	20 a 24	15,13	15,48
	25 a 29	11,63	12,42
	30 a 34	9,31	9,12
	35 a 39	6,40	6,02
	40 a 44	4,56	5,15
	45 a 49	3,41	3,47
	50 a 54	2,65	2,39
	55 a 59	1,57	1,69
	60 a 64	1,28	1,12
	65 a 69	0,64	0,74
	70+	0,96	0,87
	Total	100,00	100,00
Sul	0 a 4	9,47	13,01
	5 a 9	9,53	9,45
	10 a 14	9,86	9,14
	15 a 19	14,57	13,17
	20 a 24	14,17	13,25
	25 a 29	10,87	11,03
	30 a 34	8,54	8,61
	35 a 39	6,58	6,35
	40 a 44	5,16	4,79
	45 a 49	3,94	3,85
	50 a 54	2,48	2,47
	55 a 59	1,56	1,81
	60 a 64	1,08	1,48
	65 a 69	0,76	0,79
	70+	1,43	0,80
	Total	100,00	100,00

Continuação

Grande Região	Grupo Quinquenal	Ano	
		2000	2010
Centro-Oeste	0 a 4	9,94	16,10
	5 a 9	9,95	10,03
	10 a 14	11,09	10,12
	15 a 19	16,28	13,10
	20 a 24	14,17	13,59
	25 a 29	9,77	9,22
	30 a 34	8,67	7,88
	35 a 39	6,19	5,87
	40 a 44	4,59	3,91
	45 a 49	3,17	3,57
	50 a 54	2,37	2,32
	55 a 59	1,46	1,66
	60 a 64	0,95	0,75
	65 a 69	0,72	0,93
	70+	0,68	0,96
	Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Tabela 34 - Número absoluto de autodeclarados indígenas, não-naturais, nas grandes regiões, por grupo quinquenal de idade e sexo, a partir dos dados dos Censo Demográfico

Grande Região	Grupo Quinquenal	2000		2010	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Norte	0 a 4	260	212	636	642
	5 a 9	461	483	846	872
	10 a 14	827	698	1000	1003
	15 a 19	1146	1318	1236	1215
	20 a 24	1340	1690	1189	1301
	25 a 29	1363	1518	1271	1501
	30 a 34	1412	1462	1194	1258
	35 a 39	1298	1413	1133	1333
	40 a 44	1183	1078	1161	888
	45 a 49	957	842	911	889
	50 a 54	676	699	779	834
	55 a 59	627	673	563	708
	60 a 64	630	530	760	687
	65 a 69	379	261	420	422
	70 a 74	271	271	341	336
	75 a 79	165	138	192	366
	80+	202	138	290	301
	Total	13196	13425	13924	14556
Nordeste	0 a 4	342	355	934	1025
	5 a 9	902	654	1185	1211
	10 a 14	1312	1339	1702	1804
	15 a 19	1757	2471	1707	2040
	20 a 24	2227	2650	2312	2440
	25 a 29	2106	2687	2462	2138
	30 a 34	2207	2534	2524	2625
	35 a 39	2335	3019	2151	2696
	40 a 44	2067	2671	1839	2541
	45 a 49	2068	2478	2009	2153
	50 a 54	1756	2120	1953	1877
	55 a 59	1534	1469	1808	1740
	60 a 64	1103	1273	1166	1411
	65 a 69	925	970	1044	1200
	70 a 74	659	835	732	1056
	75 a 79	405	526	466	562
	80+	384	735	494	906
	Total	24088	28786	26486	29426
2000 e 2010.					

Continuação

Grande Região	Grupo Quinquenal	2000		2010	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sudeste	0 a 4	435	416	363	260
	5 a 9	1084	923	797	661
	10 a 14	1887	2112	1056	1121
	15 a 19	2607	3215	1312	1411
	20 a 24	3698	3928	1989	1975
	25 a 29	4119	3938	2405	2399
	30 a 34	3984	4595	2289	2496
	35 a 39	4234	4854	2381	2446
	40 a 44	4421	5133	2073	2774
	45 a 49	3914	4642	1876	2326
	50 a 54	2864	3840	2212	2427
	55 a 59	2415	2986	1763	2378
	60 a 64	2063	2477	1264	2019
	65 a 69	1703	2084	1037	1480
	70 a 74	971	1473	777	1091
	75 a 79	485	1058	411	673
	80+	625	1374	375	983
	Total	41510	49049	24378	28922
Sul	0 a 4	314	292	381	336
	5 a 9	559	520	688	650
	10 a 14	992	978	944	985
	15 a 19	1185	1581	1067	1133
	20 a 24	1538	1608	1288	1208
	25 a 29	1819	1555	1317	1297
	30 a 34	2087	1847	1263	1197
	35 a 39	1960	1870	1329	1326
	40 a 44	1968	1974	1096	1253
	45 a 49	1392	1674	1150	980
	50 a 54	1313	1257	907	1280
	55 a 59	866	1038	944	776
	60 a 64	772	812	781	838
	65 a 69	763	813	566	596
	70 a 74	401	574	325	429
	75 a 79	266	377	194	391
	80+	391	421	210	398
	Total	18585	19192	14449	15074

Continuação

Grande Região	Grupo Quinquenal	2000		2010	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Centro-Oeste	0 a 4	302	278	558	457
	5 a 9	505	469	657	651
	10 a 14	733	985	940	941
	15 a 19	1188	1395	1224	1094
	20 a 24	1351	1671	1476	1417
	25 a 29	1340	1595	1283	1276
	30 a 34	1414	1704	1187	1484
	35 a 39	1303	1689	1331	1104
	40 a 44	1466	1632	978	1059
	45 a 49	786	1187	863	1037
	50 a 54	975	884	746	773
	55 a 59	564	837	844	898
	60 a 64	548	608	613	626
	65 a 69	559	411	329	488
	70 a 74	364	405	375	438
	75 a 79	210	214	223	122
	80+	241	266	225	284
	Total	13849	16230	13854	14149

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Tabela 35 - Distribuição proporcional de autodeclarados indígenas, não-naturais, nas grandes regiões, por grupo quinquenal de idade e sexo, a partir dos dados dos Censo Demográfico 2000 e 2010.

Grande Região	Grupo Quinquenal	2000		2010	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Norte	0 a 4	0,98	0,80	2,23	2,25
	5 a 9	1,73	1,81	2,97	3,06
	10 a 14	3,11	2,62	3,51	3,52
	15 a 19	4,31	4,95	4,34	4,27
	20 a 24	5,03	6,35	4,17	4,57
	25 a 29	5,12	5,70	4,46	5,27
	30 a 34	5,30	5,49	4,19	4,42
	35 a 39	4,88	5,31	3,98	4,68
	40 a 44	4,44	4,05	4,08	3,12
	45 a 49	3,60	3,16	3,20	3,12
	50 a 54	2,54	2,63	2,74	2,93
	55 a 59	2,35	2,53	1,98	2,48
	60 a 64	2,37	1,99	2,67	2,41
	65 a 69	1,42	0,98	1,47	1,48
	70 a 74	1,02	1,02	1,20	1,18
	75 a 79	0,62	0,52	0,68	1,28
	80+	0,76	0,52	1,02	1,06
	Total	49,57	50,43	48,89	51,11
Nordeste	0 a 4	0,65	0,67	1,67	1,83
	5 a 9	1,71	1,24	2,12	2,17
	10 a 14	2,48	2,53	3,04	3,23
	15 a 19	3,32	4,67	3,05	3,65
	20 a 24	4,21	5,01	4,13	4,36
	25 a 29	3,98	5,08	4,40	3,82
	30 a 34	4,17	4,79	4,51	4,69
	35 a 39	4,42	5,71	3,85	4,82
	40 a 44	3,91	5,05	3,29	4,54
	45 a 49	3,91	4,69	3,59	3,85
	50 a 54	3,32	4,01	3,49	3,36
	55 a 59	2,90	2,78	3,23	3,11
	60 a 64	2,09	2,41	2,09	2,52
	65 a 69	1,75	1,84	1,87	2,15
	70 a 74	1,25	1,58	1,31	1,89
	75 a 79	0,77	0,99	0,83	1,01
	80+	0,73	1,39	0,88	1,62
	Total	45,56	54,44	47,37	52,63

Continuação

Grande Região	Grupo Quinquenal	2000		2010	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sudeste	0 a 4	0,48	0,46	0,68	0,49
	5 a 9	1,20	1,02	1,50	1,24
	10 a 14	2,08	2,33	1,98	2,10
	15 a 19	2,88	3,55	2,46	2,65
	20 a 24	4,08	4,34	3,73	3,71
	25 a 29	4,55	4,35	4,51	4,50
	30 a 34	4,40	5,07	4,29	4,68
	35 a 39	4,67	5,36	4,47	4,59
	40 a 44	4,88	5,67	3,89	5,20
	45 a 49	4,32	5,13	3,52	4,36
	50 a 54	3,16	4,24	4,15	4,55
	55 a 59	2,67	3,30	3,31	4,46
	60 a 64	2,28	2,74	2,37	3,79
	65 a 69	1,88	2,30	1,95	2,78
	70 a 74	1,07	1,63	1,46	2,05
	75 a 79	0,54	1,17	0,77	1,26
	80+	0,69	1,52	0,70	1,85
	Total	45,84	54,16	45,74	54,26
Sul	0 a 4	0,83	0,77	1,29	1,14
	5 a 9	1,48	1,38	2,33	2,20
	10 a 14	2,63	2,59	3,20	3,34
	15 a 19	3,14	4,18	3,61	3,84
	20 a 24	4,07	4,26	4,36	4,09
	25 a 29	4,82	4,12	4,46	4,39
	30 a 34	5,52	4,89	4,28	4,06
	35 a 39	5,19	4,95	4,50	4,49
	40 a 44	5,21	5,22	3,71	4,25
	45 a 49	3,68	4,43	3,90	3,32
	50 a 54	3,48	3,33	3,07	4,34
	55 a 59	2,29	2,75	3,20	2,63
	60 a 64	2,04	2,15	2,64	2,84
	65 a 69	2,02	2,15	1,92	2,02
	70 a 74	1,06	1,52	1,10	1,45
	75 a 79	0,70	1,00	0,66	1,32
	80+	1,03	1,11	0,71	1,35
	Total	49,20	50,80	48,94	51,06

Continuação

Grande Região	Grupo Quinquenal	2000		2010	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	0 a 4	1,00	0,92	1,99	1,63
	5 a 9	1,68	1,56	2,35	2,32
	10 a 14	2,44	3,28	3,36	3,36
	15 a 19	3,95	4,64	4,37	3,91
	20 a 24	4,49	5,56	5,27	5,06
	25 a 29	4,45	5,30	4,58	4,56
	30 a 34	4,70	5,66	4,24	5,30
	35 a 39	4,33	5,62	4,75	3,94
Centro-Oeste	40 a 44	4,87	5,42	3,49	3,78
	45 a 49	2,61	3,95	3,08	3,70
	50 a 54	3,24	2,94	2,67	2,76
	55 a 59	1,88	2,78	3,01	3,21
	60 a 64	1,82	2,02	2,19	2,24
	65 a 69	1,86	1,37	1,18	1,74
	70 a 74	1,21	1,35	1,34	1,56
	75 a 79	0,70	0,71	0,80	0,43
	80+	0,80	0,88	0,80	1,02
	Total	46,04	53,96	49,47	50,53

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Microdados, 2000 e 2010

Capítulo 3

Tabela 36 - Quadro das áreas e terras indígenas cuja etnia principal é a Pankararu, de 1983 a 2010.

Ano	Série	Órgão	Nome da área	População	Data	Fonte	Município
1983	Aconteceu	CEDI	-	4000	CIMI	1983	Tacaratu (PE), Petrolândia (PE), Água Branca (AL)
1984	Aconteceu	CEDI	AI Pankararu	3523	FUNAI	1984	Tacaratu (PE), Petrolândia (PE), Água Branca (AL)
1985/86	Aconteceu	CEDI	AI Pankararu	3509	FUNAI	1985	Tacaratu (PE), Petrolândia (PE), Água Branca (AL)
			AI Vargem Alegre	-	-	-	Bom Jesus da Lapa (BA)
1987/88/89/90	Aconteceu	CEDI	AI Pankararu	3676	FUNAI	1989	Tacaratu (PE), Petrolândia (PE)
1991/92/93/94/95	PIB	ISA	AI Pankararu	3676	FUNAI	1989	Tacaratu (PE), Petrolândia (PE)
			Entre Serras	-	-	-	Tacaratu (PE)
1996/97/98/99/00	PIB	ISA	TI Entre Serras	-	-	-	Tacaratu (PE)
			TI Pankararu	4146	FUNASA	1999	Tacaratu (PE), Petrolândia (PE)
2001/02/03/04/05	PIB	ISA	TI Pankararu	5584	FUNAI	2003	Tacaratu (PE), Petrolândia (PE)
			TI Entre Serras	1072	FUNAI	2001	Tacaratu (PE), Petrolândia (PE)
2006/07/08/09/10	PIB	ISA	TI Entre Serras	1072	FUNAI	2001	Jatobá (PE), Petrolândia (PE), Tacaratu (PE)
			Fazenda Cristo Rei	3046	FUNASA	2010	Jatobá (PE)
			TI Pankararu	5584	FUNAI	2003	Jatobá (PE), Petrolândia (PE), Tacaratu (PE)

Tabela 37 - Volume de Pankararu em todas as UFs do Brasil, por sexo, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

UF	Homens	Mulheres	Total
Acre	0	1	1
Alagoas	98	88	186
Bahia	169	183	352
Ceará	2	1	3
Distrito Federal	9	8	17
Espírito Santo	2	1	3
Goiás	7	1	8
Mato Grosso	2	0	2
Minas Gerais	9	19	28
Pará	1	1	2
Paraíba	9	5	14
Paraná	6	5	11
Pernambuco	4.955	5.002	9.957
Rio de Janeiro	10	11	21
Rio Grande do Norte	1	1	2
Rondônia	1	0	1
Roraima	4	0	4
Santa Catarina	10	11	21
São Paulo	350	350	700
Sergipe	5	8	13
Tocantins	15	5	20
Total	5.665	5.701	11.366

Fonte: Censo Demográfico 2010, BME, IBGE

Tabela 38 - Distribuição proporcional dos Pankararu em todas as UFs do Brasil, por sexo, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

UF	Homens	Mulheres	Total
Acre	0,00	100,00	100,00
Alagoas	52,69	47,31	100,00
Bahia	48,01	51,99	100,00
Ceará	66,67	33,33	100,00
Distrito Federal	52,94	47,06	100,00
Espírito Santo	66,67	33,33	100,00
Goiás	87,50	12,50	100,00
Mato Grosso	100,00	0,00	100,00
Minas Gerais	32,14	67,86	100,00
Pará	50,00	50,00	100,00
Paraíba	64,29	35,71	100,00
Paraná	54,55	45,45	100,00
Pernambuco	49,76	50,24	100,00
Rio de Janeiro	47,62	52,38	100,00
Rio Grande do Norte	50,00	50,00	100,00
Rondônia	100,00	0,00	100,00
Roraima	100,00	0,00	100,00
Santa Catarina	47,62	52,38	100,00
São Paulo	50,00	50,00	100,00
Sergipe	38,46	61,54	100,00
Tocantins	75,00	25,00	100,00
Total	49,84	50,16	100,00

Fonte: Censo Demográfico 2010, BME, IBGE

Tabela 39 - Volume dos Pankararu no Brasil, por sexo e idade em grupos quinquenais, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grupos de idade	Homens	Mulheres
0 a 4	654	582
5 a 9	627	623
10 a 14	661	639
15 a 19	564	523
20 a 24	582	522
25 a 29	514	511
30 a 34	401	440
35 a 39	326	365
40 a 44	275	276
45 a 49	222	276
50 a 54	213	202
55 a 59	170	189
60 a 64	146	149
65 a 69	104	137
70+	202	271
Total	5.661	5.705

Fonte: IBGE, BME, Censo Demográfico, 2010

Tabela 31 - Volume dos Pankararu residentes na UF Pernambuco, por sexo e idade em grupos quinquenais, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grupos de idade	Homens	Mulheres	Total
0 a 4	576	518	1.094
5 a 9	566	560	1.126
10 a 14	581	562	1.143
15 a 19	507	460	967
20 a 24	518	445	963
25 a 29	417	450	867
30 a 34	347	382	729
35 a 39	281	299	580
40 a 44	234	237	471
45 a 49	190	234	424
50 a 54	186	172	358
55 a 59	144	174	318
60 a 64	130	136	266
65 a 69	89	124	213
70+	189	249	438
Total	4.955	5.002	9.957

Fonte: IBGE, BME, Censo Demográfico, 2010

Tabela 32 - Distribuição etária dos Pankararu residentes na UF Pernambuco, por sexo e idade em grupos quinquenais, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grupos de idade	Homens	Mulheres
0 a 4	5,78	5,20
5 a 9	5,68	5,62
10 a 14	5,84	5,64
15 a 19	5,09	4,62
20 a 24	5,20	4,47
25 a 29	4,19	4,52
30 a 34	3,48	3,84
35 a 39	2,82	3,00
40 a 44	2,35	2,38
45 a 49	1,91	2,35
50 a 54	1,87	1,73
55 a 59	1,45	1,75
60 a 64	1,31	1,37
65 a 69	0,89	1,25
70+	1,90	2,50
Total	49,76	50,24

Fonte: IBGE, BME, Censo Demográfico, 2010

Tabela 33 - Volume dos Pankararu residentes na UF Pernambuco, por sexo e idade em grupos decenais, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grupos de idade	Homens	Mulheres	Total
0 a 9	1.142	1.078	2.220
10 a 19	1.088	1.022	2.110
20 a 29	935	895	1.830
30 a 39	628	681	1.309
40 a 49	424	471	895
50 a 59	330	346	676
60 a 69	219	260	479
70+	189	249	438
Total	4.955	5.002	9.957

Fonte: IBGE, BME, Censo Demográfico, 2010

Tabela 34 - Distribuição proporcional dos Pankararu residentes na UF Pernambuco, por sexo e idade em grupos decenais, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grupos de idade	Homens	Mulheres
0 a 9	11,47	10,83
10 a 19	10,93	10,26
20 a 29	9,39	8,99
30 a 39	6,31	6,84
40 a 49	4,26	4,73
50 a 59	3,31	3,47
60 a 69	2,20	2,61
70+	1,90	2,50
Total	49,76	50,24

Fonte: IBGE, BME, Censo Demográfico, 2010

Tabela 36 - Volume dos Pankararu residentes na UF São Paulo, por sexo e idade em grupos decenais, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grupos de idade	Homens	Mulheres	Total
0 a 9	81	79	160
10 a 19	77	66	143
20 a 29	88	72	160
30 a 39	42	65	107
40 a 49	27	41	68
50 a 59	22	19	41
60 a 69	10	6	16
70+	3	2	5
Total	350	350	700

Fonte: IBGE, BME, Censo Demográfico, 2010

Tabela 37 – Distribuição proporcional dos Pankararu residentes na UF São Paulo, por sexo e idade em grupos decenais, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010.

Grupos de idade	Homens	Mulheres
0 a 9	11,57	11,29
10 a 19	11,00	9,43
20 a 29	12,57	10,29
30 a 39	6,00	9,29
40 a 49	3,86	5,86
50 a 59	3,14	2,71
60 a 69	1,43	0,86
70+	0,43	0,29
Total	50,00	50,00

Fonte: IBGE, BME, Censo Demográfico, 2010